



Agendas ODS no SIOP

Relatório Anual de Monitoramento

Ano-base 2017

JULHO/2018 - Brasília-DF



Agendas ODS no SIOP

Relatório Anual de Monitoramento

Ano-base 2017

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

MINISTRO DE ESTADO
ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
GLEISSON CARDOSO RUBIN

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS
JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA

SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS
MIGUEL RAGONE DE MATTOS

DIR. DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
PRISCILLA ROSA PIMENTEL SGANZERLA

DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS MACROECONÔMICOS E FISCAIS
FÁBIO RIBEIRO SERVO

DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS MICROECONÔMICOS E REGULATÓRIOS
CLÁUDIO EVANGELISTA DE CARVALHO

DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS FINANCEIROS
SÉRGIO RICARDO CALDERINI ROSA

Supervisão-geral e texto:

RODRIGO CORREA RAMIRO
Coordenador-Geral de Planejamento

Colaboradores:

ANA KARINA BARROS SOBRAL
ANTÔNIO PAULO BAREA COUTINHO
DOROTEA BLOS
FABIANO CHAVES DA SILVA
EDUARDO GOMOR DOS SANTOS
JULIANA RIBEIRO OLIVEIRA
LAINA PETERNELLA FERREIRA
MARIA DO ROSÁRIO DE HOLANDA CUNHA CARDOSO
PAULO HENRIQUE SIQUEIRA ISOBE
RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES
REJANE RODRIGUES DE CARVALHO

Equipe técnica responsável (Capa e Design Gráfico):

ISAAC COSTA CAMPECHE
JUCILDO AUGUSTO DA SILVA LIMA

Editoração:

SEPLAN/MP

Informações:

Esplanada dos Ministérios – Bloco K – 3º andar
Brasília-DF – CEP: 70040-906
Tel: 55 (61) 2020-4022 / 4070/4944

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
PPA 2016-2019	9
Agenda 2030	11
Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS)	11
AGENDAS ODS	15
Processo de Alinhamento dos atributos do PPA com os ODS	15
Grandes números do alinhamento	17
Criação das Agendas ODS no SIOP	20
MONITORAMENTO DAS AGENDAS ODS	13
ODS 1 - ERRADICAÇÃO DA POBREZA	23
ODS 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	29
ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR	35
ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	44
ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO	51
ODS 6 - ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	57
ODS 7 - ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	63
ODS 8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	67
ODS 9 - INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	72
ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	78
ODS 11 - CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	83

ODS 12 - CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	92
ODS 13 - AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA.....	98
ODS 14 - VIDA NA ÁGUA.....	103
ODS 15 - VIDA TERRESTRE.....	109
ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	116
ODS 17 - PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134

Volume II - ANEXO I - AGENDAS ODS NO SIOP

Volume III - ANEXO II - EVOLUÇÃO DAS METAS POR AGENDA ODS



APRESENTAÇÃO

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) apresenta à Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS) e à sociedade brasileira, o Relatório anual de monitoramento das Agendas ODS no SIOP, ano-base 2017, contendo a descrição dos principais resultados obtidos no ano a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas temáticos do Plano Plurianual 2016-2019 e organizados em Agendas por ODS.

O presente Relatório é um dos produtos do Plano de Ação 2017-2019 da CNODS, Eixo Estratégico 5: Acompanhamento e Monitoramento da Agenda 2030, e parte do trabalho de alinhamento entre os atributos do Plano Plurianual 2016-2019 e os atributos dos ODS empreendido pelos órgãos do governo federal brasileiro sob a coordenação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV/PR).

A partir deste trabalho de alinhamento entre PPA e ODS, foram criadas as Agendas ODS no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Estas Agendas organizam os objetivos, metas e iniciativas dos 54 programas temáticos do PPA que contribuem para o alcance de cada um dos 17 ODS.

Além de cumprir o disposto no Plano de Ação da CNODS, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, com seus impactos sobre o alcance dos Objetivos e Metas da Agenda 2030, e constitui-se em importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável. Nesse sentido, a Agenda 2030 deverá ser considerada na elaboração do PPA 2020-2023 e nos demais instrumentos de planejamento federal.

O Relatório está organizado em três volumes, sendo o primeiro relativo ao processo de construção e monitoramento das Agendas ODS. O segundo volume, anexo I, apresenta as Agendas ODS com todos os atributos do PPA relacionados a cada ODS e o terceiro volume, anexo II, é reservado aos quadros demonstrativos da evolução das metas do PPA organizadas por Agenda ODS. No conjunto, os três volumes fornecem um panorama abrangente dos esforços do Governo Federal para o alcance dos ODS.

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 caracteriza-se como oportunidade à sociedade brasileira de endereçar questões que são fundamentais ao futuro do País, como a retomada do planejamento de longo prazo, com objetivos e metas para um período que extrapola os tradicionais ciclos de planejamento brasileiro. Atualmente, o principal instrumento de planejamento federal é o Plano Plurianual (PPA), com vigência de 4 anos, que tem como função aprimorar a ação governamental em conjunto com outras ferramentas, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Assim, a iniciativa de organizar os atributos do PPA por meio de Agendas para cada um dos ODS permite entender e acompanhar as ações do Governo Federal que contribuem para o alcance dos objetivos e das metas ODS, bem como auxilia na identificação de oportunidades e de lacunas nas políticas públicas e sua relação com a Agenda 2030.

O capítulo introdutório apresenta as bases que constituem as Agendas ODS, iniciando por uma apresentação resumida do PPA 2016-2019, passando por um breve histórico da Agenda 2030 e concluindo com a apresentação da Comissão Nacional dos ODS e de seu Plano de Trabalho para o biênio 2017-2019. Além desta Introdução e dos comentários conclusivos, o Relatório é estruturado em dois capítulos: um que apresenta o processo de alinhamento entre atributos do PPA e dos ODS, criando as Agendas ODS no SIOP; e o segundo, que apresenta as principais informações sobre as Agendas ODS, como programas, órgãos envolvidos, além dos principais destaques referentes ao monitoramento realizado com base em 2017.

PPA 2016-2019¹

O Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019 é estruturado em grandes dimensões: a estratégica e a tática ou programática. A dimensão estratégica é subdividida em visão de futuro, eixos e diretrizes estratégicas, enquanto a dimensão programática compreende os programas temáticos e os programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado. Essas duas dimensões são ancoradas na dimensão

¹ Esta seção é baseada no Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019, exercício 2017. Para maiores detalhes acessar <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>

operacional, que não está detalhada na Lei do PPA, e que compreende os recursos orçamentários e de outras fontes, necessários ao financiamento da execução das políticas públicas. O PPA 2016-2019 foi elaborado mediante um processo de ampla discussão dentro do governo federal, com o envolvimento de diversos órgãos e de efetiva participação social, recebendo contribuições de pessoas e entidades representativas dos mais variados segmentos da sociedade.

Os programas temáticos estruturam o PPA 2016-2019, com declarações e compromissos orientadores do orçamento. Além disso, apresentam os recortes de políticas públicas tais como reconhecidos pelo governo em uma linguagem mais acessível à sociedade. Cada programa possui objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos individualizados, que, no seu conjunto, expressam o que será feito, em que intensidade, quais os resultados pretendidos e como será feito. Os objetivos asseguram o vínculo com as ações orçamentárias detalhadas nas Leis Orçamentárias Anuais e com os Financiamentos Extraorçamentários, nos casos previstos. A figura a seguir sintetiza os principais conceitos do Plano Plurianual.

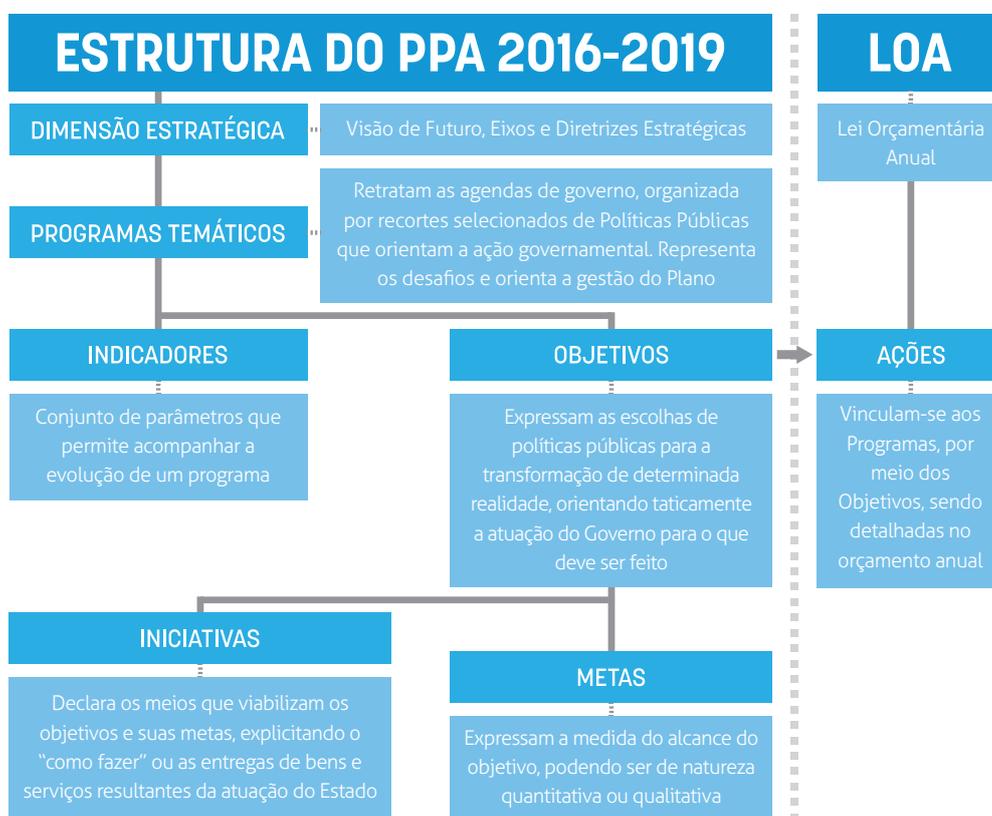


Figura I – Principais conceitos do PPA 2016-2019. Elaboração: SEPLAN/MP

AGENDA 2030

Em setembro de 2015, na Cúpula da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável uma nova agenda de desenvolvimento global foi adotada por unanimidade pelos 193 Estados-membros das Nações Unidas. O resultado, organizado em um documento intitulado **“Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”**, apresentou uma visão ambiciosa do desenvolvimento expressa em 17 objetivos integrados e indivisíveis que visam a equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

A construção da Agenda 2030 inicia-se em 2012, em atenção às disposições do documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, que estabelecia a necessidade de amplo debate global sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015.

Os ODS entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016 e consideraram o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), adotando uma perspectiva abrangente e universal, com compromissos que se aplicam tanto a países em desenvolvimento quanto aos desenvolvidos, a partir de um plano de ação até 2030, formado por 17 Objetivos e 169 Metas. Em que pese sua natureza global, a Agenda 2030 considera as diferentes realidades, dinâmicas sociais, capacidades, níveis de desenvolvimento, políticas e prioridades nacionais.

Dado o nível de ambição e da complexidade dos objetivos e metas propostos, envidaram-se esforços para que o processo de construção da Agenda 2030 fosse inclusivo e participativo, contando com ampla participação de membros de governo, academia, sociedade civil, setor privado e organismos internacionais. Nesse sentido, foi criado o Grupo de Trabalho Aberto sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (GTA-ODS) no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, composto por cerca de 70 países, inclusive o Brasil, com a finalidade de discutir o formato e conteúdo dos ODS.

Por parte do Brasil, nacionalmente, as contribuições para a Agenda 2030 contaram com a participação de 27 ministérios e secretarias nacionais, sob a liderança do Ministério das Relações Exteriores. Houve também participação de representantes de governos subnacionais e sociedade civil mediante coordenação realizada pelo “Grupo de Trabalho Interministerial para a Agenda Pós-2015”, constituído para articular os elementos orientadores da posição brasileira para as negociações intergovernamentais da Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015.

COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CNODS)

No intuito de promover e implantar a Agenda 2030 no Brasil, foi instituída, por meio do Decreto 8.892/2016, a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). Trata-se de instância colegiada paritária, de natureza consultiva, integrante da estrutura do Governo Federal, visando à articulação, à mobilização e ao diálogo com os entes federativos e a sociedade civil.

Neste sentido, a CNODS estabeleceu como sua missão: *“Criar mecanismos institucionais que estabeleçam as condições adequadas à implementação dos ODS, incluindo estratégias para a territorialização, a definição de metas e indicadores, processos participativos, meios de implementação, acompanhamento e monitoramento da Agenda 2030.”*

Já as competências da CNODS estão estabelecidas no art. 2º do Decreto 8.892/2016, cabendo destacar as atribuições de propor estratégias, instrumentos, ações e programas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS; promover a articulação com órgãos e entidades públicas das unidades federativas para a disseminação e a implementação dos ODS nos diferentes níveis da federação e de acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos ODS.

A CNODS é composta por seis representantes do governo federal, um do governo estadual e distrital, um do nível de governo municipal e oito da sociedade civil. Os integrantes do governo federal que compõem a CNODS compreendem Secretaria de Governo da Presidência da República, Casa Civil da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Ministério do Meio Ambiente. Esta composição buscou estar em consonância com as dimensões institucional, social, ambiental, econômica e de cooperação internacional da Agenda. Os representantes dos governos subnacionais para o biênio 2017-2019, selecionados por meio de Edital Público, são a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema).

Já a sociedade civil é representada na CNODS pelos seguintes segmentos: entidades sem fins lucrativos; setor produtivo/empresarial; e ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista a relevância da participação social na concretização dos ODS, e para contemplar o maior número de representantes da sociedade civil e de governos subnacionais, definiram-se mandatos e processos seletivos bianuais, com no máximo uma recondução ao final do período. Para o primeiro biênio de funcionamento da CNODS, as entidades selecionadas foram:

Entidades sem fins lucrativos	Setor produtivo/empresarial	Ensino, pesquisa e extensão
<ul style="list-style-type: none"> Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes União Geral dos Trabalhadores (UGT) Visão Mundial Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) 	<ul style="list-style-type: none"> Confederação Nacional da Indústria (CNI) Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS) 	<ul style="list-style-type: none"> Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Figura II – Representantes da Sociedade Civil na CNODS. Elaboração: SEPLAN/MP

Atualmente a CNODS apresenta a seguinte composição:

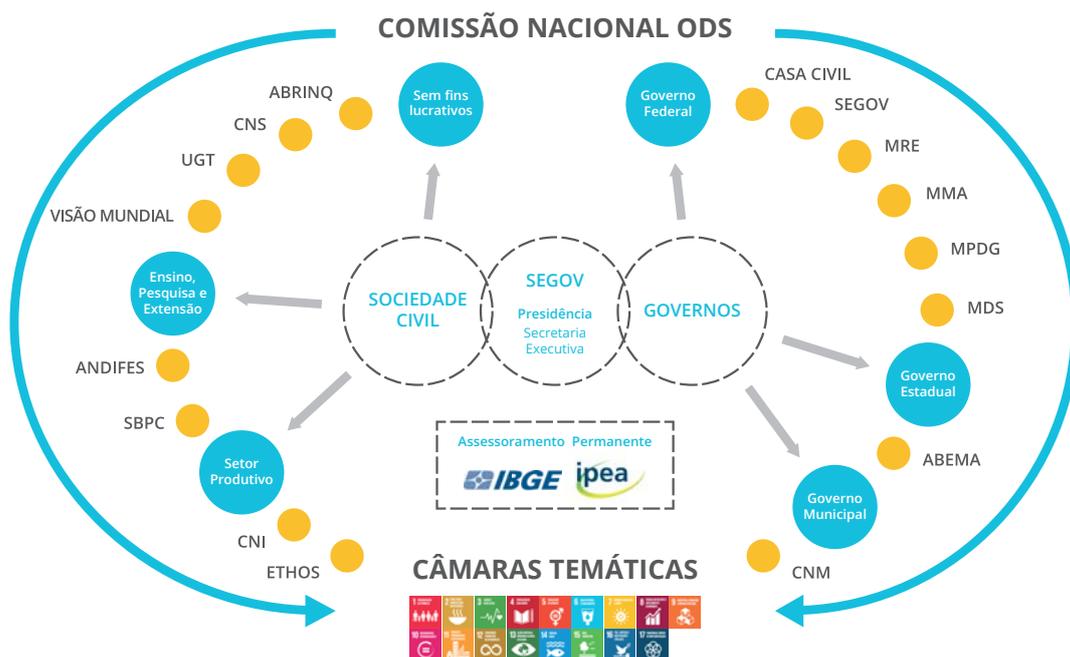


Figura III – Composição Atual CNODS. Fonte: CNODS

No intuito de contribuir com o processo de concretização da Agenda 2030 no âmbito nacional, a CNODS elaborou plano de ação voltado para a implementação dos ODS. O Plano de Ação 2017-2019 se organizou a partir de cinco grandes eixos estratégicos, sendo o primeiro de caráter transversal e outros quatro finalísticos:

EIXOS ESTRATÉGICOS	
E1 - GESTÃO E GOVERNANÇA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS ODS	Estabelecer governança que garanta integração, participação, comunicação, funcionamento e efetividade à CNODS.
E2 - DISSEMINAÇÃO DA AGENDA 2030	Difundir e popularizar a Agenda 2030 para todo o país por meio de um efetivo plano de comunicação, de mobilização e engajamento de todos os atores governamentais e da sociedade civil.
E3 - AGENDA 2030 BRASIL (INTERNALIZAÇÃO)	Expressar metas e indicadores globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável à realidade brasileira.
E4 - TERRITORIALIZAÇÃO (INTERIORIZAÇÃO)	Promover a articulação, integração e o alinhamento das políticas públicas e as iniciativas da sociedade civil com a Agenda 2030 para disseminar e implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em todas as regiões do país.
E5 - ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA AGENDA 2030	Acompanhar e avaliar o progresso do Brasil no cumprimento de metas e objetivos da Agenda 2030.

Figura IV – Eixos Estratégicos do Plano de Ação da CNODS. Elaboração SEPLAN/MP

No âmbito de cada Eixo Estratégico foi previsto um conjunto de resultados a serem alcançados, produtos esperados e responsáveis por tais produtos. A previsão é que todo o plano de ação seja cumprido até o final de 2019.

O Eixo Estratégico E3 - Agenda 2030 Brasil (Internalização) tem como objetivo principal realizar um processo de adaptação das metas e indicadores globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável à realidade brasileira. O Resultado E3.2 (*Matriz de alinhamento das políticas públicas federais com os ODS elaborada*) agrupa uma série de atividades e seus respectivos produtos que visam a identificar quais políticas públicas do Governo Federal impactam o alcance dos ODS. Um destes produtos foi exatamente a criação das Agendas ODS no SIOP, o Produto E3.2.1., cujo processo de construção é objeto do próximo capítulo.

AGENDAS ODS

PROCESSO DE ALINHAMENTO DOS ATRIBUTOS DO PPA COM OS ODS

Um dos primeiros esforços do Governo Federal para a implementação da Agenda 2030 foi o processo de alinhamento entre os atributos do PPA e os atributos dos ODS. Por meio desse trabalho foi possível identificar a correspondência entre as metas ODS e as políticas e ações que constam no Plano Plurianual 2016-2019.

O trabalho de alinhamento foi conduzido em parceria pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e a Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV/PR) e envolveu a participação de 29 Ministérios/Secretarias Nacionais e cerca de 250 servidores federais.

Como não há correspondência direta entre os atributos do PPA com os ODS, como mostra a figura abaixo, optou-se por alinhar as metas ODS com as metas e iniciativas do PPA. Esta decisão metodológica permitiu ter uma visão das ações do governo federal que contribuem para o alcance de cada meta ODS, sendo possível agregá-las por objetivo da Agenda 2030, da mesma forma é possível agregar as metas ODS por Programa do PPA ou órgão federal. Assim, o alinhamento resultou na construção de uma base de dados contendo as metas e iniciativas do PPA que se relacionam com as metas ODS, de forma direta ou indireta, obtendo-se assim um panorama abrangente das relações entre PPA e ODS que podem ser agregados ou desagregados conforme a necessidade da análise.

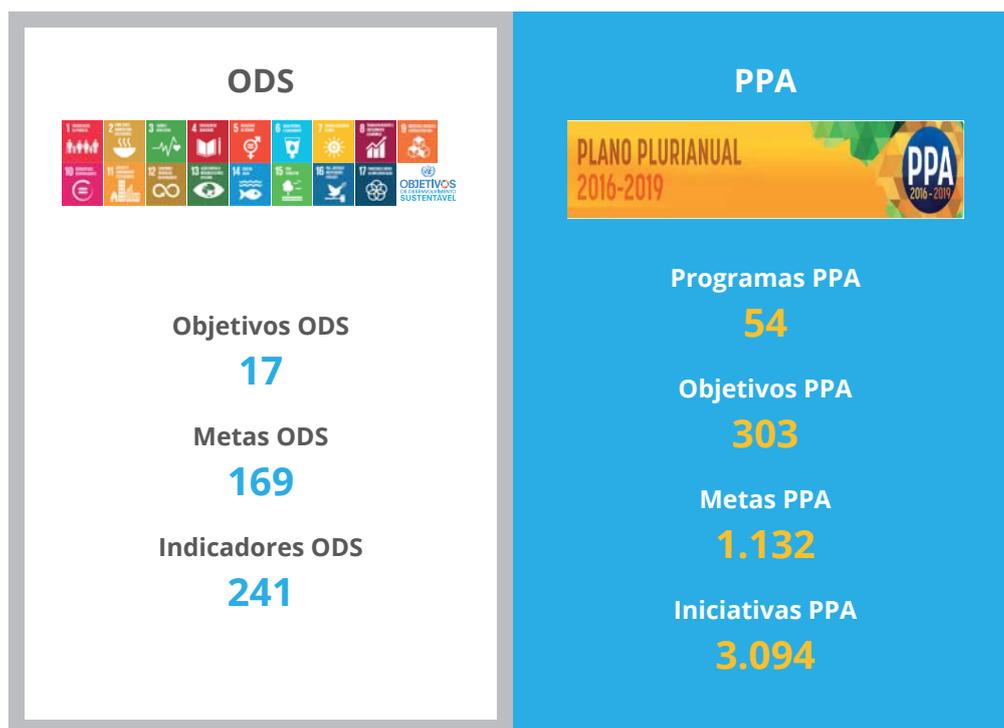


Figura V – Alinhamento Atributos do PPA e Metas ODS. Elaboração: SEPLAN/MP

A metodologia para a construção das Agendas ODS envolveu a elaboração de um piloto com as ações do Ministério do Meio Ambiente (MMA), devido a transversalidade de suas atividades e a importância da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. A partir deste piloto, foi realizada uma primeira reunião de sensibilização com cada órgão federal responsável pela implementação do PPA. Nesta, foram apresentadas: (i) a Agenda 2030, (ii) um exercício de alinhamento produzido internamente pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan/MP) e (iii) a experiência piloto do MMA. Em um segundo momento, os órgãos setoriais, em um trabalho articulado com suas diversas secretarias e entidades vinculadas, apresentavam uma revisão do exercício-piloto entregue pelo MP, e um debate era realizado a partir destes resultados. Por último, era realizada uma reunião de validação onde se acordava a versão final do alinhamento por órgão setorial. Houve também oficinas em que todos os órgãos envolvidos no processo se reuniram para apresentar seus resultados e compartilhar as experiências.

Embora o objetivo principal fosse o alinhamento do PPA com os ODS, o processo de construção das agendas envolveu algumas externalidades positivas como: (i) o compartilhamento de experiências e práticas entre os ministérios envolvidos nos trabalhos, (ii) a criação de instâncias voltadas para o acompanhamento dos ODS dentro dos ministérios setoriais, como no MAPA, CGU e MS, e (iii) a disseminação da Agenda 2030 no âmbito do serviço público federal.

Os objetivos e as metas que compõem a Agenda 2030, negociados entre 193 países, representam parte significativa dos principais desafios das sociedades contemporâneas em suas diversas dimensões. Assim, havia expectativa de elevada convergência entre o planejamento de médio prazo brasileiro para o período 2016-2019 e os ODS. O resultado do processo de alinhamento confirmou esta expectativa e verificou-se que 95% das metas ODS possuem algum atributo do PPA relacionado à sua implementação.

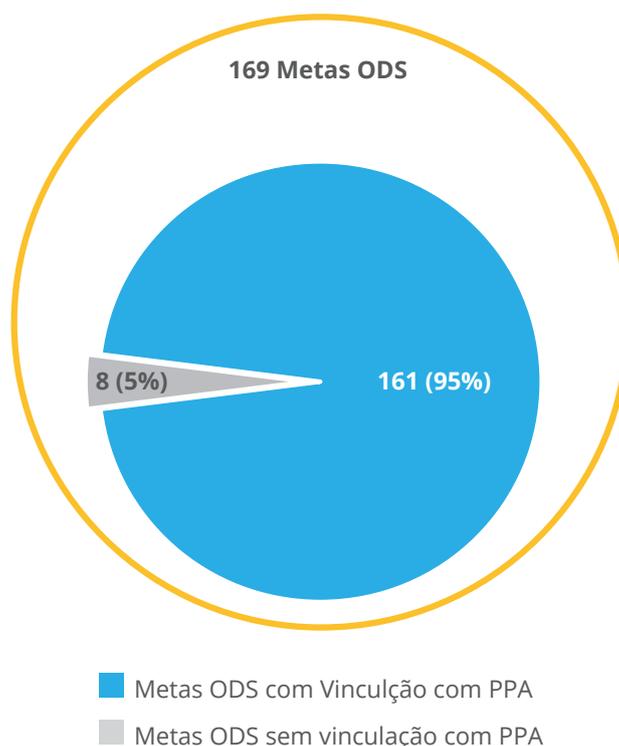


Figura VI – Nível de Convergência dos Atributos do PPA e das Metas ODS. Elaboração: SEPLAN/MP

As 8 metas ODS que não se relacionam com os atributos do PPA representam, em geral, relações entre países, o que não é contemplado no PPA, como por exemplo: *Meta 10.a - Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC, e Meta 17.4 - Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento.*

GRANDES NÚMEROS DO ALINHAMENTO

O alinhamento entre os atributos do PPA e dos ODS permite uma visão geral das relações entre as políticas públicas federais e os compromissos assumidos pelo país no âmbito da Agenda 2030. Todos os programas do PPA 2016-2019 possuem atributos relacionados a algum ODS. A Figura VII apresenta o alinhamento do PPA com as grandes dimensões dos ODS: social, econômica, ambiental e institucional. Os números demonstram a transversalidade do PPA em relação aos ODS, pois cada dimensão possui em média 21 órgãos responsáveis por atributos do PPA. O volume de atributos do PPA relacionados às dimensões social e econômica é maior do que às

dimensões ambiental e institucional, mas isso não implica necessariamente uma priorização de determinada dimensão, refletindo em grande medida a organização do PPA



Figura VII – Atributos do PPA Vinculados com os ODS. Elaboração: SEPLAN/MP

A base de dados permite diversas leituras sobre as relações entre PPA e ODS. A seguir apresentamos algumas destas possibilidades. A Figura VIII apresenta o número de metas ODS relacionadas com atributos do PPA segundo o Ministério responsável, ou seja, mostra o grau de transversalidade da atuação dos ministérios em relação aos ODS. O Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, possui 57 metas de sua responsabilidade relacionadas aos ODS, abrangendo 16 dos 17 ODS.

Outra forma de organizar as informações é verificar as relações dos ODS com os programas do PPA, como apresentado na Figura IX, ou seja, a base permite visualizar as informações do ponto de vista institucional do governo federal e do ponto de vista dos ODS em relação aos programas do PPA. Neste caso, é marcante a transversalidade dos temas tratados em cada ODS que se relacionam, em média, com 21 programas do PPA. Mais uma vez é importante salientar que estes resultados não expressam prioridades do governo federal em relação a algum ODS, ou seja, o fato do ODS 7 – Energia limpa e acessível ter 9 programas do PPA relacionados com

suas metas e o ODS 4 – Educação de Qualidade ter 23 programas associados, apenas reflete a organização do PPA que concentra os temas de energia em menos programas do que a educação.

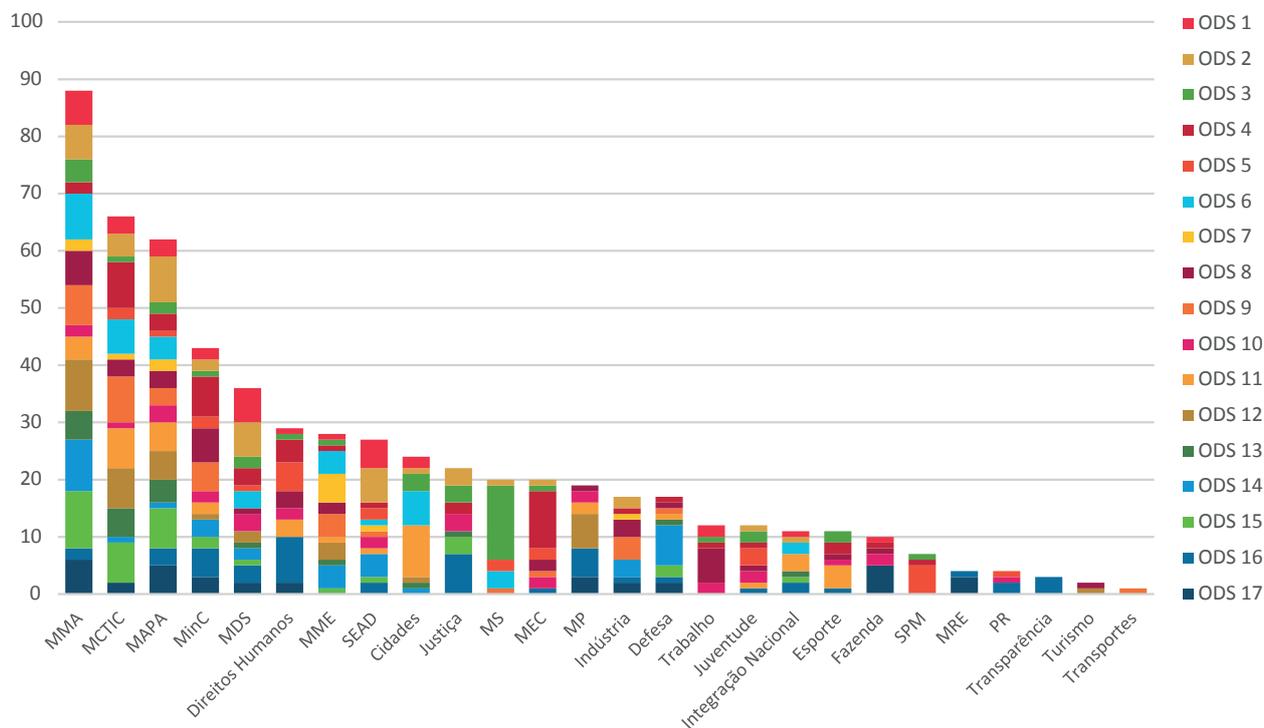


Figura VIII – Metas ODS por Ministérios. Elaboração: SEPLAN/MP

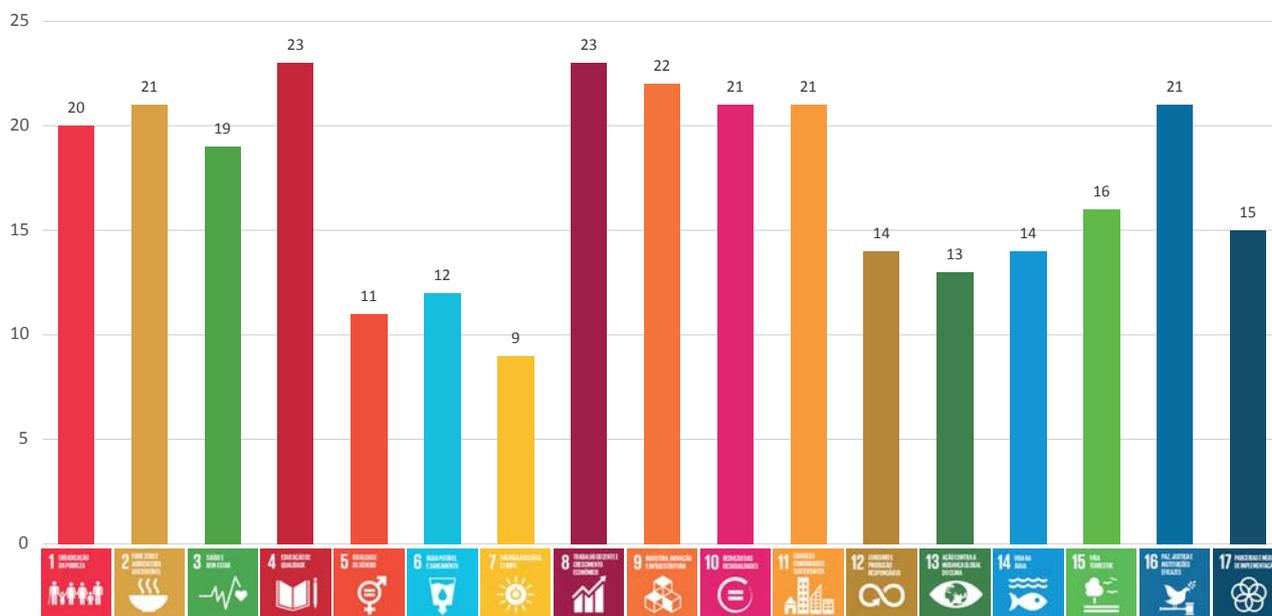


Figura IX – Quantidade de Programas PPA por ODS. Elaboração: SEPLAN/MP

O mais importante é compreender as possibilidades de organização das informações que a base de dados permite, sendo que a forma trabalhada neste Relatório é a da organização por Agendas ODS, foco do monitoramento.

CRIAÇÃO DAS AGENDAS ODS NO SIOP

O principal resultado do processo de alinhamento foi a criação de Agendas ODS no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), conforme previsto no Plano de Ação da CNODES 2017-2019, no Produto E3.2.1, de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e que foi entregue em novembro de 2017.

A criação das Agendas ODS foi baseada na experiência do MP com as agendas transversais e temáticas do PPA. As agendas do PPA são recortes transversais de seus atributos onde são agregados os Programas, Objetivos, Metas e Iniciativas relacionados a um público (como povos indígenas, criança e adolescente, LGBT, entre outros) ou temática específica (como usos múltiplos da água, economia solidária)². A lógica de construção das agendas no âmbito do PPA permite a agregação de ações antes dispersas no plano em um locus comum, permitindo entender como determinado tema transversal é tratado no plano como um todo.

A agenda **Políticas para as Mulheres**, por exemplo, contém 250 metas/iniciativas distribuídas em 25 programas do PPA, que vão desde o **Programa: 2080 - Educação de qualidade para todos**, com ações como a construção de creches e apoio à educação infantil, imprescindíveis à autonomia das mulheres, até o **Programa: 2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil**, que tem como uma de suas linhas de atuação o empreendedorismo, em particular o feminino.

Os esforços de construção das agendas, por meio do mapeamento de atributos do PPA agregados de forma transversal ou temática, são sistematizados no SIOP. A criação das agendas no SIOP permite a geração de relatórios contendo informações dos atributos dos diversos programas que compõem determinada agenda. Assim, é possível monitorar a evolução do conjunto destes atributos. As Agendas ODS estão integralmente apresentadas no anexo I deste Relatório.

Além da criação das agendas do PPA no âmbito do SIOP, sistema voltado prioritariamente para a administração pública, houve também o desenvolvimento de uma plataforma eletrônica, o PPA Cidadão³. O PPA Cidadão, portal desenvolvido para a publicização das informações do PPA, foi criado para fortalecer a disseminação da informação sobre o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Oferece acesso facilitado ao cidadão, por utilizar uma linguagem mais direta, mais amigável. Atualmente estão disponíveis no PPA Cidadão as 12 agendas transversais/temáticas e as 17 agendas ODS.

² Atualmente, existem 12 agendas transversais/temáticas no PPA, para maiores informações acessar <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/monitoramento-participativo/agendas-transversais>

³ Para maiores detalhes sobre o PPA Cidadão acessar <https://ppacidadao.planejamento.gov.br/sitioPPA/>

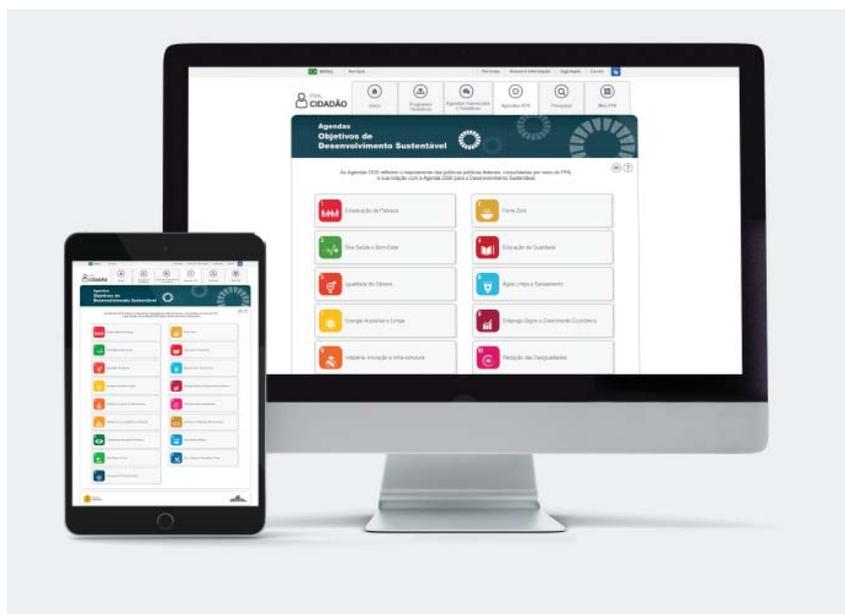


Figura X – Agendas ODS no PPA Cidadão. Elaboração: SEPLAN/MP

Além de identificar os atributos do PPA que convergem com alguma das metas ODS, esse alinhamento permite também que, a partir das informações obtidas nos processos de monitoramento e avaliação regulares do PPA, se observe também as atividades que os diversos órgãos estão desenvolvendo e que possuem pertinência com metas da Agenda 2030. Ademais, o resultado desse trabalho é insumo para subsidiar o planejamento estratégico do Governo Federal e a elaboração do PPA 2020-2023.

MONITORAMENTO DAS AGENDAS ODS

O processo inicial de alinhamento entre o PPA e os ODS e a criação no SIOP das Agendas ODS representam um avanço ao possibilitar a identificação para cada ODS do conjunto de programas, objetivos, metas e iniciativas que potencialmente contribuam para o seu alcance, subsidiando o acompanhamento da Agenda 2030 no âmbito do Governo Federal.

O esforço pioneiro de construção das Agendas ODS deve ser aprimorado constantemente. Nesse sentido, é necessário revisar o alinhamento já realizado para incorporar as alterações ocorridas no PPA durante os processos de revisão/atualização de seus atributos e cobrir possíveis lacunas do primeiro exercício.

Nas próximas seções será apresentado o monitoramento de cada Agenda ODS, contemplando os principais atributos do PPA relacionados a elas e os destaques referentes à execução das políticas públicas associadas em 2017. A principal fonte de informação dos textos foi o Relatório Anual de Avaliação do PPA – 2016-2019, ano base 2017. As metas ODS foram agregadas por tema para organizar a análise.

1



AGENDA ODS 1

ERRADICAÇÃO DA POBREZA

O ODS 1 agrega um conjunto de 7 metas, sendo 5 finalísticas e 2 de implementação, que têm por finalidade “**acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares**”. Neste conjunto de metas cabe destacar o intuito de, até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas e reduzir pelo menos à metade a proporção de pessoas que vivem na pobreza, considerada em todas as suas dimensões.

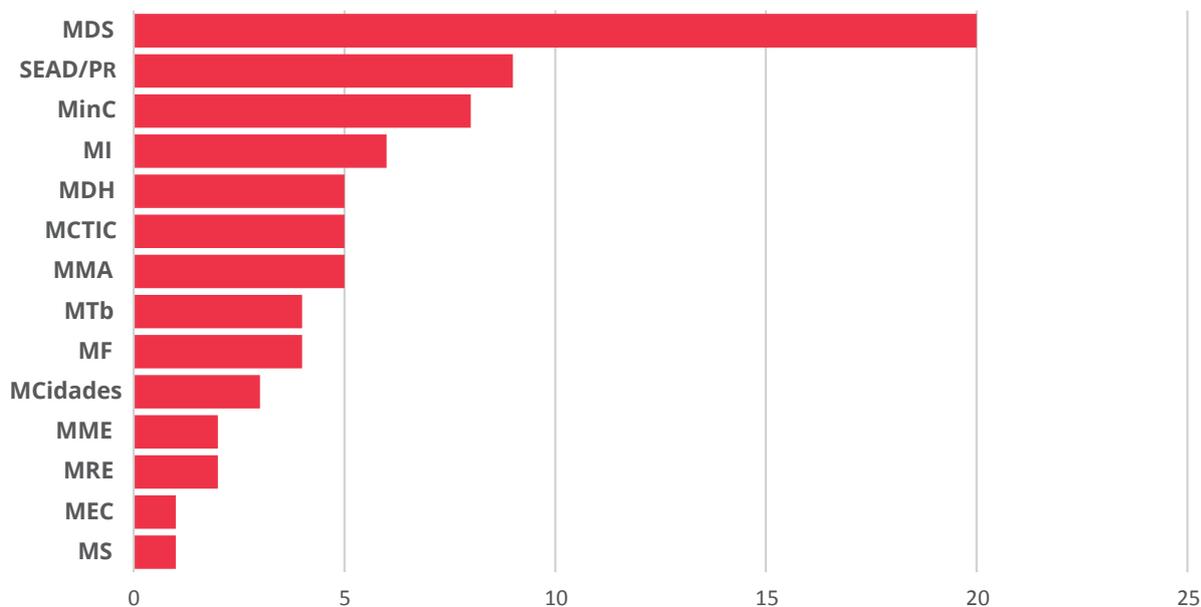
O ODS 1 ainda traz metas relacionadas com a implantação de medidas que visam promover proteção social, acesso a direitos, serviços e recursos econômicos, bem como a redução da exposição e vulnerabilidade da população a eventos extremos relacionados com o clima e choques econômicos, sociais e ambientais.

Conforme melhor detalhado a seguir, do alinhamento entre metas ODS e atributos do Plano Plurianual, verifica-se que 21 programas do PPA tiveram algum atributo vinculado ao ODS 1, com destaque ao **Programa 2037 - Consolidação do SUAS**, que possui 10 metas relacionadas a este ODS. Ao todo foram identificados 13 órgãos responsáveis pelas metas do PPA correlacionadas ao ODS 1, com destaque para o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, responsável pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em particular pela implementação do Programa Bolsa Família, e para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), da Casa Civil da Presidência da República, que tem dentre suas competências: (i) reforma agrária; (ii) promoção da agricultura familiar; e (iii) territórios ocupados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	10	4
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	8	9
2040 - Gestão de Riscos e de Desastres	7	26
2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária	7	8
2063 - Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	5	15
2019 - Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	5	2
2061 - Previdência Social	4	10
2084 - Recursos Hídricos	4	8
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	4	7
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	4	6
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	3	0
2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	2	25
2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar	2	3
2044 - Promoção dos Direitos da Juventude	1	1
2053 - Petróleo e gás	1	0
2082 - Política Externa	1	0
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	0	6
2050 - Mudança do Clima	0	6
2049 - Moradia Digna		1
19 Programas	68	137

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 1



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Combate à pobreza

Metas ODS associadas

- 1.1 até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia; e
- 1.2 até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

A transferência de renda constitui eixo central da política social do Governo Federal em busca da promoção do desenvolvimento inclusivo. No âmbito da assistência social, e especialmente em sua estratégia de garantia de renda, o Programa Bolsa Família - PBF tem como objetivos principais a transferência de renda para as famílias mais pobres, a fim de aliviar a pobreza extrema, e o reforço do acesso aos serviços de educação e saúde. Em dezembro de 2017, 13.828.609 milhões de famílias foram atendidas, o que significa cerca de 44,5 milhões de pessoas.

Ao longo do ano de 2017, foram concedidos benefícios a 2,8 milhões de novas famílias e a “fila de espera” para ingresso no programa foi zerada durante todo o segundo semestre. Isso significa que todas as famílias inscritas no Cadastro Único com perfil para participar do Bolsa Família foram efetivamente selecionadas e ingressaram no Programa. O benefício médio pago em 2017 foi de R\$ 179,47.

As condicionalidades do PBF representam compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e pelo Poder Público. As famílias devem matricular e manter suas crianças e jovens na escola, bem como cumprir uma agenda periódica de acompanhamento em saúde. As condicionalidades cumprem papel importante de reforçar o acesso aos direitos sociais básicos e fortalecer a autonomia das famílias.

Em 2017, mais de 13,4 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, em média, por bimestre de acompanhamento, tiveram a frequência escolar registrada. Mais de 95% desses estudantes cumpriram a presença mínima exigida para os alunos do Bolsa Família, sendo que a taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação do bimestre de out/nov 2017 foi a melhor desde do início do acompanhamento em 2006, alcançando 92,94%. Já na saúde, os dados de 2017 mostram que, das 7,2 milhões de crianças com perfil para acompanhamento, 5,4 milhões (74,3%) tiveram seus cartões de vacinação acompanhados, e, destas, 99% estavam com a imunização em dia. As famílias PBF em situação de descumprimento de condicionalidades, em especial aquelas que tiveram os benefícios suspensos, são público prioritário para inclusão nos serviços socioassistenciais de acompanhamento familiar.

Em 2017, o Programa Bolsa Verde (PBV), que realiza transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental,

realizou o pagamento de benefícios a mais de 47 mil famílias. O PBV, além de combater a pobreza, funciona como um incentivo às comunidades para que continuem usando, de forma sustentável, os territórios onde vivem.

Outra estratégia relevante para combater a pobreza é a inclusão produtiva rural, que estimule a geração de trabalho e renda e que garanta o acesso a alimentos e recursos, inclusive para as famílias de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) que vivem em áreas rurais e se encontram em situação de extrema pobreza. Por meio dessa estratégia, no período de 2016 e 2017, mais de 20 mil famílias de PCTs foram contempladas em contratos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, em processo de recebimento de assistência técnica e extensão rural, sendo que 5.023 famílias já foram incluídas no Programa. Além disso, 564 famílias foram beneficiadas com tecnologias sociais de acesso à água para a produção de alimentos pelo Programa de Acesso à Água e outras Tecnologias Sociais.

Proteção Social e Acesso a Serviços e a Recursos Econômicos

Metas ODS associadas

- 1.3 implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis
- 1.4 até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais a recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e a outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza, em todo o território nacional, um conjunto de ações voltadas à redução das desigualdades sociais e à inclusão socioeconômica de parcelas expressivas da população.

Os serviços e programas da assistência social estão estruturados em dois níveis de atenção (proteção social básica e especial), considerando a complexidade das situações envolvidas. Na esfera da proteção social básica, a rede de CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), formada por 8.323 unidades distribuídas por quase todos os municípios do país, sendo 90% cofinanciadas pelo Governo Federal, permite a cobertura de 76,6% da população registrada no Cadastro Único para programas Sociais (CadÚnico). Observa-se uma elevação na qualidade dessa rede cujo percentual de unidades operando segundo padrões nacionais de funcionamento passou de 59% (2011) para 75% (2017).

Em 2017, os CRAS realizaram mais de 15,8 milhões de atendimentos e acompanharam mais de 966 mil famílias por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF), que consiste no trabalho social com famílias com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

Na esfera da proteção social especial, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são as principais unidades de prestação de serviços de média complexidade. Ao final de 2017, o Governo Federal cofinanciava a oferta de serviços em 2.512 CREAS municipais e regionais. O cofinanciamento federal cobre aproximadamente 95% dos municípios com mais de 20 mil habitantes. Entre 2015-2017, a cobertura dos municípios de pequeno porte por serviços regionalizados evoluiu de 272 (6,9%) para 306 municípios (7,8%), segundo os registros do Cadastro de Unidades do SUAS. Ainda no escopo dos serviços de média complexidade, ao final de 2017, o Governo Federal cofinanciava a oferta de serviços em 230 Centros de Referência para População em Situação de Rua (Centro Pop), presentes em 205 municípios, que realizaram mais de 342 mil atendimentos (fonte: RMA/SNAS, dados preliminares). Em 2017, o conjunto das unidades (CREAS e Centro Pop) realizou mais de 1 milhão de abordagens, a aproximadamente 460 mil pessoas (Fonte: RMA/SNAS).

Além disso, a proteção social especial de alta complexidade oferta serviços de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos (abrigo, casas-lares, famílias acolhedoras, repúblicas e residências inclusivas) destinados a indivíduos e famílias em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, em razão de rompimento ou inexistência de vínculos familiares e comunitários. O Censo SUAS 2016 captou a existência de 5.781 unidades de acolhimento, que atenderam no ano anterior a 165,7 mil usuários. Ao final de 2017, o Governo Federal cofinanciava a oferta de 85,1 mil vagas, destinadas a idosos e mulheres em situação de violência, crianças e adolescentes, jovens e adultos com deficiência, população em situação de rua e migrantes.

Outro instrumento de proteção social provido pelo Estado é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que transfere um salário mínimo mensal a: (i) pessoas com deficiência, de qualquer idade e que apresentem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, desde que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família e (ii) pessoas idosas com 65 anos ou mais. A renda familiar per capita mensal desses públicos - alvo deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Ao final de 2017, o BPC beneficiava 4,5 milhões de pessoas, sendo 2,5 milhões de pessoas com deficiência e 2 milhões de pessoas idosas.

O BPC na Escola, programa que visa promover o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência em idade escolar, assim como o seu acompanhamento e de suas famílias, até o final de 2017, contava com a adesão de 4,95 mil municípios, incluindo todas as capitais, onde residem mais de 477 mil beneficiários. O cruzamento de dados do BPC com o Censo Escolar (Inep/MEC), realizado em 2016, mostrou que 297,8 mil (59,4%) dos 501,6 mil beneficiários com idade até 18 anos encontravam-se registrados no sistema escolar.

Outro fator importante é o acesso à habitação. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) contratou em 2017 495.935 moradias voltadas para as famílias com renda bruta de até R\$ 6.500,00. Destas, foram contratadas 24.072 unidades nas modalidades que integram a chamada Faixa 1 do programa, voltado à população de mais baixa renda, incluindo ações apoiadas pelo

Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), com atendimento prioritário aos empreendimentos vinculados a intervenções inseridas no PAC e que demandaram reassentamentos ou remanejamentos de unidades habitacionais. Há também a atuação do PMCMV Rural, que contratou 42 unidades habitacionais.

No intuito de promover acesso a recursos econômicos, pode-se destacar as políticas públicas de economia solidária para promover o fomento de processos associativos e em rede que permitam organizar o trabalho, a produção e o consumo, integrando opções econômicas, organização cidadã e a dinamização territorial e comunitária. Em 2017, foram apoiados 1,3 mil Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), beneficiando 16,9 mil pessoas. Esse quantitativo se refere a uma diversidade de ações voltadas ao fortalecimento de EES, tais como empreendimentos incubados e projetos de redes de cooperação, que atuam no sentido de qualificar, promover e organizar a produção, comercialização e consumo.

Vulnerabilidade a eventos extremos

Metas ODS associadas

- 1.5 até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

Contribuindo com a meta ODS 1.5, e conforme destacado na análise das metas 11.5 e 11.b, para proteger a população de eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos, o Governo Federal desenvolve ações para mapear as áreas de risco de desastres e dotar o País de um sistema estruturado de prevenção, monitoramento, alerta, resposta a desastres naturais e recuperação de cenários atingidos por desastres, por meio do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec).

Outras atividades que contribuem com a meta 1.5 são medidas do Governo Federal para ampliação do acesso à água para consumo de populações vulneráveis residentes no meio rural por meio da implantação de tecnologias sociais e/ou outros sistemas de abastecimento que garantam acesso à água de qualidade. No âmbito do Programa Cisternas, foram entregues, em 2017, mais de 47 mil tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano em todo país, chegando a 96.813 tecnologias entregues no período 2016-2017. Considerado o histórico de execução do programa desde seu início, em 2003, já foram entregues 900 mil tecnologias de água para consumo humano. Em 2017, também foram entregues 1.637 cisternas para as escolas públicas rurais da região do semiárido, chegando-se a 59,2 mil tecnologias entregues em 2017 implantadas nas escolas desde o início do PPA.

Já a proteção aos mais vulneráveis no que diz respeito a choques econômicos e sociais é realizada mediante o Sistema Único de Assistência Social, presente em todo o país e já abordado anteriormente nos tópicos sobre as metas 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4.

2



AGENDA ODS 2

FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O ODS 2 agrega um conjunto de 8 metas, sendo 5 finalísticas e 3 de implementação. Tais metas têm como finalidade última **“acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”**. Com relação à erradicação da fome e promoção da segurança alimentar e nutricional, destacam-se as metas que visam, até 2030, acabar com a fome e todas as formas de desnutrição e a garantia de acesso a alimentos seguros, nutritivos e saudáveis para todos e de forma permanente.

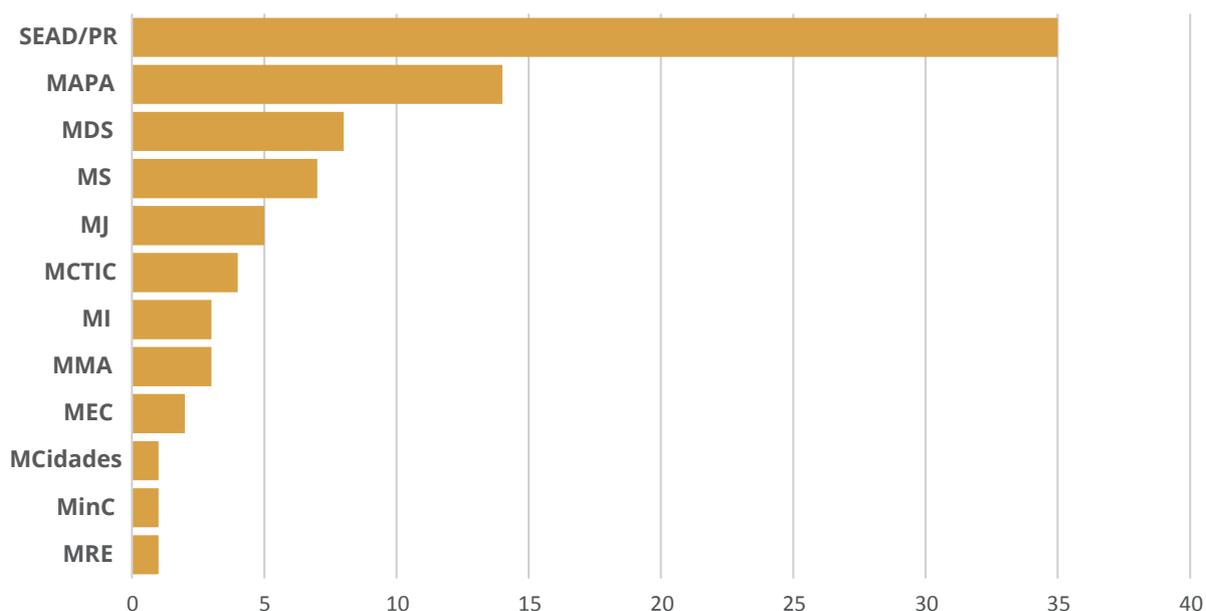
Já as metas sobre agricultura sustentável, visam até 2030 dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes. Há ainda a meta de até 2020 manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas e animais.

Conforme melhor detalhado abaixo, do alinhamento entre metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 22 programas do PPA tiveram algum atributo alinhado as metas do ODS 2. Com destaque para os programas **2012 – Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar**, **2077 – Agropecuária Sustentável** e **2069 – Segurança Alimentar e Nutricional**. Ao todo foram identificados 11 órgãos responsáveis pelas metas do PPA correlacionadas ao ODS 2, com destaque para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar	25	28
2077 - Agropecuária Sustentável	11	70
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	9	11
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	5	24
2019 - Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	1	0
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	1	2
2050 - Mudança do Clima	1	5
2082 - Política Externa	1	0
2028 - Defesa Agropecuária	0	1
2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	0	38
2068 - Saneamento Básico	0	1
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	0	4
2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	0	2
2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária	0	10
2022 - Combustíveis	0	3
2083 - Qualidade Ambiental	0	5
2084 - Recursos Hídricos	0	3
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	0	4
2044 - Promoção dos Direitos da Juventude	0	1
2052 - Pesca e Aquicultura	0	2
2024 - Comércio Exterior	0	0
2080 - Educação de qualidade para todos	0	1
22 Programas	54	137

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 2



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Acabar com a fome e garantir acesso permanente a alimentos seguros, nutritivos e saudáveis

Metas ODS associadas

- 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
- 2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

Por entender que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e que o poder público deve adotar políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, desde 2006 existe o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, atua na implementação de políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, em 2010, com o Decreto nº 7.272, foi estabelecida a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que possui dentre suas diretrizes a promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. No intuito de fortalecer o Sisan e viabilizar a concretização da PNSAN, o governo federal vem atuando para que todos os estados brasileiros elaborem seus Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Até então, 13 estados possuem planos elaborados.

Atualmente, um dos principais desafios é o de promover a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis por parte da população brasileira, dado que o padrão de consumo alimentar dos brasileiros tem contribuído para um aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade, em todas as faixas etárias. Dados da pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), fornecido pelo Ministério da Saúde, mostram que, em 2016, o excesso de peso já acometia 53,8% da população adulta do País, sendo maior entre homens (57,7%) do que entre mulheres (50,5%). Quanto à obesidade, 18,9% da população adulta do Brasil foi considerada obesa naquele ano (Índice de Massa Corporal igual ou superior a 30 kg/m²). O elevado percentual de excesso de peso afeta também as crianças: um terço delas já enfrenta o problema.

Diante deste cenário, o governo federal estabeleceu ações no sentido de promover a redução do consumo de bebidas, como sucos e refrigerantes, como estratégia para promoção da alimentação adequada e saudável e para a redução dos agravos relacionados às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e dos seus fatores de risco modificáveis, especialmente sobrepeso e obesidade e alimentação inadequada. Ademais, as ações de Promoção da

Alimentação Adequada e Saudável (PAAS), bem como Educação Alimentar e Nutricional, têm sido estimuladas e qualificadas na Rede de Atenção à Saúde, por meio de materiais, cursos e capacitação dos profissionais especialmente da atenção básica.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contribui para o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada por meio da oferta da alimentação e de ações de educação alimentar e nutricional, buscando contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis. O Programa atende alunos da educação básica nas etapas de educação infantil, ensinos fundamental e médio e nas modalidades indígena, quilombola, atendimento educacional especializado e educação de jovens e adultos, matriculados em escolas públicas, filantrópicas, comunitárias e confessionais, bem como aqueles matriculados nas escolas federais. Por meio de transferência de recursos em caráter suplementar aos entes federados, no período de 2017, foram destinados R\$ 3,89 bilhões para atender cerca de 41 milhões de estudantes da educação básica.

Apesar dos importantes avanços dos últimos anos no enfrentamento da fome e da extrema pobreza, ainda há grupos vulneráveis sujeitos à insegurança alimentar, especialmente povos e comunidades tradicionais (PCT). Analisando-se a desnutrição infantil, ainda que tenha havido, nas últimas décadas, queda na prevalência de desnutrição aguda (peso abaixo do esperado para a idade) em crianças menores de cinco anos, a prevalência entre crianças pertencentes a PCT (como indígenas e quilombolas) permanece superior à média nacional. Nos últimos dois anos, houve um trabalho intenso na elaboração e aprimoramento do Mapeamento de Insegurança Alimentar e Nutricional (Mapa), promovido pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), considerando a desnutrição em crianças menores de 5 anos de idade acompanhadas pelas condicionalidades de saúde do PBF. Esse Mapa permite a identificação e a focalização de ações específicas para esses públicos mais vulneráveis. Nesse sentido, o Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais passou a utilizar o estudo como um dos critérios para atendimento das famílias, considerando como prioritárias aquelas com criança em situação de insegurança alimentar.

Aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos

Metas ODS associadas

- 2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola.

Em 2017, deu-se continuidade a estratégia de aprimoramento das compras públicas da agricultura familiar, especialmente por meio da promoção da modalidade Compra Institucional, permitindo que órgãos públicos federais, estaduais e municipais adquiram, com recursos próprios, produtos da agricultura familiar para suprir as demandas de alimentos de restaurantes

universitários, hospitais, quartéis, presídios, entre outras instalações públicas. Com isso, busca-se consolidar um mercado permanente para a agricultura familiar, promovendo o seu fortalecimento e o acesso da população à alimentação de qualidade.

Em 2016, a soma dos recursos investidos nas compras públicas da Agricultura Familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi de 1,43 bilhão, sendo R\$ 588 milhões do PAA e R\$ 847,5 milhões do PNAE. Os dados consolidados de 2017 ainda não estão disponíveis. Para alcançar a meta de R\$ 2,5 bilhões em compras da agricultura familiar ao ano até 2019, prevista no PPA, será intensificado o trabalho de promoção e articulação para ampliação da Compra Institucional.

O Governo Federal definiu como meta ampliar a participação das mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de 41% para 45% do total de fornecedores. Em 2017 a meta foi superada e, atualmente, a participação das mulheres corresponde à 47,59% do total de fornecedores.

A execução do objetivo de ampliar o acesso e qualificar os instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços mínimos e de garantia de renda para a agricultura familiar, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), avançou em 2017. No ano, a linha de microcrédito do PRONAF alcançou um total de 526.206 contratos com total financiado de R\$ 1.525.270.745,12.

Historicamente, o desempenho do número de operações do PRONAF contratadas por mulheres está em evolução. Em 2017, as mulheres rurais obtiveram 466.573 (31% do total) contratos, perfazendo um total de R\$ 3.503.843.802,83 (16%) em valores financiados. No período 2016-2017, as mulheres rurais obtiveram 962.110 contratos, que representa 31% do total.

A assistência técnica e extensão rural (ATER) também é fator decisivo para a ampliação da produtividade dos agricultores familiares. Em 2017, 137.077 famílias da agricultura familiar foram assistidas por ações de ATER. Neste ano, 184.236 famílias assentadas da reforma agrária e extrativistas foram atendidas por ações de ATER. Desse total, 114.641 famílias estão em assentamentos relacionados às regiões de baixa renda, de acordo com os seguintes critérios: famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde, famílias pertencentes a Assentamentos prioritários no Brasil Sem Miséria e famílias beneficiárias do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Ações específicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais (PCT), que vivem em áreas rurais e se encontram em situação de extrema pobreza, foram realizadas por meio do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que forneceu assistência técnica e extensão rural a mais de 20 mil famílias no período de 2016 a 2017.

Além disso, o suporte aos agricultores familiares que têm sua produção perdida por fatores climáticos é feito pelo Programa Garantia-Safra. No período 2016/2017, foi oferecida proteção a 1,35 milhão de famílias agricultoras de municípios sistematicamente sujeitos à perda de safra, por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O programa teve a adesão de

884.062 agricultores familiares de 1.096 municípios. Em função da estiagem, 395.184 agricultores familiares, com perda comprovada de produção (até fev/2018), já começaram a receber o pagamento do Garantia-Safra, no valor de R\$ 850,00.

Com a finalidade de promover maior acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais às políticas dirigidas aos agricultores familiares, o Governo Federal ampliou a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para este segmento. Esse instrumento credencia as organizações familiares a participar de editais de compras governamentais e a concorrerem a serviços de ATER pública e gratuita, entre outras oportunidades. Nesse sentido, em 2017 foram emitidos 73.762 DAPs para segmentos de extrativistas, indígenas, pescadores e quilombolas, dentre outros.

Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes

Metas ODS associadas

- 2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas robustas, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudança do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

Contribuindo com o ODS 2 e com o objetivo de efetivar a participação de pesquisadores, agentes de ATER e agricultores familiares em redes temáticas de construção e compartilhamento de conhecimento e tecnologias, foi ofertado apoio a projetos que integram atividades de ensino, extensão universitária e pesquisa. Tais projetos são focados no desenvolvimento sustentável, na apropriação de tecnologias, no compartilhamento de conhecimentos agroecológicos, e na realização de ações de formação em agroecologia e produção orgânica para técnicos e agricultores familiares, de acordo com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Esta ação foi viabilizada por meio do lançamento de editais de chamada pública, em parceria com CNPq, MAPA, MEC e MCTIC. Em 2016, foi lançado o Edital Casa Civil/CNPq N° 21/2016, para seleção de projetos de criação e manutenção de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Centros Vocacionais Tecnológicos de Agroecologia e Produção Orgânica em instituições da rede federal e estadual de educação profissional, científica e tecnológica e em universidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, cujo resultado foi publicado em 08/11/2017. Dos 197 projetos aprovados, 96 foram classificados e estavam em fase de contratação em 2017.

Outra ação importante diz respeito à inclusão de pequenos produtores rurais e extrativistas em atividades florestais sustentáveis por meio de assistência técnica e capacitação. No biênio 2016-2017, foram realizadas diversas atividades com pequenos produtores rurais, agricultores familiares e povos de comunidades tradicionais, totalizando 110.128 pessoas atendidas no período. As capacitações ocorreram por meio de parcerias com universidades e outras instituições qualificadas.

3



AGENDA ODS 3

SAÚDE E BEM-ESTAR

O ODS 3 contém um conjunto de 13 metas, sendo 9 finalísticas e 4 de implementação. Tais metas têm como finalidade última **“assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”**. Neste conjunto de metas cabe destacar o intuito de até 2030 atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas.

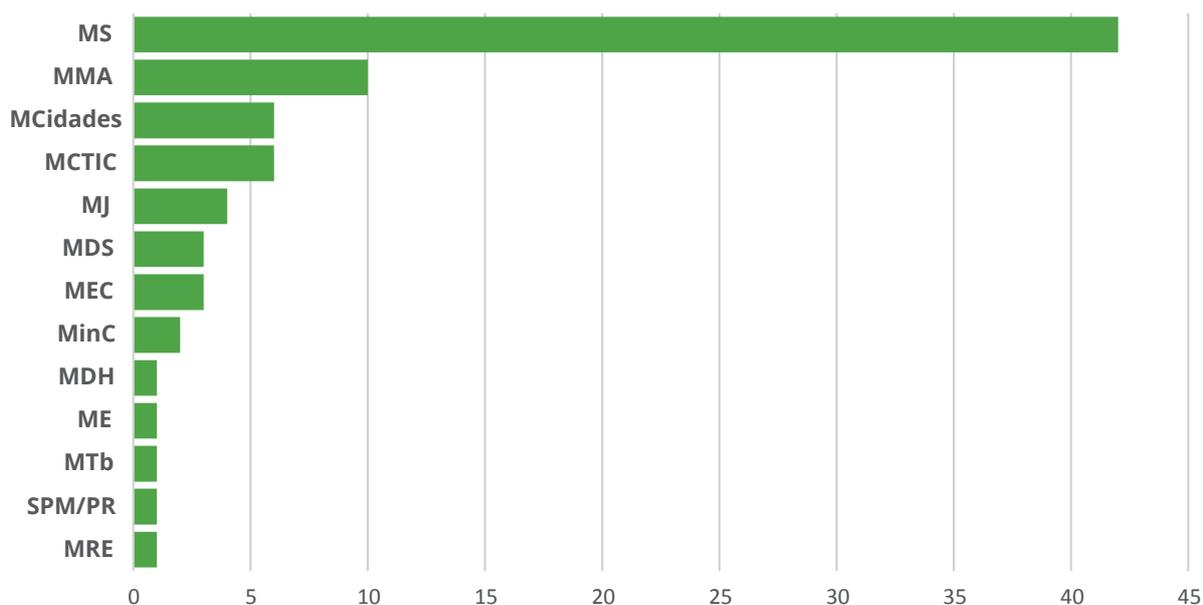
O ODS 3 ainda traz metas que buscam acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, reduzir a taxa de mortalidade materna e a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento e assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Conforme melhor detalhado abaixo, do alinhamento entre metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 20 programas do PPA tiveram algum atributo alinhado as metas do ODS 3, com destaque para o **Programa 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Como era esperado, dos 11 órgãos responsáveis pelas metas do PPA correlacionadas ao ODS 3, o Ministério da Saúde é responsável por um maior número de metas, um conjunto de 43 metas.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	34	37
2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social	9	2
2068 - Saneamento Básico	8	2
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	6	4
2083 - Qualidade Ambiental	6	13
2084 - Recursos Hídricos	4	1
2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito	3	7
2019 - Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	2	0
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	2	3
2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública	2	2
2082 - Política Externa	1	0
2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência	1	2
2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento	1	3
2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	1	1
2080 - Educação de qualidade para todos	1	2
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	0	3
2044 - Promoção dos Direitos da Juventude	0	2
2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	0	1
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	0	1
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0	1
20 Programas	81	87

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 3



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Redução da mortalidade materna e da mortalidade na infância

Metas ODS associadas

- 3.1 até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos
- 3.2 até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos

Em 2015, a taxa de mortalidade neonatal foi calculada em 9,4 óbitos de bebês de 0 a 27 dias de vida completos por 1.000 nascidos vivos, e, no mesmo ano, a taxa de mortalidade na infância apresentou um valor de 15,8 óbitos de crianças até 5 anos de idade por 1.000 nascidos vivos, o que significa dizer que o Brasil já se encontra em patamar inferior às metas propostas pelo ODS para a mortalidade na infância.

A razão de mortalidade materna, por sua vez, estava em 59,9 óbitos por 100 mil nascidos vivos em 2015. Portanto, o Brasil já observa valores abaixo da meta original global dos ODS. No entanto, embora as mortes maternas tenham diminuído nacional e regionalmente, ainda existem vários estados onde a razão de mortalidade materna permanece alta, o que ressalta a necessidade de melhorar os cuidados pré-natais e a atenção à saúde da mulher.

A Rede Cegonha é uma estratégia do governo federal, lançada em 2011, que incentiva o parto normal humanizado e intensifica a assistência integral à saúde das mulheres e crianças na rede pública. Entre as ações previstas por esta estratégia está a implantação de Centros de Parto Normal (CPN), onde a mulher é acompanhada por uma enfermeira obstetra, em um ambiente preparado para que possa exercer as suas escolhas, como se movimentar livremente e ter acesso a métodos não farmacológicos de alívio da dor. No período de 2016 a 2017 foram concluídas 18 obras e habilitados 11 CPN.

Cabe destacar também a implantação e a qualificação dos serviços especializados em atendimento às gestantes de alto risco, por meio da ampliação da oferta de maternidades especializadas, para garantir maior segurança e melhor atendimento às gestantes e aos bebês em situações especiais. O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) registra 240 maternidades em Gestão de Alto Risco (GAR) habilitadas até 2017.

A Rede Cegonha também oferece recursos para a ampliação dos exames de pré-natal, de teste rápido de gravidez e de detecção da sífilis e HIV, para a ampliação e qualificação de leitos de UTI adulto, UCI e UTI neonatal e para construção e custeio de Centros de Parto Normal e Casas de Gestantes, Bebês e Puérperas.

A Casa da Gestante, Bebê e Puérpera é uma unidade de cuidado peri-hospitalar que acolhe, orienta, cuida e acompanha gestantes, puérperas e recém-nascidos de risco que demandam

atenção diária em serviço de saúde de alta complexidade, mas não exigem vigilância constante em ambiente hospitalar; ou que pela natureza dos agravos apresentados e pela distância do local de residência não possam retornar ao domicílio no momento de pré-alta. Ao longo de 2016 foram concluídas cinco obras de Casas de Gestante, Bebê e Puérpera, das quais 04 foram habilitadas. No período 2016-2017 foram implantadas 12 CGBPs.

Considerando a magnitude da deficiência de ferro no país, o Ministério da Saúde está implantando também a estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó, tendo como objetivo a prevenção e o controle das deficiências de vitaminas e minerais, com vistas a potencializar o pleno desenvolvimento infantil. A adesão do NutriSUS ocorreu no período de 12 a 30 de setembro de 2016, com 1.045 municípios, 6.340 creches e 304.719 crianças (dados parciais). No primeiro semestre de 2017 foram distribuídos 20 milhões de sachês para garantir a suplementação de cerca de 300 mil crianças de 6 a 48 meses de idade. O ciclo de fortificação referente a 2017 foi encerrado no mês de julho deste mesmo ano. Outros 40 milhões de sachês já foram adquiridos para garantir a continuidade do programa.

O Programa Bolsa Família (PBF) é outra importante estratégia governamental. Uma de suas preocupações é garantir o cumprimento de uma agenda periódica de acompanhamento em saúde para crianças, incluindo consultas de pré-natal e vacinação das crianças. Dados do segundo semestre de 2017 mostram que, das 7,2 milhões de crianças com perfil para acompanhamento, 5,4 milhões (74,3%) tiveram seus cartões de vacinação acompanhados, e, destas, 99% estavam com a imunização em dia, conforme prevê o calendário do Ministério da Saúde. Assim, houve uma variação positiva em 6,23% no índice apurado em relação ao de 2016, que foi de 69,94%.

Outra iniciativa prioritária para a promoção do desenvolvimento infantil no País é o Programa Criança Feliz (PCF), que integra o Programa da Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e visa apoiar as famílias na promoção do desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida. O Programa propõe uma ação intersetorial para integração de políticas públicas, especialmente nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e direitos humanos, por meio de atendimentos da rede socioassistencial às famílias com crianças que atendam ao perfil do programa (até 6 anos de idade de famílias beneficiárias do PBF e do Benefício de Prestação Continuada - BPC), incluindo a realização de visitas domiciliares. Das 27 unidades da federação, 25 fizeram adesão ao PCF e, dos 5.570 municípios brasileiros, 2.545 aderiram ao Programa até final do ano de 2017. Além disso, 1.775 municípios iniciaram as visitas domiciliares, envolvendo 189.172 indivíduos, sendo 22.794 gestantes em acompanhamento.

Ainda no sentido de reduzir a mortalidade e garantir o desenvolvimento infantil adequado, o Governo Federal desenvolve ações focalizadas em crianças indígenas, como ações de vacinação, consultas de crescimento e desenvolvimento e acompanhamento alimentar e nutricional. Atualmente 80,6% das crianças indígenas menores de 5 anos estão com o esquema vacinal completo. Além disso, no primeiro semestre de 2017 foram realizadas 5.534 consultas de crescimento e desenvolvimento infantil e 67,9% das crianças indígenas menores de 5 anos tiveram acompanhamento realizado.

Doenças Transmissíveis

Metas ODS associadas

- 3.3 até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a indicar o tratamento para todas as pessoas vivendo com HIV (PVHIV), independentemente de estarem ou não com AIDS. E as intervenções implementadas para aumentar o diagnóstico, a cobertura de tratamento e a supressão viral vêm se mostrando efetivas. Assim, em 2017, a proporção de pessoas vivendo com HIV com pelo menos seis meses de tratamento e com carga viral suprimida estava em 91,9%, ultrapassando a meta proposta, de 90% de alcance.

A taxa de incidência de AIDS, que mede o risco de uma pessoa ter a doença, estava em 18,5 casos novos por 100.000 habitantes, em 2016, o que demonstra redução em relação a 2012, quando foi calculada em 20,2 casos novos por 100.000 habitantes.

Vale observar que o Teste do Ácido Nucleico (NAT) é uma técnica de biologia molecular utilizada nos serviços de hemoterapia para detecção de vírus HIV e Hepatites B e C, passíveis de transmissão transfusional. O teste é obrigatório em todas as amostras dos candidatos à doação de sangue e visa diminuir o período de janela imunológica, compreendido entre a infecção e a positivação dos testes. Em 2017, o NAT cobriu 91% das bolsas coletadas.

Também em 2017, foram diagnosticados e registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) 65.478 casos novos de tuberculose. Desse total, 46.903 foram submetidos à testagem para o HIV, o equivalente a 71,6% dos casos novos.

A taxa de incidência de tuberculose obteve queda de 35 por 100 mil habitantes em 2013 para 31,5/100 mil em 2017. Foi possível observar que o percentual de cura de casos novos diagnosticados por critério laboratorial, entre janeiro e dezembro de 2016, ficou em 67%. O tratamento de tuberculose dura entre 6 e 9 meses, dependendo da forma clínica, podendo ser prolongado em alguns casos. Pensando nisso, o Programa Nacional de Controle da Tuberculose estipula como prazos de encerramento do caso o período de 9 a 12 meses após o diagnóstico. Por esse motivo, para avaliar o ano de 2017, utiliza-se os casos diagnosticados no ano anterior.

Em 2017, foram registrados 189.300 casos autóctones de malária no Brasil. Nos últimos anos, o Ministério da Saúde tem adotado uma série de ações estratégicas para o enfrentamento da malária no país, principalmente na região Amazônica, que concentra mais de 90% dos casos da doença.

Quanto à hanseníase, para aumentar a detecção oportuna de casos novos, 77% dos contatos domiciliares de casos novos de hanseníase registrados em 2017 foram examinados, ou seja, dos 82.878 contatos registrados no período, 63.506 foram examinados.

Doenças Não Transmissíveis

Metas ODS associadas

- 3.4 até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs) por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar
- 3.a fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde em todos os países, conforme apropriado

As doenças crônicas não transmissíveis (doenças circulatórias, respiratórias crônicas, câncer, diabetes e outras) se constituem como o grupo de doenças de maior magnitude no País. Em vista disso, está em curso o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas no Brasil, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas efetivas para a prevenção e o controle dessas doenças e de seus fatores de risco (tabagismo, álcool, sedentarismo, alimentação não saudável e obesidade).

Em 2016, o Vigitel (Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico), que subsidia o monitoramento das metas propostas no referido Plano, indicou que 10,2% dos adultos residentes no Brasil referiram ser fumantes, o que indica redução importante em relação ao valor da linha de base, apurado em 2010: 14,1%. A intenção é que seja reduzida para 9,6% a prevalência de uso do tabaco no Brasil até 2019, pois o tabagismo é a principal causa de mortes evitáveis no mundo, principal fator de risco para câncer e doenças respiratórias crônicas, exercendo um papel fundamental no desenvolvimento das doenças cardiovasculares e do diabetes.

Vale destacar a existência da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ), que é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos dessa Convenção-Quadro, sendo presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 16 ministérios. Dessa forma, é possível observar que o governo brasileiro já vem trabalhando no sentido proposto pela meta 3.a dos ODS, que preconiza o fortalecimento da implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde em todos os países.

Além disso, a fim de contribuir para a promoção da saúde e de modos de vida saudáveis na população, busca-se também aumentar no País o número de espaços para a prática de atividade física e de prevenção de doenças crônicas não transmissíveis. O Programa Academia da Saúde é uma das estratégias de promoção da saúde que estão sendo implantadas pelo Ministério da Saúde. Até dezembro de 2017, 1.172 polos foram credenciados para recebimento do incentivo de custeio, destes, 973 estavam recebendo o incentivo em dezembro de 2017.

Cabe mencionar ainda que, em 2017, foram habilitados 7 Unidades Especializadas em Doença Renal Crônica, nos seguintes estados: Acre, Ceará, Maranhão, Pará, São Paulo e Sergipe. Assim, houve um total de 15 habilitações entre 2016 e 2017.

Com relação ao câncer, o controle envolve iniciativas que abrangem desde a detecção dos fatores de risco até o acompanhamento da pessoa acometida. A mamografia bial é importante instrumento de diagnóstico do câncer de mama, o mais frequente no sexo feminino. Em 2016,

foram realizadas 2.572.354 mamografias em mulheres dentro da faixa etária preconizada, de 50 a 69 anos. Em 2017, foram realizadas 2.606.848 mamografias em mulheres dentro da faixa etária preconizada.

Assim, observa-se que os esforços brasileiros têm surtido efeito significativo em alguns indicadores de saúde, como no indicador relativo à meta 3.4 dos ODS, de redução em um terço da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis. Em 2012, a taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por DCNT (doenças circulatórias, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas) foi apurada em 368,65 óbitos por 100.000 habitantes. Em 2015, foi apurada em 305 óbitos/100.000 habitantes, o que significa uma redução de 17,26% no período.

Prevenção e tratamento do abuso de substâncias

Metas ODS associadas

- 3.5 reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool

As ações de governo relacionadas ao uso de álcool e outras drogas têm foco na redução de seu impacto social, priorizando os segmentos mais expostos, seja por características de seu ciclo de vida, seja por encontrarem-se em situação de maior vulnerabilidade social.

Assim, programas de prevenção foram implementados e capilarizados por meio das redes e políticas de saúde, educação e assistência social, no intuito de retardar o início do uso de álcool e outras drogas por crianças, adolescentes e jovens e diminuir as chances de uso problemático na vida adulta.

Em 2017, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) concluiu a implementação do Portal Aberta (<http://www.aberta.senad.gov.br/>). Trata-se de um portal de educação permanente para formação de profissionais e atores sociais que atuam nas áreas de prevenção, cuidado e reinserção social. Este projeto contém uma perspectiva de reordenamento dos processos de formação propostos, permitindo assim a auto-instrução a todos e a formação por meio de módulos específicos.

Em relação à formação de Conselheiros Tutelares e de Conselheiros de Direitos, destaca-se a Escola de Conselhos, política coordenada pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH), por meio da qual foram capacitados 2.585 conselheiros dos estados do Ceará, Paraíba e Tocantins em 2017.

Quanto à qualificação da rede socioassistencial em ações intersetoriais para prevenção ao uso de álcool e outras drogas, no período 2016-2017, foram capacitados 3.219 trabalhadores do SUAS em um conjunto de 1.187 municípios de 11 estados. Desse grupo, em 2017, foram capacitados 1.675 trabalhadores, de 368 municípios, em seis estados.

Ao longo do exercício de 2017, foram ofertadas um total de 4.355 vagas por meio de contratos com Comunidades Terapêuticas (CT), que são instituições privadas, sem fins lucrativos e financiadas, em parte, pelo poder público para prestar serviços de atenção e cuidado em regime residencial transitório a pessoas com problemas com álcool e outras drogas.

Além disso, com o objetivo de alcançar a expansão e qualificação da rede de cuidado e reinserção social, o Ministério da Saúde expandiu a Rede de Atenção Psicossocial, Álcool e outras Drogas (RAPD), com ênfase na garantia e promoção dos direitos humanos. Assim, de janeiro a dezembro de 2017, foram habilitados 12 Centros de Atenção Psicossocial – CAPS AD e 4 CAPS AD III, totalizando 43 no período de 2016-2017. Também em 2017 foram implantados 175 leitos de saúde mental em hospitais gerais (totalizando 330 no período 2016-2017), implantadas 5 Unidades de Acolhimento Adulto (totalizando 12 no período 2016-2017) e 2 Unidades de Acolhimento Infanto-Juvenil, unidades estas que oferecem acolhimento transitório a pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas.

Destacam-se, por fim, os seguintes indicadores: a proporção de municípios com mais de 150 mil habitantes com oferta de rede mínima de cuidado, que aumentou de 19,05% para 23,75% entre abril/2015 e dezembro/2017; e a proporção de municípios entre 20 e 70 mil habitantes com oferta de rede mínima de cuidado, que aumentou de 41,91% em julho/2015 para 49,35% em dezembro/2017.

Profissionais de Saúde

Metas ODS associadas

- 3.c aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, treinamento e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países de menor desenvolvimento relativo e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Entre as iniciativas desenvolvidas em 2017, destaca-se o Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas (Pró-Residência), programa que tem o objetivo de incentivar a formação de especialistas, caracterizada pela integração ensino-serviço, em campos de atuação estratégicos para o SUS. Em dezembro de 2017, existiam 16.743 residentes cadastrados com bolsas de residência médica, residência multiprofissional ou residência em medicina geral da família e comunidade pagas pelo Ministério da Saúde. Ao todo, foram beneficiados 23.868 bolsistas no biênio 2016-2017.

Como meta, foi estipulada a criação de 12.372 novas vagas de residência médica até 2018. No período de 2013 a 2017, foram criadas 9.799 novas vagas de Programas de Residência, sendo 3.217 na especialidade de Medicina Geral de Família e Comunidade. Em 2017, alcançou-se o percentual de 83% de acesso para egressos dos cursos de graduação em medicina a programas de residência médica.

Entre janeiro de 2016 e dezembro de 2017, registrou-se um total de 338.407 profissionais e gestores que concluíram processos educacionais com foco na atenção básica, redes de atenção e em programas prioritários. Neste período, houve registro de 203.167 pessoas que concluíram a formação a distância na plataforma da Universidade Aberta do SUS (UNASUS), sendo 120.959 referentes ao ano de 2017. Já na plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS (AVASUS), entre janeiro de 2016 e dezembro de 2017, 135.240 concluíram a formação, sendo que 79.674 pessoas concluíram a formação em 2017.

Visando expandir o acesso, o MS vem adotando ações para ampliação do contingente de profissionais da área médica, com destaque para o Programa Mais Médicos (PMM), que se desenvolve priorizando os municípios e regiões com maior proporção de população em extrema pobreza, maior percentual de população usuária do SUS e com maior dificuldade de atração e fixação de médicos. O PMM aloca, atualmente, 18.240 médicos em 4.058 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, garantindo cobertura de atendimento a aproximadamente 63 milhões de brasileiros.

Foi também implantado o Cadastro Nacional de Especialistas (CNE), que é um espaço de validação e regulação das especialidades médicas, cujo objetivo é subsidiar o Ministério da Saúde na parametrização das ações de saúde pública, visando garantir o acesso ao atendimento médico em todo o território nacional, por meio do dimensionamento do número, especialização e área de atuação dos profissionais, bem como sua distribuição no território nacional. O site (www.cne.saude.gov.br) já se encontra em pleno funcionamento e acessível a toda a população, pesquisadores e profissionais da saúde.

4



AGENDA ODS 4

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O ODS 4 contém um conjunto de 10 metas, sendo 7 finalísticas e 3 de implementação. Tais metas têm como finalidade última **“assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”**. Objetiva-se que até 2030 todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar e completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade.

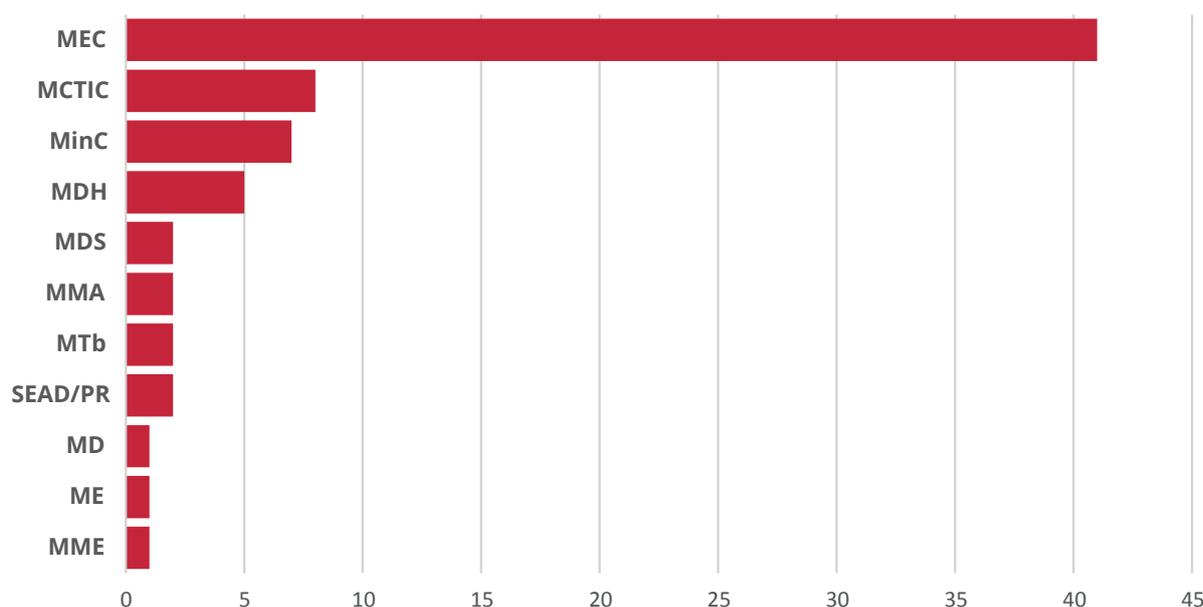
Há também metas que contemplam o aumento do nível de alfabetização de jovens e adultos; o acesso de todos à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis; e o aumento de jovens e adultos com competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo. Ademais, objetiva-se que todos os alunos obtenham educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural.

Conforme melhor detalhado abaixo, do alinhamento entre metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 23 programas do PPA tiveram algum atributo vinculado a metas do ODS 4, com destaque para o **Programa 2080 - Educação de qualidade para todos**. O Ministério da Educação é responsável pelo maior número de metas relacionadas ao ODS 4, um total de 42. Ao todo, 10 órgãos possuem metas do PPA correlacionadas ao ODS 4.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2080 - Educação de qualidade para todos	35	0
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	8	9
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	7	15
2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo	4	7
2044 - Promoção dos Direitos da Juventude	4	1
2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	3	6
2019 - Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	2	0
2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	2	0
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	1	1
2033 - Energia Elétrica	1	0
2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento	1	2
2058 - Defesa Nacional	1	0
2063 - Promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência	1	0
2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária	1	1
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	1	0
2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública	1	0
2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência	0	2
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	0	1
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	0	4
2050 - Mudança do Clima	0	1
2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	0	6
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	0	1
2083 - Qualidade Ambiental	0	3
23 Programas	73	60

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 4



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Desenvolvimento de qualidade na primeira infância

Metas ODS associadas

- 4.2 Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário

Dado que nos 3 primeiros anos de vida existe um maior desenvolvimento cerebral e cognitivo, momento em que há um significativo desenvolvimento da criança, atualmente o governo federal desenvolve o Programa Criança Feliz (PCF), iniciativa interministerial para a promoção do desenvolvimento infantil no País. Esse programa integra o Programa da Primeira Infância no SUAS e tem como finalidade promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. O programa se desenvolve por meio de visitas domiciliares que buscam desenvolver ações de saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos.

São públicos prioritários do programa: gestantes, crianças de até 3 anos e suas famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, crianças de até 6 anos e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada e crianças de até 6 anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de acolhimento institucional ou inclusão em programa de acolhimento familiar e suas famílias.

Um dos principais pilares do PCF são as capacitações para as visitas domiciliares. A capacitação nos estados foi realizada de fevereiro a junho de 2017. Das 27 unidades da federação, 25 fizeram adesão ao PCF, e dos 5.570 municípios brasileiros, 2.545 aderiram ao Programa até final do ano de 2017. Até dezembro 2017, 1.775 municípios iniciaram as visitas domiciliares, envolvendo 189.172 indivíduos, sendo 22.794 gestantes em acompanhamento. Ao todo são quase 200 mil indivíduos beneficiados pelo Programa.

Acesso e qualidade da educação básica: pré-escola, ensino fundamental e médio

Metas ODS associadas

- 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

Está vigente desde 2014 o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da educação, para o período de 10 anos. O PNE tem 20 metas que abrangem todos os níveis de formação, desde a educação infantil até o ensino superior, com atenção para detalhes como a educação inclusiva, a melhoria da taxa de escolaridade média dos brasileiros, a formação e plano de carreira para professores, bem como a gestão e o financiamento da educação.

As ações na área da educação contribuem para a garantia do direito de todos à educação com qualidade e equidade, visando não somente ao acesso e à permanência, como também à conclusão da trajetória escolar com níveis adequados de participação, aprendizagem e respeito às diferenças, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria, numa perspectiva de educação ao longo da vida.

Para expansão e melhoria da infraestrutura das creches e pré-escolas públicas, em prol do aprimoramento do desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças de 0 a 5 anos, no contexto do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), em 2017 foram concluídas 230 unidades, gerando 29 mil novas vagas para a educação infantil em 169 municípios. Realizou-se também a construção de 297 escolas de educação infantil (com previsão de conclusão até 2019), beneficiando 224 municípios.

Além da construção de unidades, o governo federal também disponibiliza recursos aos municípios e ao Distrito Federal para custeio e manutenção de novas matrículas nos estabelecimentos públicos de educação infantil construídos com recursos de programas federais. Em 2017, para a manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos de educação infantil, foram aprovados repasses de aproximadamente R\$ 35 milhões, atendendo 16.788 matrículas em 140 novos estabelecimentos de 112 municípios.

Por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), que apoia a construção, ampliação e reforma de escolas da educação básica, em 2017 foram empreendidas 366 novas ações de infraestrutura, sendo 76 construções, 80 ampliações, 187 reformas de escolas de educação básica e 23 quadras e coberturas de quadras escolares. No que tange à melhoria da infraestrutura física e pedagógica mediante transferência direta de recursos para as escolas de educação básica, destaca-se o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que destina-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos para o funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino. Em 2017, cerca de 34,9 milhões de alunos da educação básica pública foram beneficiados com R\$ 892,5 milhões, repassados a 127,4 mil escolas.

Ainda no intuito de garantir o acesso e permanência de educandos, apoiam-se estudantes de todas as etapas da educação básica por meio de programas de alimentação e transporte escolar como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), que tem por objetivo garantir acesso e permanência aos alunos da educação básica pública residentes em área rural. Em relação ao Programa Caminho da Escola, que objetiva renovar e padronizar a frota de veículos de transporte escolar, foram adquiridos 1.354 ônibus com requisitos de acessibilidade em 2017.

Com vistas à melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, foram apoiadas ações relacionadas às tecnologias educacionais. Assim, no âmbito do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), aproximadamente 2 mil unidades educacionais beneficiaram-se com a ativação de 3.886 tablets educacionais, adquiridos para uso dos professores e alunos da educação básica

de escolas públicas. No Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), que promove a instalação de infraestrutura de rede e suporte para conexão à internet nas instituições de ensino, houve, em 2017, registro de 62,2 mil pontos de conexão, beneficiando mais de 30 milhões de alunos e aproximadamente 1,5 milhão de professores.

Visando melhorar a qualidade na educação, o Programa Novo Mais Educação tem como objetivos: i) oferecer atividades complementares de apoio pedagógico; ii) alfabetizar e melhorar o desempenho em língua portuguesa por meio de acompanhamento pedagógico específico; iii) reduzir o abandono, a reprovação e a distorção idade/série; iv) melhorar os resultados de aprendizagem do ensino fundamental; e v) desenvolver atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer. As atividades são desenvolvidas por meio de complementação da carga horária em cinco ou 15 horas semanais. Em 2017, o Programa Novo Mais Educação contou com a participação de 36,1 mil escolas, atendendo a 3,9 milhões de estudantes.

Por fim, cabe destacar a Lei nº 13.415/2017, que instituiu a Política de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral, buscando levar um modelo de escolas em tempo integral para todos os Estados. Em 2017, a Política contou com a adesão das 27 unidades da Federação, 516 escolas participantes e 105 mil matrículas efetivadas no ensino médio em tempo integral. Conforme dados do Censo da Educação Básica, o número de matrículas em tempo integral passou de 6.743.612 em 2015 para 6.744.425 em 2016.

Acesso à educação técnica, profissional e superior

Metas ODS associadas

- 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e as mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade.
- 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

Para alcançar o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, buscando, assim, ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens e trabalhadores brasileiros, o governo federal tem implementado, desde 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Somente em 2017 houve a oferta de 515.565 matrículas em cursos técnicos e formação inicial e continuada. No biênio 2016-2017, tem-se um total de 949.978 de vagas ofertadas no conjunto de iniciativas do Pronatec.

Além da União ser responsável pelo Sistema Federal de Ensino, que representa 92% das IES, 87% dos cursos superiores ofertados, e 91% das matrículas da educação superior do país, ainda desenvolve outras ações no sentido de garantir o acesso ao ensino superior, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), dirigido aos estudantes com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos, egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais. O Prouni atendeu, de 2004 a 2017, mais de 2,2 milhões de

estudantes, sendo 70% com bolsas integrais. Em 2017, foram ofertadas 362.051 novas bolsas, das quais 240.858 foram ocupadas, ou seja 66%. No biênio 2016-2017, foram ofertadas 691.231 novas bolsas do Prouni.

O Programa Bolsa Permanência, buscando minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, concede auxílio financeiro aos matriculados em Ifes, bem como em instituições particulares de educação superior participantes do Prouni. O Programa contou, em 2017, com um investimento de R\$ 186 milhões. No âmbito do Prouni, em 2017, R\$ 40 milhões foram destinados ao pagamento de Bolsas Permanência Prouni, beneficiando uma média mensal de 8.334 mil bolsistas.

Em relação à assistência estudantil, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O Pnaes oferece assistência a moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Foram investidos R\$ 984,3 milhões no Plano em 2017.

Para prover o país de quadros de alto nível técnico e científico, deu-se continuidade às ações de fomento à pós-graduação. Uma importante estratégia para o fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) é a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no país: em 2017, foram concedidas 101.197 bolsas, sendo 49.720 de mestrado (2.174 dessas na modalidade mestrado profissional destinadas à formação de professores para a educação básica), 44.312 de doutorado e 7.165 de pós-doutorado, totalizando investimento de mais de R\$ 2 bilhões que beneficiaram discentes e docentes de 3,6 mil programas de pós-graduação (PPGs) stricto sensu.

Além do apoio ao SNPG por meio da concessão de bolsas no país, foram investidos cerca de R\$ 300 milhões para custear as atividades dos PPGs e dos projetos de pesquisa aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como para apoiar a realização de 1,4 mil eventos científicos e tecnológicos de curta duração no país.

Eliminação das disparidades de gênero na educação e garantia de igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional, especialmente para os mais vulneráveis

Metas ODS associadas

- 4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, os povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

O acompanhamento da frequência escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza e vulnerabilidade social, condicionalidade da educação no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF), representa um elemento estratégico na prevenção e no combate ao abandono e à evasão escolar, contribuindo, assim, para a garantia do acesso e permanência da parcela mais vulnerável da população. Em 2017, o acompanhamento somou, em média, o registro de

frequência escolar de 15,2 milhões de estudantes na faixa etária de 6 a 17 anos de idade, o que representa mais de 50% das matrículas da educação básica.

Foram contemplados, também com o PDDE, 1.067 escolas de educação especial privadas mantidas por entidades privadas sem fins lucrativos, às quais foram repassados R\$ 6,37 milhões, beneficiando 89 mil alunos da educação especial. Destaca-se também a destinação de aproximadamente R\$ 50 milhões, no âmbito do Plano Viver Sem Limite, para apoiar ações de acessibilidade em 4.720 escolas, beneficiando 2 milhões de alunos.

O Programa Escola Acessível repassou R\$ 50 milhões a 4.720 escolas, por meio do PDDE. Em relação ao Livro Didático Acessível, foram distribuídos 20 títulos no Sistema Braille (2.956 exemplares), e houve conversão de 86 títulos em formato acessível Mecdaisy, totalizando a distribuição de 15.617 obras em 1.015 municípios. O MEC também acompanha a inclusão escolar das pessoas com deficiência na faixa etária de 0 a 18 anos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O pareamento do BPC na Escola revelou que, das 505 mil pessoas nessa faixa etária, 317.348 possuíam matrícula na escola (62,8%) em 2016.

O Censo Escolar de 2016 registrou 5.658.268 matrículas em escolas indígenas, quilombolas e do campo, públicas e privadas, nas diversas etapas e modalidades da educação básica, retiradas as duplicidades.

O MEC, por meio do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), desenvolve ações em regime de colaboração com os sistemas de ensino, com ações de formação inicial e continuada de professores, distribuição de material didático específico (PNLD Campo), garantia de acesso e, por fim, recuperação da infraestrutura em todas as etapas e modalidades de ensino. Em 2017, foram adquiridos 7,2 milhões de livros do PNLD Campo, para distribuição em 2018, atendendo 2,3 milhões de estudantes em 56 mil escolas do campo.

Nas ações de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA) desenvolvidas por Estados, Distrito Federal e Municípios, a União presta apoio suplementar, por meio do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), com transferência de recursos para abertura de novas turmas de EJA, matrículas do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), repasses do Fundeb para a manutenção das turmas de EJA nas redes de ensino e inscrição de jovens e adultos nos exames de certificação de nível fundamental e médio. Em 2017, considerando os dados do Censo Escolar de 2016 de matrículas da EJA na rede pública e o Ciclo do PBA executado em 2016, registrou 3.441.439 pessoas com 15 anos ou mais atendidas com ações voltadas à alfabetização e elevação da escolaridade média.

O Projovem, executado localmente em parceria com os entes federados, prioriza o atendimento a jovens moradores dos Municípios com os maiores índices de violência contra a juventude negra, que fazem parte do Plano Juventude Viva, e aos jovens de unidades prisionais. Em 2017, foram lançadas novas edições dos Programas Projovem Urbano e Projovem Campo – Saberes da Terra, destinadas a entes que dispunham de saldo em conta específica do Programa, com oferta de 53 mil vagas e adesão de 13 Estados e 25 Municípios, ao Projovem Urbano, e de 11 Estados e 45 Municípios, ao Projovem Campo.

5



AGENDA ODS 5

IGUALDADE DE GÊNERO

O ODS 5 contém um conjunto de 9 metas, sendo 6 finalísticas e 3 de implementação. Tais metas têm como finalidade última **“alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”**. Objetiva-se a eliminação, até 2030, de todas as formas de violência, discriminação e práticas nocivas como casamentos prematuros.

Outros aspectos abordados nas metas componentes do ODS 5 tratam sobre a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública, bem como buscam o reconhecimento do trabalho de assistência e doméstico não remunerado e a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família.

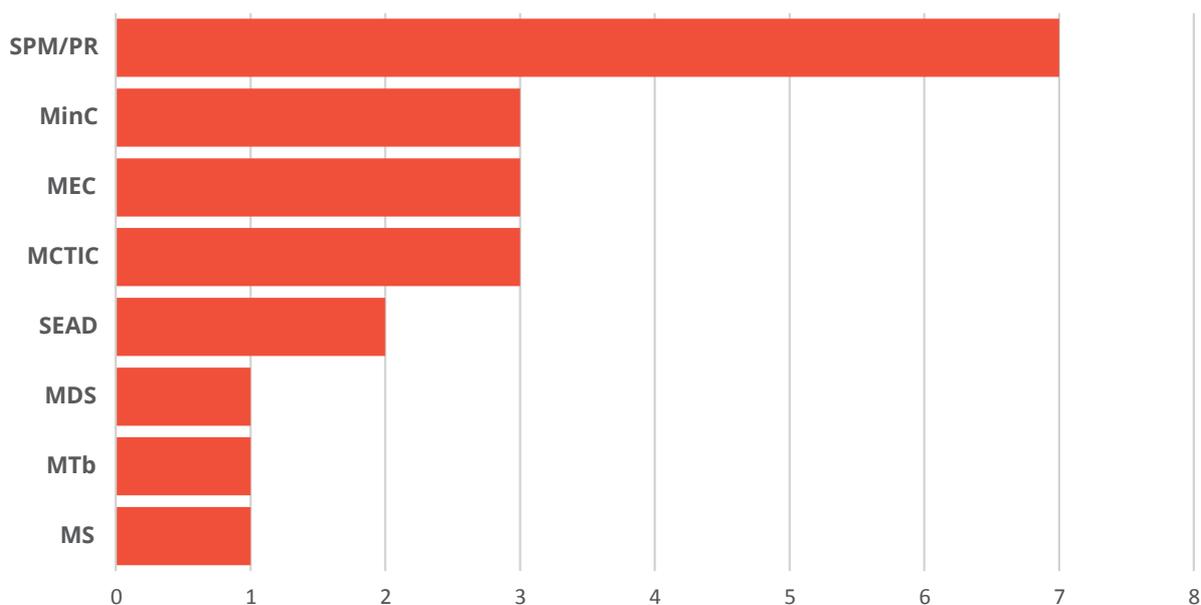
Quanto ao acesso a direitos, a Agenda 2030 visa promover acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, os direitos reprodutivos e direitos iguais de acesso aos recursos econômicos, propriedade e serviços financeiros, por exemplo.

Conforme melhor detalhado abaixo, do alinhamento entre metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 11 programas do PPA tiveram algum atributo vinculado a alguma meta ODS, com destaque para o **Programa 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência**. Dos 8 órgãos responsáveis pelas metas do PPA correlacionadas ao ODS 5, a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres é responsável pelo maior número, um conjunto de 7 metas.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência	8	13
2080 - Educação de qualidade para todos	3	1
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	3	0
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	3	3
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	3	1
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	2	2
2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	1	1
2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	0	3
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	0	1
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	0	3
2044 - Promoção dos Direitos da Juventude	0	2
11 Programas	23	30

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 5



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Enfrentamento à violência contra as Mulheres

Metas ODS associadas

- 5.2 eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

Para a garantia da assistência às mulheres em situação de violência, destacam-se os serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, distribuídos em quatro diferentes setores de atuação das políticas sociais: assistência social, saúde, segurança pública e sistema de justiça. Esses serviços integram a “Rede de Atendimento” e são classificados em dois tipos: “Serviços Não Especializados” e “Serviços Especializados”. Os serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência integram a Rede Especializada de Atendimento, estando atualmente com 1.076 unidades, sendo 74 Casas-Abrigo (Assistência Social); 497 Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres e Núcleos Especializados em Delegacias Comuns (Segurança Pública); 129 Juizados e Varas Especializadas ou Adaptadas de Atendimento à Mulher; 39 Núcleos de Atendimento Especializado em Defensorias Públicas; 92 Promotorias Especializadas ou Núcleos de Atendimento à Mulher nos Ministérios Públicos (Sistema de Justiça); 241 Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM) e 4 Casas da Mulher Brasileira (Serviços Intersetoriais), nas cidades de Brasília (DF), Campo Grande (MS), Curitiba (PR) e São Luís (MA). As casas inovam no atendimento humanizado às mulheres e integrando, em um único espaço, serviços especializados para os mais diversos tipos de violência. Além disso, vale mencionar que apesar de não se caracterizarem como serviços especializados, as 55 unidades móveis prestam orientação a mulheres do campo e da floresta.

Em relação à implementação da legislação de enfrentamento à violência contra as mulheres, destaca-se a continuidade da campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha. No período de dezembro de 2016 a dezembro de 2017, o portal da Campanha foi acessado por 977.152 usuários diferentes, gerando 2.098.081 visualizações de páginas. Além disso, foram produzidos três informativos, com matérias e entrevistas exclusivas a respeito das inovações na implementação da Lei Maria da Penha, das alianças para o enfrentamento à violência contra as mulheres e da efetivação da Lei Maria da Penha.

Trabalho doméstico não remunerado

Metas ODS associadas

- 5.4 reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

O maior entendimento do uso do tempo nas dinâmicas entre trabalho e vida cotidiana subsidia políticas públicas de igualdade e contribui para a compreensão das relações de desigualdade no trabalho e na vida doméstica. Em 2017, foi realizado o “Seminário do Uso do tempo e Gênero”, no qual foram abordadas questões de gênero, com ênfase sobre divisão sexual do trabalho e como ela se traduz no dia a dia das famílias. Os debates tiveram o reforço das informações contidas no livro “Uso do Tempo e Gênero”, lançado durante o evento. A edição reúne os estudos e pesquisas apresentados em 2013, no Rio de Janeiro, durante a realização da 35ª Conferência da Associação Internacional de Pesquisa de Uso do Tempo (IATUR). A organização dos textos e a impressão do livro são de responsabilidade da SPM e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Participação Plena e Igualdade de Oportunidades

Metas ODS associadas

- 5.5 garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

A Lei 12.034/2009, que alterou as normas eleitorais, prevê que pelo menos 30% das candidaturas devem ser do sexo feminino. No entanto, o estabelecimento de um percentual mínimo de candidaturas não foi suficiente para alterar significativamente o quadro de sub-representação feminina em cargos eletivos. Embora as mulheres representem atualmente 52% dos eleitores brasileiros, a representação feminina no Congresso Nacional está bem abaixo disso: 11,3% dos parlamentares. Ao todo, dos 513 deputados, somente 10,5% são mulheres. No Senado, dos 81 parlamentares, 16% são mulheres. Com isso, o Brasil ocupa a 152ª posição em um ranking de 190 países sobre o percentual de cadeiras ocupadas por homens e mulheres na Câmara dos Deputados. Os resultados das eleições municipais de 2016 também não foram animadores: os índices de prefeitas eleitas (11,6%) ficaram abaixo de 2012 (12,3%) e no caso das vereadoras houve um pequeno acréscimo: em 2012 ficou em 32,6% e em 2016 em 33,09%. Estes dados indicam que o País ainda está longe da meta de ter a paridade entre homens e mulheres na ocupação dos espaços de poder e decisão, pelo menos em cargos eletivos.

Para compor o processo de classificação com vistas à contratação dos projetos apresentados pelas organizações da agricultura familiar, o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos definiu que os projetos apresentados por organizações formadas por mulheres teriam pontuação adicional. Com essa estratégia, a participação das mulheres no PAA chegou a 47,59%, ultrapassando a meta prevista ao final do PPA.

A criação e ampliação de vagas em creches e pré-escolas, é um pleito das mulheres, que ao buscarem inclusão no mercado de trabalho, complementação da renda familiar, bem como independência financeira, precisam de um local seguro para deixar seus filhos. Em 2017, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), foram concluídas 230 unidades escolares, gerando 29 mil novas vagas para a educação infantil em 169 municípios. O MEC também disponibiliza recursos aos municípios e ao Distrito Federal para custeio e manutenção de novas

matrículas nos estabelecimentos públicos de educação infantil construídos com recursos de programas federais.

Cabe destacar também, que a União oferece apoio técnico e financeiro, com recursos de custeio a estados, Distrito Federal e municípios que aderirem ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), um dos programas de ação suplementar, responsável pela elevação da escolaridade na educação básica integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação cidadã. O Projovem é voltado à inclusão educacional e social de jovens de 18 a 29 anos que saibam ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental e disponibiliza Salas de Acolhimento, destinadas à guarda assistida, nas escolas, dos filhos de estudantes que não têm com quem deixá-los durante as aulas. Essa medida de equidade favorece às jovens estudantes quanto às condições de acesso e permanência nos cursos.

O Ministério da Saúde implementa ações de educação permanente para o controle social, bem como processos educativos destinados às políticas de promoção da equidade, voltados às lideranças sociais, conselheiros de saúde, integrantes de comitês de equidade, gestores e trabalhadores e buscam qualificar a atuação técnico-política desses atores, possibilitando a efetivação da participação democrática e o exercício do controle social em suas missões de fiscalização, monitoramento e proposição de diretrizes às políticas públicas de saúde. Em 2017, foram capacitadas 13.290 pessoas de lideranças dos movimentos sociais de promoção de políticas de equidade, conselheiros de saúde, integrantes dos comitês de promoção de equidade, jovens, mulheres, gestores e trabalhadores da saúde em gestão participativa e controle social no SUS.

Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos Reprodutivos

Metas ODS associadas

- 5.6 assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

Com relação à meta de ampliar o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, igualdade de gênero na educação e direitos do trabalho da mulher no Brasil, destacam-se as Oficinas de Capacitação no Instrumento de Monitoramento e Acompanhamento da PNAISM e do PNPM, realizados em parceria com o Ministério da Saúde, a ONU Mulheres, o Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde (OPAS) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

No que se refere à atenção à saúde integral das mulheres em situação de prisão, em 2017 a SPM manteve participação nas reuniões no Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ) para discussão da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), que pretende definir estratégias de atuação conjunta entre as duas instituições. Cabe destacar, também, que a SPM integrou a comissão organizadora da 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, organizada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e realizada em agosto de 2017, com o tema central “Saúde das mulheres:



Desafios para a integralidade com equidade”. Menciona-se, ainda, que no dia 8 de março de 2017 ocorreu o lançamento da Estratégia de Fortalecimento da Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva.

No enfrentamento do preconceito e discriminação que envolvem as pessoas que vivem com HIV/aids, o Brasil inovou na abordagem, realizando transformações na forma de tratar a questão. No âmbito do HIV/aids são disponibilizadas gratuitamente a realização de testes rápidos de HIV/aids e sífilis. Ademais, os mesmos são disponibilizados durante o pré-natal para todas as gestantes e suas parcerias sexuais. O diagnóstico oportuno da infecção pelo HIV/aids e sífilis durante a gravidez é fundamental para a redução das taxas de transmissão vertical (nos últimos 6 anos houve uma queda de 36%) e para a eliminação da sífilis congênita.

Para assegurar um atendimento de qualidade às mulheres que recorrem à interrupção da gestação, nos casos previstos em lei e também para aquelas que procuram os serviços hospitalares em situação de abortamento, o Ministério da Saúde mantém compra centralizada de misoprostol e material de AMIU (aspiração manual intrauterina) com distribuição às principais maternidades do país.

Para a população Trans foram sancionadas leis reivindicadas pelos grupos sociais, bem como ocorreu o lançamento do webdocumentário POPTRANS23 (janeiro/2017), que trata de importantes conceitos sobre a vida e as demandas de saúde das pessoas trans. Nessa direção, o MS junto aos gestores estaduais e municipais tem investido na qualificação dos profissionais, atuando na produção de documentos e protocolos, de cursos a distância, visando a garantir o acesso universal a serviços de saúde sexual.

Por fim, cabe destacar que em dezembro de 2017, o Governo Federal lançou a Rede Brasil Mulher, que pretende alinhar todos os programas de governo voltados às questões de promoção da igualdade de gênero e enfrentamento à violência contra mulheres em eixos temáticos. Também será estimulada a criação de novas iniciativas com o setor privado, organismos multilaterais, organismos não governamentais e quarto setor, com objetivo de fortalecer a política para as mulheres em todo o País. Com isso, busca-se otimizar resultados ao reunir esforços distintos e complementares evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e divergência das soluções na promoção da igualdade entre mulheres e homens.

6



AGENDA ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O ODS 6 contém um conjunto de 8 metas, sendo 6 finalísticas e 2 de implementação. Tais metas têm como finalidade última **“assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos”**. Assim, até 2030, objetiva-se o alcance do acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento e higiene adequados para todos.

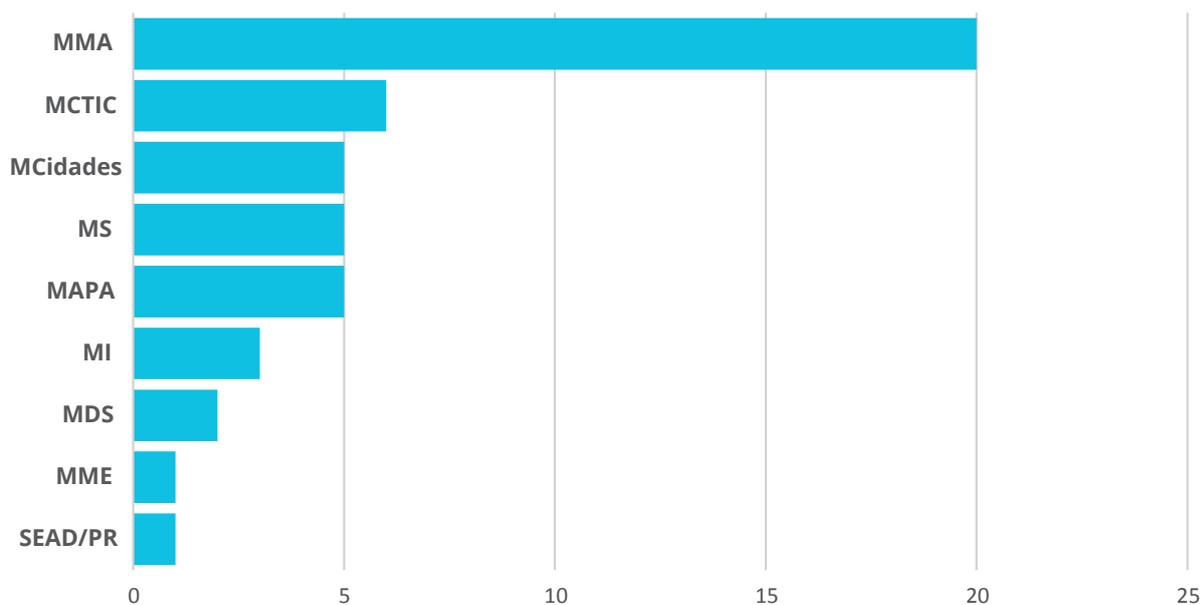
Outros aspectos abordados nas metas componentes do ODS 6 visam a melhoria da qualidade da água, com redução da poluição e de águas não tratadas; eliminação do despejo e contaminação da água com produtos químicos e aumento da reciclagem e reutilização segura da água. Há, ainda, a preocupação com o aumento da eficiência do uso da água em todos os setores e com o enfrentamento da escassez de água.

Conforme melhor detalhado abaixo, do alinhamento entre metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 12 programas do PPA tiveram algum atributo vinculado a alguma meta ODS, destacando-se os programas **2084 – Recursos Hídricos** e **2068 – Saneamento Básico**, com 15 e 10 metas em cada um desses programas. Quanto aos órgãos, 9 são responsáveis pelas metas do PPA correlacionadas ao ODS 6, com destaque para o Ministério do Meio Ambiente com 20 metas. No entanto, salienta-se a importância das atividades previstas em metas sob responsabilidade do Ministério da Saúde e das Cidades, que implementam diversas ações que visam ampliar o número de domicílios rurais e urbanos com acesso ao saneamento básico.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2084 - Recursos Hídricos	15	51
2068 - Saneamento Básico	10	5
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	6	9
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	3	2
2077 - Agropecuária Sustentável	3	7
2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	3	5
2083 - Qualidade Ambiental	3	3
2033 - Energia Elétrica	1	0
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	1	4
2050 - Mudança do Clima	1	2
2053 - Petróleo e Gás	1	1
2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária	1	1
12 Programas	48	90

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 6



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Acesso equitativo e universal à água potável e ao saneamento e higiene adequados

Metas ODS associadas

- 6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos
- 6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

Consoante os princípios e as diretrizes nacionais do saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007), a União tem atuado em articulação com os estados, os municípios e a iniciativa privada a fim de viabilizar a universalização dos serviços de saneamento.

Para assegurar ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saneamento básico em áreas rurais e comunidades tradicionais, o Governo Federal tem desenvolvido ações visando à implantação, ampliação e/ou melhoria dos serviços de abastecimento de água, voltadas para este público. Até o final de 2017, ampliou-se para 6,95 milhões o número de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna.

No intuito de garantir a segurança no consumo d'água, executa-se ações voltadas para o controle da qualidade da água para consumo humano em Comunidades Rurais e Tradicionais por meio do diagnóstico da qualidade da água de consumo humano, capacitação de operadores de sistemas ou soluções alternativas de tratamento de água, apoio laboratorial, orientações técnicas e apoio à vigilância. No biênio 2016-2017, 2.006 comunidades foram atendidas.

Nesse contexto, quanto a ampliação do número de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna, observou-se o atendimento a 58,56 milhões de domicílios.

De forma geral, no que se refere ao abastecimento de água, no âmbito do Ministério das Cidades, foram concluídos 37 empreendimentos, beneficiando 582 mil famílias. Pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) foram concluídos 57 empreendimentos e pela Companhia Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) foram concluídos dois empreendimentos, beneficiando 4,7 mil famílias.

Com os objetivos de ampliar a oferta de água potável, minimizar os efeitos perversos das secas e estiagens, aumentar a produção e melhorar o aproveitamento do solo, gerar emprego e renda, o governo federal vem financiando a construção de diversas infraestruturas hídricas pelo Brasil.

Nesse sentido, cabe citar o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), o qual consiste na maior obra de infraestrutura hídrica do País, com 477 quilômetros de extensão em dois eixos (Leste e Norte), que abastecerá adutoras e ramais que irão perenizar rios e açudes, bem como reforçar reservatórios. O empreendimento, que engloba também obras complementares,

garantirá o abastecimento regular de 12 milhões de pessoas em 390 municípios e 294 comunidades rurais às margens dos canais nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Ao mesmo tempo em que busca garantir o abastecimento por longo prazo de grandes centros urbanos da região e de centenas de pequenas e médias cidades do semiárido, o projeto beneficia áreas do interior do Nordeste com potencial econômico importantes no âmbito de uma política de desconcentração do desenvolvimento nacional.

No intuito de garantir o acesso ao saneamento e a higiene para a população, o governo federal possui metas que visam ampliar o número de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários e que possuem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade. Nestes aspectos, já existem 3,54 milhões de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários. Até o final de 2017, ampliou-se para 8,43 milhões o número domicílios rurais, com renda de até três salários mínimos mensais que possuem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade.

Com relação ao acesso ao saneamento e higiene adequados, pode-se citar os seguintes avanços: o percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica evoluiu de 29,7% para 40,8% entre dez/2013 e jul/2016 e o percentual de tratamento de esgoto coletado, evoluiu de 68,5% para 74,87% entre dez/2013 e dez/2016. Também o percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica evoluiu positivamente, passando de 83,9% em dez/2013 para 88,46% em jul/2016, chegando a 52,59 milhões de domicílios urbanos.

Ademais, quanto ao esgotamento sanitário, pelo Ministério das Cidades, foram concluídos 45 empreendimentos, beneficiando 510 mil famílias. Pela Funasa, foram concluídos 30 empreendimentos e pela Codevasf foram concluídos dez, beneficiando 72,5 mil famílias.

Melhoria da qualidade da água

Metas ODS associadas

- 6.3 até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

No intuito de realizar a gestão dos recursos hídricos nacionais de maneira adequada, o governo federal atua por meio de diversos instrumentos como, por exemplo, a implementação de planos de bacias interestaduais e respectivos estudos de enquadramento, em 2016, foi concluído o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paranapanema (Região Hidrográfica do Paraná) e em 2017 foram concluídos os Planos de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (região hidrográfica do Paraná) e da Região Hidrográfica do Paraguai. Atua-se também apoiando os estados na elaboração dos seus planos de recursos hídricos, atualmente 62% dos estados possuem planos e a expectativa é que até 2019 100% dos estados tenham elaborado seus planos.

Já o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) busca a redução dos níveis de poluição hídrica pela remoção de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançadas nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado aos Prestadores de Serviço de Saneamento que investirem na implantação, ampliação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs). Até o momento foram removidas cerca de 40.000 toneladas de DBO por 15 Estações de Tratamento de Esgotos participantes do Programa. Estima-se que o valor a ser removido por ano será crescente em razão do início de operação de ETEs já contratadas.

Cumprir ressaltar que as intervenções de esgotamento sanitário possuem impacto direto sobre a qualidade dos mananciais brasileiros. Nesse sentido, com relação ao percentual de tratamento de esgoto coletado, observa-se que a entrada em operação de novas ETEs aumentou o valor do indicador, de 68,5% em 2013 para 74,87% em 2017.

O Plano Novo Chico (Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco), lançado em agosto de 2016, consiste em um conjunto de ações de revitalização a serem executadas em um período de dez anos (2017-2026), sendo divididas nos seguintes eixos: saneamento, controle de poluição e obras hídricas; proteção e uso de recursos naturais; economias sustentáveis; gestão e educação ambiental e planejamento e monitoramento.

Também no sentido de contribuir com o aumento da qualidade da água e com a diminuição de sua contaminação, em 2017, foi publicado o “Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas”, que traz análise da situação do esgotamento sanitário nas 5.570 cidades brasileiras e dos impactos do lançamento dos esgotos nos rios, lagos e reservatórios do País.

A publicação fornece embasamento técnico e estratégico para que os setores de recursos hídricos e de saneamento tenham à disposição um documento de referência para subsidiar a tomada de decisão na gestão de recursos hídricos e na orientação dos investimentos em tratamento dos esgotos urbanos. O Atlas conta com um banco de dados com informações e indicadores de saneamento com abrangência nacional, caracterizando a situação do esgotamento sanitário em todos os municípios brasileiros, avaliando o impacto do lançamento dos esgotos nos rios, lagos e reservatórios do País e propondo soluções.

Eficiência no uso e redução da escassez de água

Metas ODS associadas

- 6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água

Visando garantir o uso sustentável da água, o governo federal possui metas relacionadas com a implementação de regras de uso da água em bacias ou sistemas hídricos interestaduais com criticidade quali-quantitativa, dada a necessidade de realizar alocação de água, disciplinando seu uso em sistemas hídricos assolados por estiagens intensas, pela emergência ou por forte potencial de conflito pelo uso da água.

Nesses sistemas, os critérios estatísticos utilizados para emissão de outorgas podem ser excessivamente otimistas em situações de escassez prolongada e, portanto, não seriam

suficientes para minimizar o colapso dos mananciais, caso não seja efetivada a recarga prevista ao final dos meses mais chuvosos do ano. Assim, a alocação compreende o diagnóstico do conflito, a promoção de regras de convivência entre usuários (marcos regulatórios), o levantamento de ações estruturais e não estruturais necessárias à sustentabilidade da gestão e a realização de reuniões públicas com a participação dos órgãos gestores federal e estaduais de recursos hídricos, dos usuários de água, dos operadores de reservatório e da sociedade em geral. Atualmente estão em andamento a alocação negociada de água em 6 bacias hidrográficas: Rio Negro (RS), Rio São Mateus (MG/ES), Rio São Marcos (GO/MG/DF), Rio São Francisco (AL/SE/PE/BA/MG/GO/DF), Rio Verde Grande (BA/MG) e Rios Piancó-Piranhas Açú (PB/RN).

Com relação ao processo de regularização do uso dos recursos hídricos de domínio da União, observa-se que houve um aumento expressivo do percentual da vazão outorgada em comparação a vazão retirada para usos consuntivos, de 64% em 2011 para 90% em 2016, ratificando o sucesso do trabalho da Agência Nacional de Águas (ANA) em suas ações de fiscalização e regularização dos usuários de recursos hídricos da União.

A Agenda de Ações para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos tem como um dos seus eixos principais prover os órgãos gestores de recursos hídricos estaduais de conhecimento hidrogeológicos, técnico-gerencial e de capacitação específica em águas subterrâneas, para que possam realizar adequadamente a gestão sistêmica e integrada de recursos hídricos. A elaboração de estudos de aquíferos em áreas urbanas, onde a água subterrânea é relevante para o abastecimento humano, é uma das prioridades da Agenda. Por meio de avaliações hidrogeológicas auxilia-se na definição de estratégias de gestão das águas subterrâneas, visando a sua preservação e seu uso sustentável. Estão em andamento estudos hidrogeológicos nas cidades de São Luis-MA, Belém/PA e Manaus-AM.

7



AGENDA ODS 7

ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O ODS 7 contém um conjunto de 5 metas, sendo 3 finalísticas e 2 de implementação. Tais metas têm como finalidade última **“assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos”**. As metas que compõem esse ODS estabelecem o acesso universal e a preços acessíveis aos serviços de energia por todos, com o aumento substancial da participação de energias renováveis na matriz energética dos países.

Há também metas que visam promover a pesquisa e tecnologias de energia limpa e a expansão e modernização da infraestrutura e das tecnologias para o fornecimento de serviços e de energia modernos e sustentáveis.

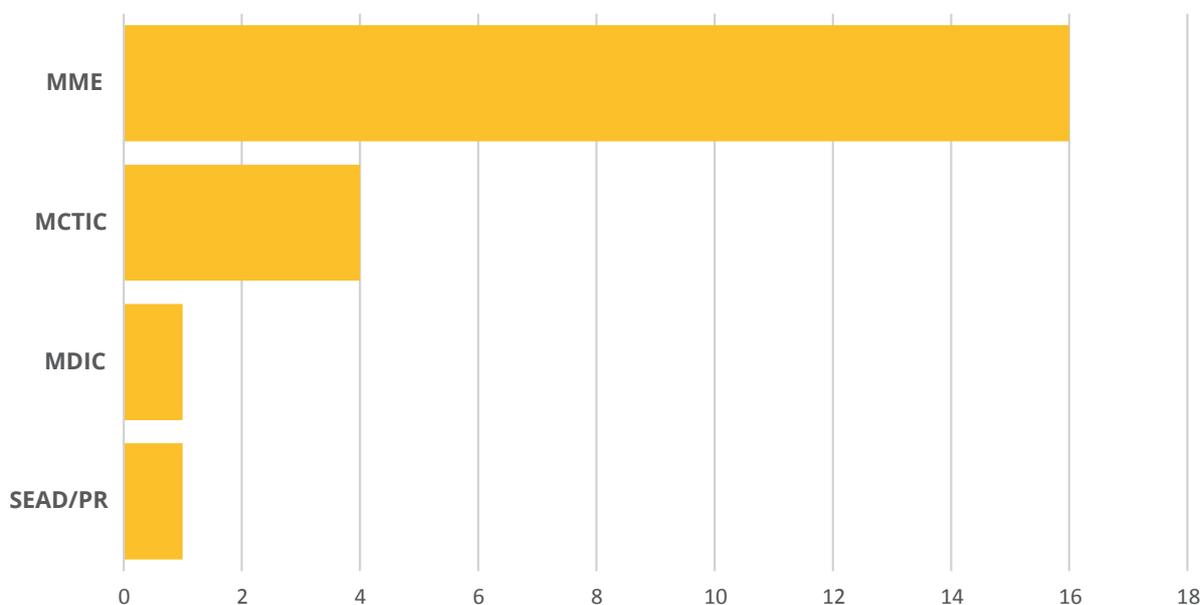
Conforme melhor detalhado abaixo, do alinhamento entre metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 10 programas do PPA tiveram algum atributo alinhado a alguma meta, com destaque para o **Programa 2022 – Combustíveis** e para o **Programa 2033 – Energia Elétrica** com 8 e 7 metas cada vinculadas ao ODS 7 ODS. Em relação aos órgãos, entre os 4 responsáveis por metas do PPA correlacionadas ao ODS 7, destaca-se o Ministério de Minas e Energia como responsável por um conjunto de 16 metas, de um total de 22 metas do PPA correlacionadas com o ODS 7.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2022 - Combustíveis	8	12
2033 - Energia Elétrica	7	21
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	4	11
2053 - Petróleo e Gás	1	2
2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária	1	1
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	1	1
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	0	2
2050 - Mudança do Clima	0	1
2077 - Agropecuária Sustentável	0	2
9 Programas	22	53

Elaboração: Seplan/MP.



NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 7



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Acesso aos serviços de energia

Metas ODS associadas

- 7.1 até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

A política nacional para o setor de energia elétrica tem como alguns de seus principais objetivos expandir a capacidade de geração e transmissão do sistema elétrico brasileiro. Entende-se que essa expansão deva ocorrer em consonância com os interesses do consumidor e com aumento da qualidade na prestação dos serviços de energia elétrica.

Em 2017, foram incorporados mais 7.394 MW à capacidade instalada de geração de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN), cabendo citar a conclusão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, a entrada em operação de 86 parques eólicos e de 32 usinas fotovoltaicas. A entrada em operação de 2.159 MW de potência, distribuídos em usinas eólicas, representou 29% do total da expansão da oferta de geração do ano. Também no ano de 2017, foram adicionados 6.622 km de linhas de transmissão de energia elétrica e 14.966 MVA de capacidade transformadora em subestações.

Quanto à meta de reduzir a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC), nacional, para 13,51 horas/ano, percebe-se que o DEC apresentou melhora significativa com relação ao ano de 2016, passando de 15,81 para 14,56 horas/ano. Quanto à meta de reduzir a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) nacional, para 8,94 vezes/ano, percebe-se que o FEC vem melhorando constantemente, atingindo no período de dez/2016 a nov/2017 o valor de 8,35 interrupções/ano.

A busca por universalização do acesso à energia elétrica ocorre por meio do Programa Luz para Todos, que visa promover o acesso de famílias residentes em áreas rurais à energia elétrica, de forma gratuita, acabando com a exclusão elétrica no país, através das extensões de rede, implantação de sistemas isolados e realização de ligações domiciliares. No biênio 2016-2017, houve levantamento das demandas por energia elétrica no meio rural em alguns estados da federação e foram autorizados novos contratos do Programa Luz para Todos em atenção aos planos de universalização. Só no período citado mais de 130 mil domicílios rurais foram atendidos com energia elétrica.

No que se refere aos combustíveis automotivos, a sua qualidade no mercado interno está nivelada aos melhores padrões internacionais de especificação. O Índice de Conformidade dos Combustíveis acumulado em 2017 foi de 97,73%.

Energias renováveis na matriz energética

Metas ODS associadas

- 7.2 até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global

As políticas e programas voltados para o setor de combustíveis têm dentre suas prioridades a expansão da produção de biocombustíveis. Neste sentido o governo brasileiro lançou a Política Nacional de Biocombustíveis (Renova- Bio - Lei nº 13.576/2017). Essa política consiste em um conjunto de ações cujo objetivo é garantir a expansão da produção de biocombustíveis no País baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e financeira, compatível com o crescimento do mercado e em harmonia com os compromissos brasileiros assumidos no Acordo de Paris.

Os marcos legais que estabelecem as regras de funcionamento do setor de combustíveis priorizam a garantia do atendimento da demanda, com preço e qualidade adequados, conforme os interesses dos consumidores. No Balanço Energético Nacional de 2017, a participação de biocombustíveis na matriz de consumo de energia nos transportes em 2016 foi da ordem de 20%, chegando a 25% em 2017. Em 2017, a produção nacional de biodiesel atendeu à demanda nacional de 4,2 bilhões de litros. Já a demanda de etanol foi de 25,2 bilhões de litros em 2017, sendo que a produção foi de 27,7 bilhões de litros, tendo o excedente sido exportado.

Ademais, é possível a mistura de 10% (B10) de biodiesel no óleo diesel comercializado em todo o território nacional, graças a realização no Brasil do maior programa de testes de biodiesel

já visto em escala global. São cerca de 50 testes com as misturas B10, B15 e B20 em pleno andamento, envolvendo mais de 20 fabricantes de veículos. Os resultados desse programa contribuirão para promover a ampliação do biodiesel no Brasil e no mundo. No que se refere ao etanol, a Lei nº 13.033/2014 permitiu a elevação do limite máximo da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina de 25% para 27,5%.

Quanto a política de geração de energia elétrica, entende-se que a necessária expansão da capacidade do sistema deve ocorrer em pleno alinhamento com as preocupações ambientais, via expansão de energias alternativas. Assim, o governo federal possui metas de incremento de capacidade instalada a partir de fonte hídrica, eólica e outras fontes alternativas. Em relação aos Leilões de Energia Nova, alguns aspectos devem ser destacados. O primeiro é a significativa contratação da fonte eólica, cuja participação na matriz de energia elétrica já supera 7%, apresentando um crescimento de aproximadamente 27% em 2017, conforme dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Em 2017, as usinas hidrelétricas representavam a maior participação na capacidade instalada, com 100,3 GW, equivalente a 63,7% da matriz elétrica. No fim de 2017 as usinas eólicas representavam 7,8% da capacidade instalada de geração, com 12,3 GW.

Melhoria da eficiência energética

Metas ODS associadas

- 7.3 até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética

Para a melhoria da eficiência energética, conforme estabelecido na meta 7.3, desde 1985 o país implementa o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) para promover o uso eficiente da energia elétrica e combater o seu desperdício. As ações do PROCEL contribuem para o aumento da eficiência dos bens e serviços, para o desenvolvimento de hábitos e conhecimentos sobre o consumo eficiente da energia e, além disso, postergam os investimentos no setor elétrico, mitigando, assim, os impactos ambientais e colaborando para um Brasil mais sustentável. A partir de 2017 se prevê que 0,1% da Receita Operacional Líquida das distribuidoras de energia elétrica sejam destinados ao PROCEL.

Conforme o Relatório “Resultados PROCEL 2017”, ano base 2016, chegou-se a uma economia de energia de 15,15 bilhões de GWh, o que equivale a 3,29% da energia consumida no país em 2016. Os resultados energéticos globais alcançados pelo programa se devem principalmente ao Selo Procel, indicando o destaque que tem sido dado ao consumidor final, por meio da orientação e do estímulo à aquisição de equipamentos mais eficientes.

8



AGENDA ODS 8

TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 contém um conjunto de 12 metas, sendo 10 finalísticas e 2 de implementação. Tais metas têm como finalidade última **“promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”**.

As metas que compõem esse ODS que estão relacionadas com a promoção do crescimento, além de tratarem da manutenção do crescimento econômico per capita, também dispõem sobre o aumento dos níveis de produtividade das economias via diversificação, modernização e inovação e sobre a promoção de políticas que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo e criatividade. Há ainda a preocupação com a melhoria da eficiência dos recursos globais no consumo e na produção.

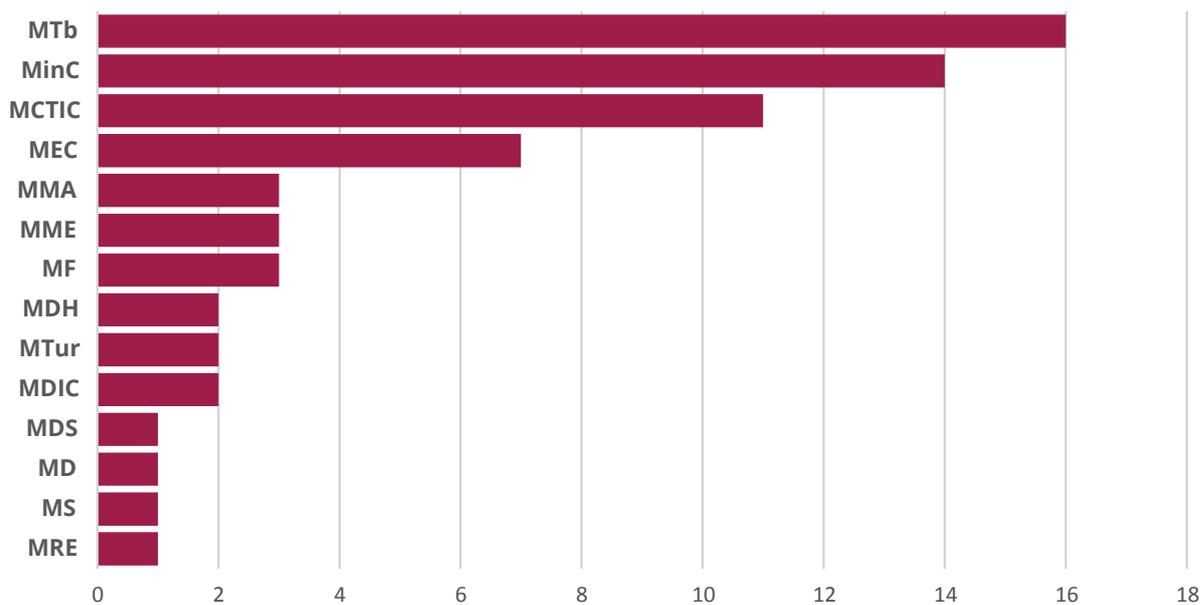
As metas relativas ao desenvolvimento do mercado de trabalho visam até 2030 o alcance de emprego pleno, produtivo e decente para todos e a redução do número de jovens sem emprego, educação ou formação. Há metas que objetivam a erradicação do trabalho forçado, da escravidão moderna, do tráfico de pessoas e das piores formas de trabalho infantil, bem como a promoção dos direitos trabalhistas e de ambientes de trabalhos seguros para todos os trabalhadores.

Conforme melhor detalhado a seguir, do alinhamento entre metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 24 programas do PPA tiveram algum atributo vinculado a alguma meta ODS, com destaque para os programas **2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária** e **2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento**, com 13 e 11 metas cada. Dos 12 órgãos responsáveis pelas metas do PPA correlacionadas ao ODS 8, o Ministério do Trabalho é responsável pelo maior número, um conjunto de 16 metas.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	14	32
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	13	10
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	9	2
2080 - Educação de qualidade para todos	7	1
2044 - Promoção dos Direitos da Juventude	4	5
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	3	3
2053 - Petróleo e Gás	3	2
2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	3	7
2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	2	0
2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo	2	6
2082 - Política Externa	1	0
2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	1	0
2052 - Pesca e Aquicultura	1	1
2058 - Defesa Nacional	1	1
2062 - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	1	0
2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	1	9
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	1	6
2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência	0	3
2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento	0	3
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	0	1
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	0	4
2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil	0	0
2050 - Mudança do Clima	0	2
2083 - Qualidade Ambiental	0	1
24 Programas	67	99

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 8



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Geração de Emprego e Renda e Empreendedorismo

Metas ODS associadas

- 8.3 promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

No biênio 2016-2017, foram beneficiados 3.378.207 trabalhadores por meio da concessão de crédito do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), sendo 1.410.190 trabalhadores beneficiados em 2016, e, 1.968.017, em 2017. A priorização da aplicação dos recursos dos depósitos especiais do FAT nas linhas de crédito voltadas às Micro e Pequenas Empresas (maior fonte de emprego) contribuiu para esse resultado.

Com relação ao desempenho do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), o volume de crédito concedido no biênio, de acordo com informações prestadas pelos bancos públicos oficiais, foi de R\$ 19,78 bilhões, sendo R\$ 11,18 bilhões, em 2016, e R\$ 8,6 bilhões, em 2017. No que concerne aos clientes atendidos, foram beneficiados 5,9 milhões de clientes no biênio, sendo 3,7 milhões, em 2016, e 2,2 milhões, em 2017.

Emprego Pleno, Produtivo e Decente para Todos

Metas ODS associadas

- 8.5 até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

Em 2017, foram implementadas importantes ações que contribuíram para a melhoria e aprimoramento dos serviços oferecidos por meio do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR). No intuito de promover uma maior aproximação com os usuários de seus serviços, o Ministério do Trabalho lançou o Portal Emprega Brasil (empregabrasil.mte.gov.br), que substituiu o Portal Mais Emprego. A plataforma ficou ainda mais moderna e foram implementadas melhorias envolvendo o lançamento de dois aplicativos: o Sine Fácil e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) Digital. Somente em 2017, o aplicativo do Sine Fácil foi baixado mais de 866 mil vezes, alcançando cerca de 50 mil consultas diárias com mais de 200 mil trabalhadores encaminhados para uma vaga de emprego.

No que tange à qualificação profissional de trabalhadores no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, em 2017, o Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - Qualifica Brasil - disponibilizou cursos de qualificação por meio da Escola do Trabalhador, que prevê a oferta de cursos de qualificação a distância, com utilização de plataforma web. No período, foram realizadas 182.567 inscrições nos cursos disponibilizados.

Em relação às ações de inspeção do trabalho para inserção de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados, em 2017, foram realizadas 10,3 mil ações. Em 2016, foram realizadas 7,1 mil ações, totalizando, no biênio, 17,4 mil ações. Quanto à atuação da Inspeção do Trabalho para inserção de aprendizes no mercado de trabalho, foram realizadas 47,8 mil ações. Somadas com as 29,5 mil ações de 2016, totalizam 77.348 ações fiscais para inserção de aprendizes, no biênio.

Destaca-se, também, que com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de janeiro a dezembro de 2016, foram admitidos 386.773 aprendizes. Em 2017, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foram admitidos 379.406 aprendizes.

Erradicação do trabalho forçado, da escravidão moderna, do tráfico de pessoas e das piores formas de trabalho infantil

Metas ODS associadas

- 8.7 tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

Quanto às ações de inspeção do trabalho para o combate ao trabalho análogo ao de escravo, foram realizadas 17 fiscalizações ao longo de 2017. Considerando as 25 ações realizadas em 2016, foi alcançado 42,4% das 99 ações fiscais programadas para o período do PPA. Já com relação às ações fiscais para erradicação das piores formas de trabalho infantil, foram realizadas 4,6 mil ações em 2017, que somadas com as 3,8 mil ações fiscais realizadas em 2016, representam 58% das 14.504 estabelecidas para o quadriênio.

O Trabalho Infantil é entendido como as atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por criança e adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos. É uma das situações que recebem especial atenção da Assistência Social e enfrentada por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), instituído pela Lei nº 12.435/2011. As famílias identificadas nessas situações são incluídas no CadÚnico, beneficiadas com a transferência de renda (Bolsa Família) e acompanhadas pelo CRAS ou CREAS, e as crianças/adolescentes são inseridas em serviços socioeducativos, por meio do Serviço de Convivência (SCFV). Além disso, todos os estados, o Distrito Federal e 958 municípios identificados no Censo IBGE (2010) com alta incidência de trabalho infantil contam com recursos federais para o apoio à gestão. Em 2017, os municípios e estados reportaram a realização de 12.616 ações de enfrentamento ao Trabalho Infantil.

Já em consideração à política de combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas, no ano de 2017, foram realizados o IV Encontro Nacional das Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo, a 4ª Semana Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o I Seminário Internacional de Enfrentamento ao tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes. Em dezembro de 2016, com o objetivo de reforçar a articulação federativa, a Comissão Nacional

para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), lançou o Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. Destaca-se a adesão de 23 estados ao Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, até final de 2017.

Redução do número de jovens sem emprego, educação ou formação

Metas ODS associadas

- 8.6 até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação
- 8.b até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho

Segundo o IBGE, em 2016, o País tinha 24,8 milhões de adolescentes e jovens de 14 a 29 anos de idade que não frequentavam escola, nem cursos de pré-vestibular, técnico de nível médio ou qualificação profissional. As razões mais frequentes foram: não frequentavam por motivo de trabalho, seja porque trabalhavam, estavam procurando trabalho ou conseguiram trabalho que iria começar em breve (41,0%); não tinham interesse (19,7%); e por ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, pessoas idosas ou pessoa com deficiência (12,8%). Além disso, 8,0% declararam já ter concluído o nível de estudo que desejavam e 7,8% disseram que faltava dinheiro para pagar as despesas. Em relação à dificuldade de acesso, 2,6% não frequentavam a escola porque não havia vagas ou escolas na localidade, ou porque a escola estava muito distante.

Com o intuito de propor e fomentar políticas públicas voltadas à inclusão educacional e social dos jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, o Ministério da Educação (MEC) apoia técnica e financeiramente estados e municípios para o desenvolvimento de ações e programas que visam à formação integral para a elevação da escolaridade e promoção da autonomia desses jovens como sujeitos de direitos e deveres, ampliando a possibilidade de inserção no mundo do trabalho e em atividades de participação social.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) é uma ação suplementar que visa à promoção de ações para elevação da escolaridade, na forma de curso, para a qualificação profissional em nível inicial e a participação cidadã de jovens com idade entre 18 e 29 anos que saibam ler e escrever, mas não tenham concluído o ensino fundamental. Em 2017, foram lançadas novas edições dos Programas Projovem Urbano e Projovem Campo – Saberes da Terra, com oferta de 53 mil vagas e adesão de 13 Estados e 25 Municípios, ao Projovem Urbano, e de 11 Estados e 45 Municípios, ao Projovem Campo. A adesão de estados e municípios ocorreu no final de 2017 e as aulas têm início previsto para o final de fevereiro de 2018.

As iniciativas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) alcançaram a oferta de 515.565 matrículas em cursos técnicos e formação inicial e continuada (FIC), sendo: 306.997 matrículas de Bolsa-formação; 7.142 matrículas na Rede e-Tec; 128.998 matrículas na Rede Federal e 72.428 matrículas na iniciativa Brasil Profissionalizado. Somando-se com as 434.413 ofertadas em 2016, tem-se um total de 949.978 de vagas ofertadas no conjunto de iniciativas do Pronatec no biênio 2016-2017.

9



AGENDA ODS 9

INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

O ODS 9 contém um conjunto de 8 metas, sendo 5 finalísticas e 3 de implementação. Tais metas têm como finalidade última **“construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação”**.

Conforme estabelecem as metas do ODS 9, o desenvolvimento de infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente deve apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano. Quanto à industrialização, as metas estabelecem: o aumento da participação da indústria no setor como percentual do emprego total e como percentual do PIB; a modernização das indústrias para torná-las mais sustentáveis e eficientes no uso de recursos; e a adoção crescente de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos. Há também o objetivo de aumentar a participação das pequenas indústrias e de outras empresas nas cadeias de valor e mercados.

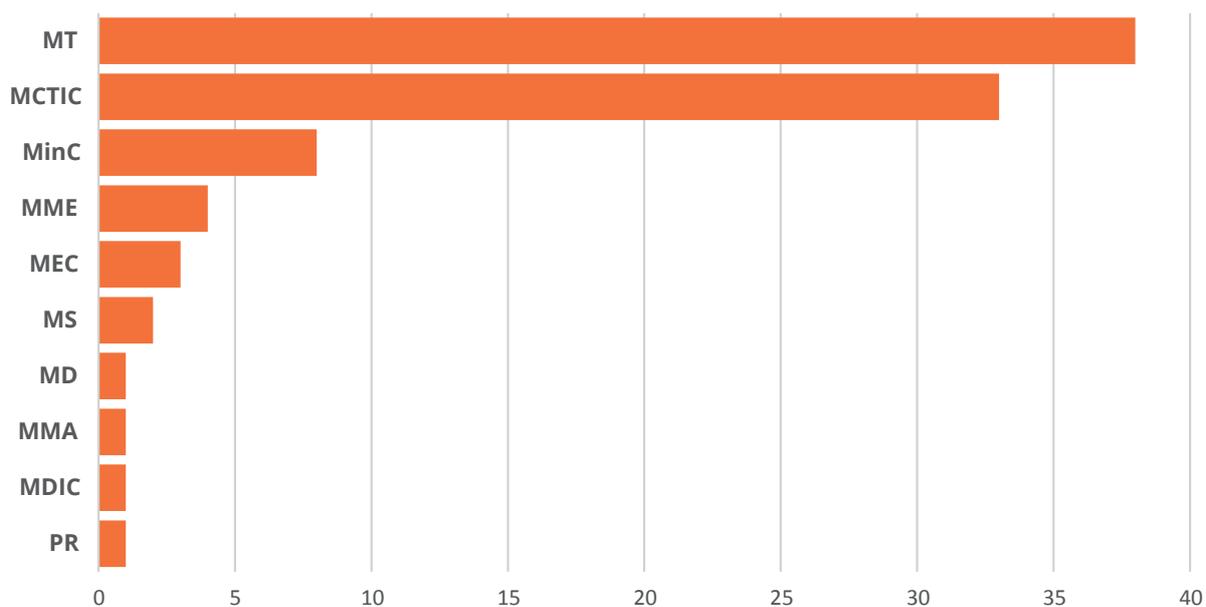
Por fim, o ODS 9 destaca a importância do fortalecimento da pesquisa científica, das capacidades tecnológicas de setores industriais e o incentivo à inovação, com aumento substancial do número de trabalhadores em pesquisa e desenvolvimento e dos gastos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento.

Conforme melhor detalhado a seguir, do alinhamento entre as metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 22 programas do PPA tiveram algum atributo vinculado a alguma meta ODS 9, com destaque para os seguintes programas: **2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação, 2086 – Transporte Aquaviário e 2087 – Transporte Terrestre**. São 10 órgãos responsáveis pelas metas do PPA correlacionadas ao ODS 9. Como era de se esperar, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações se destacam com 38 e 33 Metas do PPA, respectivamente.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	22	25
2086 - Transporte Aquaviário	19	13
2087 - Transporte Terrestre	17	171
2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	8	3
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	8	8
2080 - Educação de qualidade para todos	3	2
2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	2	4
2017 - Aviação Civil	2	3
2053 - Petróleo e Gás	2	7
2058 - Defesa Nacional	2	3
2059 - Política Nuclear	2	4
2022 - Combustíveis	1	0
2041 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral	1	4
2056 - Política Espacial	1	2
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	1	9
2083 - Qualidade Ambiental	1	11
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	0	1
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	0	11
2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil	0	2
2050 - Mudança do Clima	0	3
2052 - Pesca e Aquicultura	0	3
2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	0	7
22 Programas	92	296

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 9



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Infraestrutura de Transportes e Transfronteiriça

Metas ODS associadas

- 9.1 desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos

Em relação ao transporte aéreo, destaca-se a evolução positiva da capacidade de processamento de passageiros e de cargas dos aeroportos civis. A capacidade anual de processamento de passageiros passou de 386.616.000 (2016) para 398.110.000 (2017), o que representa 103,41% da meta estabelecida para o período do Plano Plurianual 2016-2019. Da mesma forma, foi observada uma expansão da capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos, a qual passou de 2,21 milhões de toneladas (2016) para 2,24 milhões (2017). De acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), ao fim do ano de 2017, chegou-se a 763 rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Outra importante ação governamental é o Programa de Aviação Regional, que contribui para que o Brasil possa consolidar a ocupação sustentável do território e promover a integração de suas regiões, e conta com uma carteira de execução de projetos envolvendo 177 aeroportos. Adicionalmente, deve-se registrar que a melhoria da rede aeroportuária poderá ser incrementada por meio das quatro concessões de aeroportos que ocorreram em 2017: Salvador, Porto Alegre, Fortaleza e Florianópolis.

Em relação ao transporte aquaviário, deve-se destacar a expansão da cobertura da rede de transporte hidroviário por meio de intervenções nos corredores hidroviários. Os destaques estão relacionados com a melhoria das condições de navegabilidade existentes e da adequação das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IPs4, que têm papel importante nas questões estratégicas, econômicas, turísticas e sociais e representam possibilidade de aumento da capacidade operacional de serviços prestados por meio das hidrovias. Ressaltam-se, portanto, a conclusão das adequações das IP4 de Parintins (Pontes), Humaitá, Manacapuru e Beruri (Ponte), a implantação das IP4 nos Municípios de Carauari, Guajará, Ipixuna, Itamarati e Itacoatiara, todos no Amazonas, a conclusão da obra da nova proteção dos pilares da ponte da rodovia SP-595 e a parceria com Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo para execução de obras no Tietê.

Com o objetivo de aumentar a capacidade portuária e a eficiência do sistema de transporte aquaviário nacional, o Governo Federal mantém uma ampla carteira de empreendimentos. Nesse contexto, vale registrar que, em 2017, foram concluídas importantes obras, quais sejam: Porto de Itaqui/MA - Construção do Berço 108; Porto do Rio Grande/RS - Modernização do Cais Público do Porto Novo; Porto de Vitória/ES - Obra de dragagem de aprofundamento dos acessos

aquaviários; Porto do Rio de Janeiro/RJ - Dragagem de Aprofundamento do canal de acesso, bacia de evolução e área de atracação do cais para navios de passageiros.

A melhoria da produtividade, de nível de serviço e da otimização dos fluxos logísticos do sistema portuário caracteriza-se especialmente pelo desenvolvimento e implantação de sistemas de Inteligência Logística Portuária. Até o final do ano de 2017, o desenvolvimento e implantação desses sistemas encontram-se em fase mais avançada nos portos de Santos e Vitória, que contam com Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações (VTMIS) e Cadeia Logística Portuária Inteligente/Portolog. Em 2017, teve início a homologação do VTMIS/CODESA pela Marinha do Brasil e o início de sua operação assistida.

Em relação ao transporte rodoviário, destaca-se a atividade de manutenção das rodovias federais, necessária para a recuperação da qualidade e, conseqüentemente, da capacidade dessas rodovias, que apresentou uma cobertura contratual de 88,6% para o ano de 2017. Deve-se ressaltar que a malha rodoviária pavimentada federal no Brasil é de 51,99 mil km de rodovias, de um total de aproximadamente 62,45 mil quilômetros, entre não pavimentadas e pavimentadas. Por fim, informa-se que, em 2017, foi realizada a primeira pesquisa para o ICM (Índice de Condição de Manutenção), desenvolvida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), com objetivo de aumentar a eficiência na gestão da malha rodoviária federal. Essa pesquisa avaliou mais de 52 mil quilômetros de rodovias federais e conclui-se que 67,5% das rodovias federais estão em bom estado de manutenção

Com relação à Fiscalização dos Serviços Regulados, houve a ampliação da fiscalização eletrônica por meio do Canal Verde Brasil, que efetuou até dezembro/2017 um total de 31.655.500 registros de passagem de veículos, proporcionando 41.307 sugestões de autuação. Esse canal contribui significativamente para fiscalização dos serviços de transporte regulados pela ANTT e está sendo utilizado pelas secretarias estaduais de fazenda com o intuito de combater a sonegação fiscal do ICMS, por meio do Operador Nacional dos Estados (ONE), existindo atualmente 41 Postos de Fiscalização Eletrônica em operação. Entre os benefícios gerados, destacam-se: a redução do Custo Brasil, a otimização da cadeia logística e o aumento da eficiência das frequências das viagens em escala decorrente da ininterrupta da viagem para procedimentos gerais de fiscalização do veículo (de trânsito e tributária). O sistema também é utilizado para evitar filas no Porto de Santos, verificando os veículos que ainda não têm agendamento e levantando ações para mitigar os problemas gerados pelo excesso de fluxo.

No modal rodoviário, também merecem ser destacadas as reduções significativas no número de acidentes e de vítimas fatais nas rodovias federais em 2017. A quantidade de acidentes rodoviários em estradas federais, por exemplo, reduziu de 181.272 registros (2014) para 89.318 (2017). As ações integradas realizadas pelo Governo Federal (sinalização, manutenção e pavimentação, controle de peso e de velocidade), incluindo as intervenções diretas na área de engenharia, contribuíram para essa redução.

No tocante ao modal ferroviário, destaca-se a ampliação da oferta de serviços aos usuários e a melhoria da infraestrutura, por meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais, que

buscam atender uma demanda ainda reprimida por transporte ferroviário, necessária e capaz de dar respostas a vários setores, entre eles o industrial e o do agronegócio, bem como possibilitar uma integração eficiente dos demais modos de transporte. No ano de 2017, foi executada a manutenção de todo o trecho da Ferrovia Norte-Sul, entre Porto Nacional/TO e Anápolis/GO, estando essa malha ferroviária sob administração federal. Deve-se destacar que a malha em operação no Brasil é de 29.075 km.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Empresas

Metas ODS associadas

- 9.5 fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento
- 9.b apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities
- 9.c aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020

O Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) realizou por meio das redes de extensão cerca de 130 atendimentos tecnológicos a micro, pequenas e médias empresas; 23 projetos cooperativos foram contratados pelas redes de inovação e as redes de serviços tecnológicos realizaram mais de 400 mil ensaios e calibrações. Os atendimentos realizados contribuíram para o incremento dos atuais índices de inovação das empresas. Até 2016, foram 1,10 milhão de atendimentos, que, somados aos 411.628 alcançados em 2017, chegaram a 1,5 milhão de atendimentos.

Destaca-se, também, o êxito alcançado na relação com parceiros empresariais na concessão de bolsas, de forma a intensificar o processo de inovação tecnológica decorrente das pesquisas em curso no País. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) concedeu 17.740 bolsas-ano de mestrado e doutorado, 14.312 bolsas-ano de produtividade em pesquisa e de 39.678 bolsas-ano de iniciação à pesquisa no País.

Foram apoiados projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em temas tecnológicos emergentes como Internet das Coisas (IoT), computação em nuvem, 5G e suas aplicações em temas transversais, como saúde, segurança, entre outros. Deu-se continuidade ao apoio a startups, à formação e à capacitação de recursos humanos para atuar em atividades de P&D em tecnologias digitais avançadas e na atração de jovens para a carreira de TI, a exemplo da plataforma Brasil Mais TI, com incorporação de mais 42.140 novos estudantes em 2017.

Em 2017, foram ainda selecionados 50 projetos de empresas nascentes de tecnologias Digitais, por meio de edital do CNPq, no âmbito do Programa StartUp Brasil, com um montante de

investimento previsto de R\$ 10 milhões, totalizando até o momento 90 empresas. Foram também firmados novos projetos internacionais de P&D em TICs, e firmado novo PPI visando integrar indústria e academia no desenvolvimento de tecnologias digitais emergentes.

Em relação à inclusão social a partir do desenvolvimento científico e tecnológico, foram feitas chamadas públicas para a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCT 2017, em parceria com o CNPq, resultando no apoio a 186 projetos, que atingiram o recorde de 1.231 municípios participantes. Em termos de apoio a atividades de extensão tecnológica para inclusão social e desenvolvimento sustentável, além do acompanhamento dos projetos já implantados, destaca-se o processo de seleção de projetos, com o apoio do MAPA e CNPq, a criação ou manutenção de Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) e do Centro Vocacional Tecnológico de Agroecologia e Produção Orgânica.

No tocante às ações para acesso às tecnologias de informação e comunicação, com destaque para o acesso à internet, em 2017, o programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) disponibilizou conexão para 649.579 alunos em 2.456 escolas localizadas em áreas remotas. Houve ainda programas como Juventude Rural, Computadores para Inclusão (CRC) e Redes de Cidadania, que levaram capacitação a mais 6.673 participantes no mesmo exercício. O programa Cidades Digitais disponibilizou ainda 217 pontos de acesso público nos 90 municípios instalados, beneficiando um número estimado de 413.036 cidadãos. Ainda, cerca de 4.000 Telecentros beneficiaram aproximadamente 400.000 usuários. No total, a execução da meta de acesso pelos Programas de Inclusão Digital alcançou 1.466.769 pessoas, superando a projeção original de alcançar 1 milhão de participantes.

Em 2017, o indicador da parcela da população coberta com rede de transporte (backhaul) óptica chegou a 88,1% da população. São 3.452 municípios com cobertura desse tipo de rede, ou seja, 62% do total de municípios brasileiros. Merece menção, também, o lançamento pelo Brasil, em maio de 2017, do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, o qual dispõe de cobertura integral do território nacional e alta capacidade de dados em banda ka para aplicações civis.

Também em 2017, avançou-se na interação entre governo, academia e setor privado. Foi realizada a 1ª Semana da Inovação do Brasil na Suécia, com o objetivo de divulgar a inovação brasileira e atrair parcerias e investimentos; a 3ª Reunião do Grupo Brasil-Suécia de Alto Nível em Aeronáutica, com aprovação da Estratégia bilateral em aeronáutica; e a 2ª Reunião do Grupo de Trabalho em Alta Tecnologia Industrial Inovadora, com aprovação de Plano de Trabalho para aprofundar cooperação bilateral em bioeconomia, saúde, cidades inteligentes e parques tecnológicos. Na relação com a China, destaca-se a adesão do Brasil à Rede Internacional do Bambu e Ratã (INBAR), com elevado potencial em projetos conjuntos na região Norte do Brasil; além da 4ª Reunião da Subcomissão de C,T&I da COSBAN, com foco em estabelecimento de diálogo estratégico em políticas públicas de C,T&I; a criação de novos laboratórios e plataformas conjuntos; o adensamento do intercâmbio em parques tecnológicos; o aprofundamento da cooperação em nanotecnologia; e o fomento à inovação na área de energias renováveis. Foi relançada também a agenda de cooperação com a Argentina, com reunião inaugural do Comitê Executivo Bilateral.

10



AGENDA ODS 10

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O ODS 10 contém um conjunto de 10 metas, sendo 7 finalísticas e 3 de implementação. Tais metas têm como finalidade última **“reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”**.

Dentre as metas que compõem o ODS 10 cabe destacar o intuito de até 2030 aumentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional e a realização da inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica e a garantia de igualdade de oportunidades e da redução das desigualdades de resultados, seja por meio de eliminação de leis e práticas discriminatórias, seja via promoção de legislação, políticas e ações adequadas à redução das desigualdades, especialmente políticas fiscal, salarial e de proteção social.

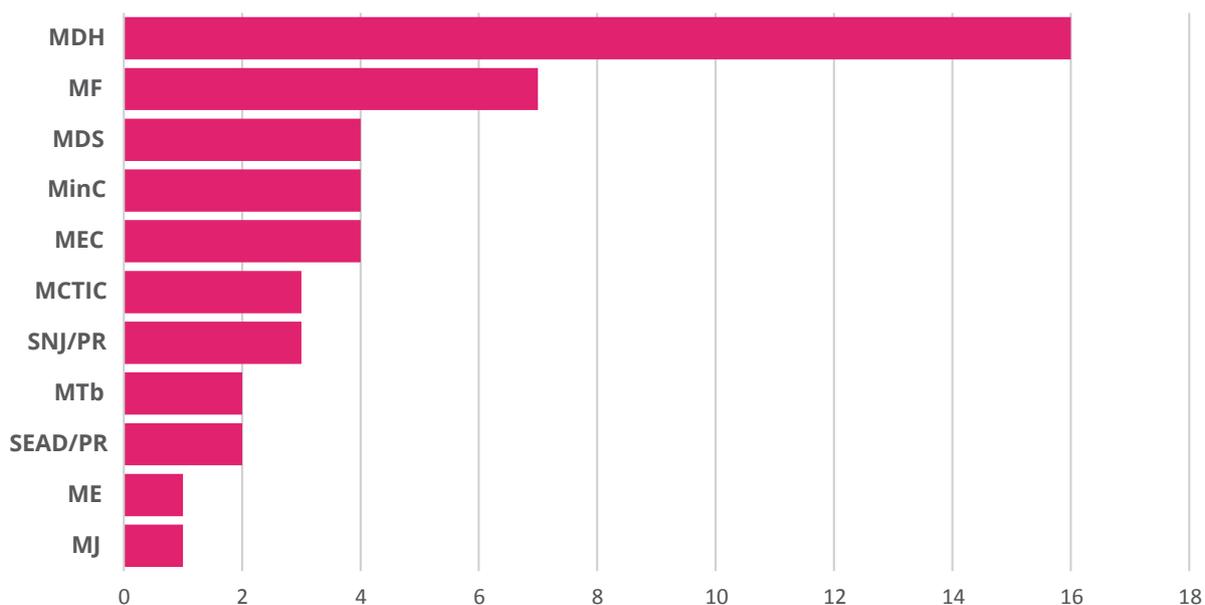
Há ainda metas concernentes à melhoria e fortalecimento da regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e da representação e voz dos países em desenvolvimento na tomada de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas

Conforme melhor detalhado abaixo, do alinhamento entre metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 21 programas do PPA tiveram algum atributo vinculado a alguma meta ODS, com destaque para o **Programa 2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo**. Dos 11 órgãos responsáveis pelas metas do PPA correlacionadas ao ODS 10, o Ministério dos Direitos Humanos possui o maior número de metas, um conjunto de 14 metas.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo	16	6
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	7	7
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	4	5
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	3	0
2044 - Promoção dos Direitos da Juventude	3	8
2063 - Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	2	8
2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	2	4
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	2	1
2080 - Educação de Qualidade para Todos	2	0
2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar	1	2
2019 - Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	1	1
2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento	1	3
2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	1	2
2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária	1	1
2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública	1	3
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	0	2
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	0	3
2050 - Mudança do Clima	0	1
2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	0	1
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0	2
2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	0	12
21 Programas	47	72

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 10



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Crescimento da renda dos 40% da população mais pobre

Metas ODS associadas

- 10.1 até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional

Em 2017, o eixo de transferência de renda atendeu em média cerca de 13,47 milhões de famílias por mês, aproximando-se da estimativa de pobreza de 13,73 milhões de famílias, com uma taxa de cobertura de 98,04%. Desde agosto, a quantidade de famílias beneficiárias encontra-se em tendência de crescimento, compensando, assim, a redução que vinha ocorrendo do último bimestre de 2016 até julho de 2017, em decorrência do aperfeiçoamento dos processos de cruzamento administrativo de bases de dados e batimento prévio dos dados do Cadastro Único. Dessa forma, conforme informado no ODS 1, o Programa Bolsa Família é o principal mecanismo de garantia de renda do governo federal. Importa registrar que a fila de espera para a concessão do Bolsa Família ao público habilitado encontra-se zerada desde agosto de 2017, fruto do aprimoramento dos mecanismos de controle do programa.

Outra medida voltada para a geração de renda para a população mais pobre refere-se ao atendimento de mulheres rurais em situação de vulnerabilidade social. A prioridade do programa é a inclusão produtiva, estruturando a capacidade de produção de base agroecológica das agricultoras familiares com uma assistência técnica diferenciada e específica, apoiando a organização das produtoras para o acesso aos mercados institucionais, a formação de grupos produtivos e fomento para a geração de renda. No ano de 2017, estiveram vigentes 3 contratos de ATER específica para Mulheres Rurais no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, atendendo a 879 mulheres em situação de vulnerabilidade social nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Inclusão Social, Econômica e Política

Metas ODS associadas

- 10.2 até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

A inclusão dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC no Cadastro Único (Decreto Nº 8.805/2016) possibilita o acesso dos requerentes e beneficiários do BPC a ações de diversas políticas públicas, como educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, turismo e habitação. As informações do Cadastro Único permitem, por exemplo, a seleção de pessoas e a priorização de atendimentos. Em novembro/2017, 57,3% dos beneficiários do BPC já estavam registrados no Cadastro Único, o que representa uma significativa evolução em relação ao final de 2016 (43,5%).

Em relação serviços e programas voltados para população em situação de rua, destacam-se: a implantação de turmas exclusivas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para a população em situação de rua no Distrito Federal e em São Paulo, ofertando 1.806 vagas até 2017; 185 Centros Pop; 501 Equipes de Abordagem em Situação de Rua; 12.100 Unidades de Acolhimento Institucional e 123 Consultórios na Rua disponíveis para este público. Há também criação de novas estratégias e metodologias de atendimento à população em situação de rua tendo como foco o acesso imediato à moradia, saúde e assistência social como pilares no processo de emancipação do indivíduo.

Outra medida que visa promover inclusão social é o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que objetiva o atendimento a famílias de agricultores, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais que se encontram em situação de extrema pobreza. Especificamente com relação aos povos e comunidades tradicionais, no período de 2016 e 2017, mais de 20 mil famílias estão contempladas em contratos vigentes do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. No que se refere à garantia do acesso à água, foram construídas 564 tecnologias sociais de acesso à água para a produção de alimentos para as famílias pertencentes aos segmentos de povos e comunidades tradicionais.

Em 2017, no âmbito da inclusão social por meio do acesso ao esporte, destacam-se a realização de 67 eventos esportivos, que atingiram o público direto de 71.432 participantes e 719.858 participantes indiretos; e a execução 80 projetos referentes à Ação Brincando com o Esporte, que beneficiaram cerca de 29.300 pessoas, entre crianças e adolescentes.

Igualdade de Oportunidades e Redução de Desigualdades de Resultados

Metas ODS associadas

- 10.3 garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

Com relação à implementação da Lei 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, além das ações de formação continuada de profissionais da educação com realização de cursos de aperfeiçoamento em educação para as relações étnico-raciais foi desenvolvido, ao longo de 2017, o Projeto “Conhecendo a Nossa História”, em parceria com a Fundação Cultural Palmares, com o objetivo de dialogar com os sistemas de ensino sobre a importância de considerar a legislação vigente (Lei 9.394/1996) na avaliação de materiais didáticos pedagógicos a serem utilizados em todas as escolas de educação básica.

Ainda no que diz respeito à promoção da igualdade de oportunidades, cabe citar a implementação das Leis 12.990/2014 e 12.711/2012. A primeira norma reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal. Já a segunda lei objetiva reservar no mínimo 50% das vagas em instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério

da Educação para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, sendo que dessas vagas, 50% devem se destinar a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita.

Ademais, busca-se assegurar que em em cada instituição federal de ensino superior, as vagas reservadas sejam preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Políticas de Migração

Metas ODS associadas

- 10.7 facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável de pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas

Em 2017, entrou em vigor a nova Lei de Migração, que instituiu as diretrizes da política migratória brasileira. Os princípios e diretrizes que norteiam a atual política migratória brasileira preveem a não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; e o acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social.

No mesmo sentido, a Lei de Migração, reconhece a condição de igualdade com os nacionais quando em território nacional e assegura acesso a serviços públicos de saúde e de assistência e previdência social, nos termos da lei, bem como o direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória.

Em atenção a esses aspectos citados, o governo brasileiro editou a Medida Provisória nº 820/2018 tratando sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Esta proposta contempla os três pilares mundialmente adotados como soluções de longo prazo para os migrantes forçados e refugiados, que são: (i) a distribuição e a interiorização no território nacional; (ii) o repatriamento, uma vez cessada a situação que deu origem ao acolhimento humanitário ou refúgio, ou uma vez cessada ou perdida a condição de refugiado; (iii) e o reassentamento em outros países, medidas essas sujeitas, em regra, à anuência prévia das pessoas afetadas.

Em relação ao refúgio no Brasil, em 2017, foram recebidas 33.866 solicitações. Destacam-se a simplificação do formulário de solicitação de refúgio e a desburocratização dos pedidos de solicitação de refúgio apresentados por grupo familiar, adotada pelo Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE.

11



AGENDA ODS 11

CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O ODS 11 contém um conjunto de 10 metas, sendo 7 finalísticas e 3 de implementação. Tais metas têm como finalidade última **“tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”**. Dentre as metas presentes no ODS 11, cabe destacar o intuito de até 2030 garantir a todos o acesso à habitação, aos serviços básicos e a transporte seguros, adequados, sustentáveis e com preço acessíveis, aumentando a urbanização inclusiva e sustentável.

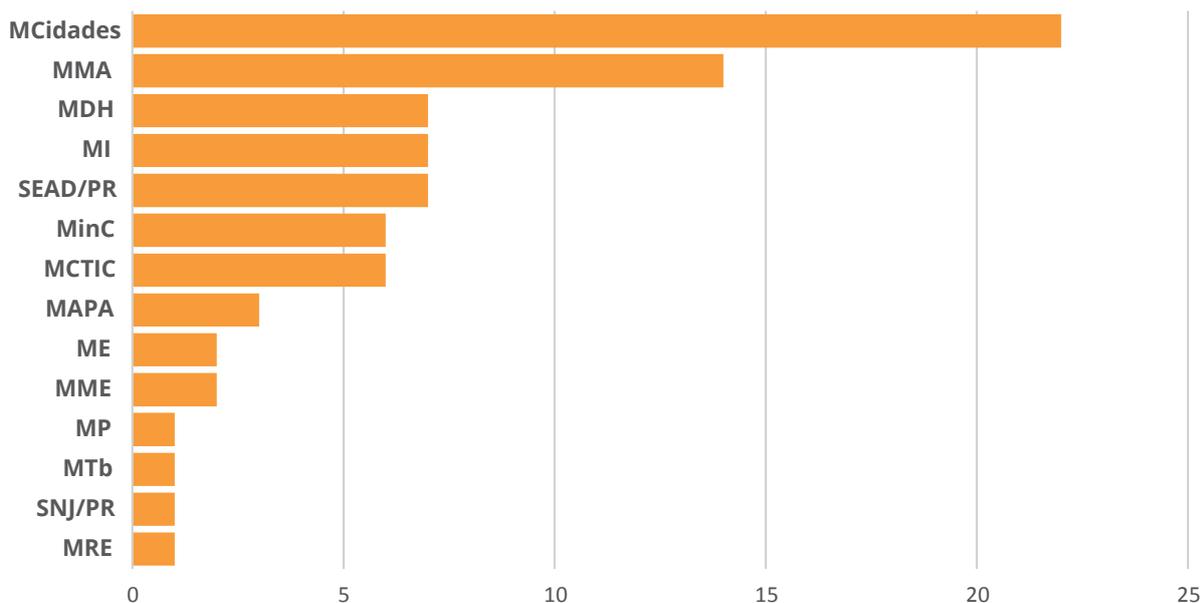
Há ainda metas que buscam até 2030 reduzir o número de pessoas afetadas e as perdas econômicas decorrentes de catástrofes, diminuir o impacto ambiental negativo das cidades e proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Conforme melhor detalhado abaixo, do alinhamento entre metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 22 programas do PPA tiveram algum atributo vinculado a alguma meta ODS, com destaque para os seguintes programas: **2040 - Gestão de Riscos e de Desastres, 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial e 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito**. São 12 órgãos responsáveis pelas metas do PPA correlacionadas ao ODS 11, com destaque para o Ministério das Cidades e para o Ministério do Meio Ambiente, com 22 e 14 metas cada um.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	9	18
2040 - Gestão de Riscos e de Desastres	9	11
2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito	8	10
2083- Qualidade Ambiental	8	16
2049 - Moradia Digna	7	5
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	6	15
2054 - Planejamento Urbano	6	4
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	5	1
2062 - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	3	3
2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	3	0
2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária	3	1
2084 - Recursos Hídricos	3	5
2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento	2	8
2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica	2	0
2077 - Agropecuária Sustentável	2	5
2082 - Política Externa	1	0
2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo	1	2
2044 - Promoção dos Direitos da Juventude	1	0
2050 - Mudança do Clima	1	7
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	0	2
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	0	5
2068 - Saneamento Básico	0	0
22 Programas	80	118

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 11



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Acesso à habitação, aos serviços básicos e ao transporte

Metas ODS associadas

- 11.1 até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas
- 11.2 até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

O Objetivo “Cidades e Comunidades Sustentáveis” tem como foco prioritário a promoção da qualidade de vida nas cidades e no meio rural, garantindo o acesso da população a serviços e a um ambiente construído e natural pautado na sustentabilidade e na atenção aos públicos mais vulnerabilizados.

Neste contexto, o acesso a uma habitação segura, adequada e a preço acessível é condição básica para o acesso à cidade. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) contratou, em 2017, 495.935 moradias voltadas para as famílias com renda bruta de até R\$ 6.500,00, incluindo moradias para reassentamento e para o meio rural.

Em ações complementares, o Programa Moradia Digna, com financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), voltados para o financiamento de pessoas físicas não enquadráveis nas condições do PMCMV, contratou, em 2017, 206.603 operações de crédito com recursos do FGTS. Neste mesmo ano, no SBPE, foram financiados R\$ 41,69 bilhões em crédito imobiliário habitacional, correspondendo a 167.394 unidades habitacionais.

Em paralelo, visando garantir a qualidade dos empreendimentos, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), através de seus sistemas SiMaC (Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos), SiAC (Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras) e SiNAT (Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Sistemas Inovadores e Convencionais), contribuíram para um aumento da qualidade técnica da construção civil no País, notadamente na produção de habitação de interesse social, estando ainda em processo de expansão e universalização da adoção dos padrões propostos.

Ações voltadas diretamente para a atuação em assentamentos precários foram realizadas por intermédio do PAC Habitação que, no exercício de 2017, teve um percentual de execução de contratos superior a 64% em 198 operações em andamento, alcançando também a conclusão de 179 outras operações.

No que se refere aos serviços básicos à disposição da população, dentre os resultados, destaca-se a conclusão de vários empreendimentos que contribuíram para a ampliação da

oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico, em especial, nas modalidades abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O destaque, em 2017, foi a conclusão de 96 empreendimentos de abastecimento de água, que totalizaram R\$ 664,31 milhões e beneficiam cerca de 587 mil famílias. Também foram concluídos 85 empreendimentos de esgotamento sanitário, cuja soma totaliza R\$ 1,06 bilhão e beneficiam 582,5 mil famílias. Destaca-se, também, a atuação especial focada no apoio a comunidades rurais e tradicionais com o controle da qualidade da água para consumo humano mediante coletas e análises da água, orientações técnicas e capacitações de operadores de sistemas coletivos ou soluções alternativas de tratamento de água, apoio laboratorial, orientações técnicas e apoio à vigilância, que atenderam a 1.133 comunidades.

A mobilidade urbana é fundamental para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e para garantir o bem-estar de seus habitantes. Neste contexto, em 2017, foram executados empreendimentos que totalizaram 46,54 km de sistemas sobre pneus, em 10 municípios apoiados no período de 2016-2017: Rio Branco/AC, Belém/PA, Natal/RN, Caxias do Sul/RS, Joinville/SC, Piracicaba/SP, São Paulo/SP, Praia Grande/SP, Santos/SP e Rio de Janeiro/RJ. Além dos sistemas sobre pneus, o governo federal tem apoiado a implantação e/ou requalificação de sistemas sobre trilhos, como o metrô de São Paulo e o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) no Rio de Janeiro. Em Salvador, destaca-se a implantação do sistema metroviário, que beneficiará a população tanto de Salvador como também de Lauro de Freitas (região metropolitana de Salvador) e onde foram executados 909,67 km de infraestrutura de mobilidade urbana em 2017, com o suporte do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas.

No tocante ao trânsito, destacam-se iniciativas relacionadas ao aprimoramento das condições de segurança e educação de trânsito e no fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), por meio da municipalização, fiscalizações, criação de novas soluções nos sistemas informatizados, promoção de campanhas e eventos, entre outras atividades. Desta forma, no ano de 2017, foram integrados 43 municípios ao SNT. Deve-se ressaltar que os principais municípios de grande e médio portes já estavam integrados ao Sistema, de forma que o número atual de municípios integrados é de 1.567.

Acesso a espaços públicos inclusivos e ambientalmente sustentáveis, com proteção ao patrimônio cultural e natural e com redução do impacto ambiental

Metas ODS associadas

- 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.
- 11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
- 11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

No enfoque de qualidade dos espaços urbanos, em 2017 foram aprovadas 421 propostas de projetos e obras de reabilitação urbana para a promoção da urbanização acessível, em um

montante de R\$ 187 milhões. Ainda, foi elaborada a Instrução Normativa nº 2, junto com o Ministério de Planejamento, que Regulamenta o § 14 do art. 21 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, para estabelecer regras e diretrizes de acessibilidade a serem observadas nas obras e serviços de engenharia custeados com recursos de convênios e contratos de repasse.

Na vertente da inclusão social nas cidades, destacam-se as experiências da cultura e do esporte. A apropriação da cidade por meio da cultura é estimulada pelos Pontos de Cultura, uma base social capilarizada e com poder de penetração nas comunidades e territórios, para a realização de ações de impacto sociocultural. Sua repercussão se vê em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis, alcançando a juventude urbana, jovens artistas e novos arranjos econômicos e produtivos baseados na cultura. Em 2017, foram fomentados 546 Pontos de Cultura.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer, que envolvem todas as faixas etárias, incluindo pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e como direito de todos. Os núcleos de esporte recreativo e de lazer, como espaços de convivência social, podem ser praças, quadras, salões paroquiais, ginásios esportivos, campos de futebol, clubes sociais. Em 2017 foram apoiados 604 núcleos, beneficiando espaços urbanos ou de comunidades indígenas e comunidades tradicionais, por meio de 87 parcerias com entes públicos.

O Programa Vida Saudável, que visa oportunizar a prática de exercícios físicos, atividades culturais e de lazer para o cidadão idoso, prioritariamente a partir de 60 anos, incluindo pessoas com deficiência, apoiou em 2017 97 núcleos, oriundos de 22 parcerias formalizadas por todo país, e 92 Módulos desenvolvidos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Estes núcleos e seus participantes contam também com suporte de capacitação, monitoramento e avaliação realizados por meio de encontros e de uma plataforma EaD que oferece 21 cursos, tendo capacitado, em 2017, 9.828 pessoas. O apoio técnico e científico para as ações de esporte e lazer contam também com a implantação de Centros de Pesquisas em todas as Unidades da Federação, com a Rede CEDES (Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer), que integra 83 Instituições de Ensino Superior, 115 Grupos de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer e 340 pesquisadores.

A vertente da qualidade ambiental nas cidades brasileiras passa também por grandes desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas. Levantamento realizado em 2016 pelo Ministério do Meio Ambiente identificou a existência de 2,2 mil municípios com Planos municipais/intermunicipais de Resíduos Sólidos (PGIRS), alcançando uma população de 110 milhões de habitantes, ou seja, 53,5% da população brasileira.

A destinação final de resíduos é fator determinante para a qualidade ambiental. As medidas da Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que se refere à recuperação de materiais recicláveis, no período de 2012 a outubro de 2017, permitiu a implantação de 2.082 PEV (pontos de entrega

voluntários), sendo cerca de 1.500 deles instalados no ano de 2017. O volume de embalagens dispostas em aterro reduziu 21,3% e a taxa de recuperação de materiais na fração seca aumentou 29%.

O Ministério do Meio Ambiente está coordenando também a implantação dos sistemas de logística reversa por meio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, de forma que o mesmo seja reutilizado, reciclado ou outra forma de destinação ambientalmente adequada. O objetivo maior é reduzir a quantidade de resíduos que chegam a aterros sanitários e aumentar a taxa de matérias recicláveis, por meio de acordos setoriais, que foram realizados com os setores de embalagens plásticas de óleo lubrificante, lâmpadas mercuriais de vapor de sódio e luz mista e embalagens em geral. Dois outros acordos, com os setores de eletroeletrônicos e medicamentos, estão em negociação.

Assim, a taxa de recuperação de materiais recicláveis está na ordem de 2% do total gerado (valor referente a 2016). Vale ressaltar que algumas cadeias produtivas possuem elevadas taxas de reciclagem, tais como o setor de alumínio (33,7%), PET (51%) e papel (63,4%), conforme aponta a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe, Panorama 2015). Estas ações são acompanhadas também pelo apoio a Redes de Cooperação de Empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis, que por sua vez apoiam 600 cooperativas e associações de catadores. Com isso, o percentual de municípios com coleta seletiva organizada por meio de cooperativas ou associações de catadores de materiais avançou de 11,4% em 2013 para 15,4% em 2017.

O controle das emissões de substâncias poluidoras na atmosfera é outra especificidade da gestão ambiental com forte incidência nas cidades. Muitos progressos foram alcançados a partir da criação do Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (Pronar), pela Resolução nº 5, de 15 de junho de 1989, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que estabeleceu as estratégias e os instrumentos para a gestão nacional da qualidade do ar. Ademais, o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), teve fundamental importância na diminuição das emissões na atmosfera nas últimas décadas.

Redução de desastres e vulnerabilidade a eventos extremos

Metas ODS associadas

- 11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.
- 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

Para proteger a população de eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos, o Programa Gestão de Riscos e de Desastres envolve ações para mapear as áreas de risco de desastres

e dotar o País de um sistema estruturado de prevenção, monitoramento, alerta, resposta a desastres naturais, recuperação de cenários atingidos por desastres e, ainda, para fortalecer o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec).

Como resultado amplo do Programa, dispõe-se, atualmente, do monitoramento de 958 municípios classificados como críticos a desastres naturais; de rede observacional ambiental implantada para subsidiar o monitoramento e alerta; e da construção de obras de contenção ou amortecimento de cheias, inundações e drenagem urbana. Em termos dos indicadores do programa, destaca-se o número de desalojados e desabrigados provocados por desastres, que recuou 29,02% entre dez/2014 e dez/2017.

Em 2017, deu-se continuidade aos esforços destinados à gestão de riscos e de desastres, visando proteger a população de eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos. Foram concluídos 20 empreendimentos de drenagem urbana em municípios críticos, com valor total de R\$ 594,87 milhões. Além desses, 155 empreendimentos de drenagem estão em andamento, somando R\$ 9 bilhões em investimentos que deverão ser concluídos nos próximos anos.

No eixo monitoramento e alerta, o Cemaden avançou ao identificar 98% das condições deflagradoras dos desastres que tiveram o reconhecimento da situação de emergência e o estado de calamidade pública reconhecidos pelo Ministério da Integração Nacional. Considerando que no Brasil os deslizamentos de encostas são responsáveis por um elevado número de vítimas fatais, especialmente em áreas urbanas com infraestrutura precária ou inexistente, algumas ações são propostas e executadas com o objetivo de apoiar a redução do risco de desastres naturais.

Há ações que buscam aprimorar as ferramentas de planejamento urbano com recorte orientado à redução de riscos de desastres naturais, apoiando Estados e Municípios para execução de Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR), enquanto instrumento de planejamento urbano frente à gestão de riscos de desastres naturais. No período 2016 a 2017 totalizou-se o apoio a 19 municípios.

Quanto ao monitoramento e alerta de desastres, desde 2011 existe o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), que realiza o monitoramento e emite alertas de desastres naturais para salvaguardar vidas e diminuir a vulnerabilidade social, ambiental e econômica decorrente desses eventos.

Em 2017, foram concluídos 151 mapas de suporte à prevenção de desastres naturais: 107 municípios foram atendidos com Mapas de Setorização de Riscos Geológicos, 40 municípios atendidos com Cartas de Suscetibilidade, e, ainda, quatro municípios favorecidos com Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização Frente aos Desastres Naturais. Um grande avanço em 2017 foi a implementação do projeto Solução de Notificação de Emergência via Mensagem de Texto. A plataforma digital elaborada pela Sedec permite a comunicação com todas as operadoras de telefonia para o envio de alertas diretamente aos telefones celulares dos cidadãos cadastrados.

Quanto às ações de pronta resposta, destaca-se a Operação Carro-Pipa (OCP), que atende prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem/seca na região do semiárido brasileiro. Em 2017, foram repassados R\$ 1,08 bilhão ao Exército Brasileiro para operacionalização da OCP. Dessa forma, 6.427 caminhões pipa atuaram no abastecimento dos municípios de nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) atendendo, mensalmente, uma população de mais de 3 milhões de pessoas em 827 municípios.

Para a execução das ações de Resposta e Recuperação em áreas atingidas por desastres, a Sedec atua, ainda, na transferência de recursos financeiros, nos termos da Lei nº 12.340/2010. Em 2017, houve uma inovação nos trâmites dos pleitos de solicitação de recursos federais para as ações de resposta e recuperação, com a inserção desses processos no Sistema Integrado de Informações de Desastres (S2iD). Com a informatização, espera-se diminuir o tempo de tramitação entre a solicitação do ente e a análise da Secretaria, buscando garantir maior agilidade no atendimento à população com a liberação dos recursos.

Planejamento regional e urbano

Metas ODS associadas

- 11.3 até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países.
- 11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.

No âmbito do desenvolvimento regional, algumas ações de suporte ao planejamento desenvolvidas em 2017 podem ser ressaltadas, tais como a atualização dos parâmetros da tipologia do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); a discussão sobre o novo portal do Observatório de Desenvolvimento Regional (ODR) e a realização da 4ª edição do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional 2017.

No âmbito do planejamento regional focado em sub-regiões prioritárias destaca-se a participação ativa no Comitê Gestor e Câmaras Técnicas do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS – Xingu); a finalização e entrega dos Planos de Desenvolvimento Regional de Sergipe (PDR/SE) e Estadual de Alagoas (PDE/AL); a participação ativa no Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA – Marajó); o acompanhamento remoto do PDRS-Xingu e o apoio institucional aos planos estaduais do Amapá e Roraima. No campo de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), está em fase de conclusão o Plano de Ação da Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) da Grande Teresina-PI.

Dentre as ações da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), destacam-se o estudo dos Microeixos de Transporte dos estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Mato Grosso, Acre, Maranhão, Rondônia e Tocantins; as revisões de normativos legais e/ou regulamentação da legislação da Política de Desenvolvimento Industrial da Amazônia (PDIA). O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), aguarda aprovação pela Presidência da

República referente à revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação atualizada em 2016. Destaca-se, também, o andamento da realização de estudo sobre o emprego formal na Amazônia e a pesquisa sobre a performance da produção acadêmica na região.

Na atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) destaca-se o acordo de Cooperação Técnica realizado entre a autarquia e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) para dar seguimento à elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF). Ao longo de 2017, houve um grande avanço na elaboração deste instrumento, coordenada pelo MMA e realizada também em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), cumprindo a etapa de elaboração de prognóstico e subsídios à implementação do referido Macrozoneamento, contemplando: a) a análise estratégica com vistas à construção dos cenários prospectivos, com a análise histórica de ocupação, a caracterização da situação atual e a identificação dos principais vetores de transformação que dão ritmo à dinâmica territorial da BHSF; b) a elaboração dos cenários prospectivos preliminares e; c) a sistematização de sete oficinas participativas realizadas com a participação de 180 participantes, representando 60 instituições, com o objetivo de refinar o exercício de cenarização prospectiva proposto.

A atuação do Governo Federal com objetivo de promover o planejamento, a regulação e a gestão de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável se dá de forma indireta, sobretudo mediante ações de capacitação, elaboração de estudos, aperfeiçoamento de legislações e marcos legais e articulação com órgãos do executivo e/ou do legislativo sobre temas relacionados à política urbana e metropolitana.

Destaca-se a promoção e o apoio a programas de desenvolvimento institucional e de capacitação técnica realizadas pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC). Em 2017, foram realizadas diversas atividades presenciais e de ensino a distância, por meio de sua plataforma virtual, o Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br). Salienta-se a realização de cursos de autoinstrução sobre implementação de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, como Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário, Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), Imposto Predial Urbano (IPTU) e Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC). Também foram publicados cadernos técnicos produzidos, veiculados vídeos e realizados seminários e cursos presenciais e a distância sobre temas diversos correlatos às políticas urbanas. No ano de 2017, cerca de 46 mil pessoas participaram das atividades do PNCC, tendo sido emitidos cerca de 23 mil certificados.

Como principais resultados relacionados à elaboração de diretrizes ambientais no âmbito de instrumentos de planejamento urbano, destacam-se a proposição da política federal de gestão ambiental urbana e a elaboração de roteiro metodológico de zoneamento ambiental em escala municipal, com vistas a subsidiar a revisão de Planos Diretores municipais.

12



AGENDA ODS 12

CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O ODS 12 contém um conjunto de 11 metas, sendo 8 finalísticas e 3 de implementação. Tais metas têm como finalidade última **“assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis”**. As metas que compõem esse ODS trazem metas relacionadas com a implementação de ações sobre produção e consumo sustentáveis e alcance da gestão sustentável e do uso eficiente dos recursos naturais.

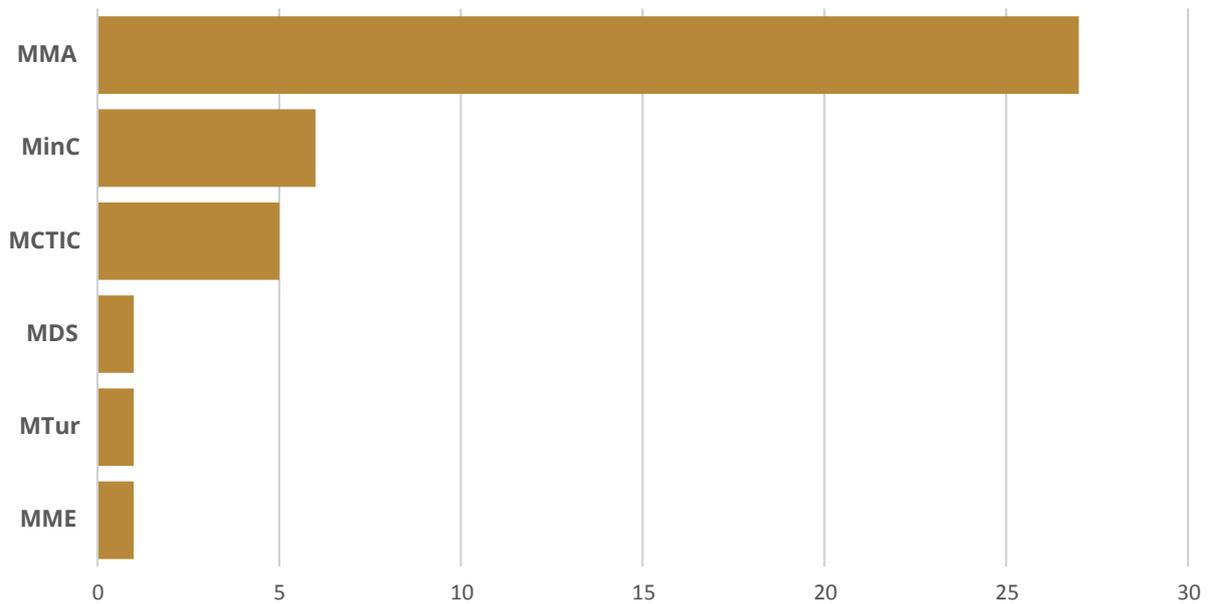
Há ainda o intuito de até 2030 reduzir o desperdício de alimentos no varejo, no consumo e nas cadeias de produção; reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso e alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos. As metas do ODS 12 ainda visam incentivar a adoção por parte de empresas e dos entes públicos de práticas sustentáveis nos seus processos de produção e aquisições.

Conforme melhor detalhado abaixo, do alinhamento entre as metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 14 programas do PPA tiveram algum atributo vinculado a alguma meta ODS, com destaque para o **Programa 2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade** e para o **Programa 2083 - Qualidade Ambiental**, com 12 e 6 metas respectivamente vinculadas ao ODS 12. Com relação aos órgãos responsáveis pelas metas do PPA correlacionadas ao ODS 12, destaca-se para o Ministério do Meio Ambiente com um conjunto de 27 metas.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	5	13
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	6	8
2033 - Energia Elétrica	1	2
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	1	3
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	0	7
2050 - Mudança do Clima	0	4
2053 - Petróleo e gás	1	2
2068 - Saneamento Básico	0	1
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	1	4
2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo	1	1
2077 - Agropecuária Sustentável	0	4
2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	12	14
2083 - Qualidade Ambiental	6	16
2084 - Recursos Hídricos	7	1
14 Programas	41	80

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 12



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais

Meta ODS associada

- 12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais

Com relação à meta 12.2, cabe ressaltar que o PPA 2016-2019 possui o programa temático de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, contendo metas que em alguma medida contribuem com a consecução do ODS 12.

O Brasil possui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei 9.985/2000), que consiste no conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais que se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo.

O SNUC foi concebido de forma a potencializar o papel das UCs, assegurando que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas estejam adequadamente representadas no território nacional e nas águas jurisdicionais. Para fortalecer o SNUC, no ano de 2017, destacam-se o desenvolvimento do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e o Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar). O ARPA apoia a consolidação e a manutenção de planos de manejo, ações de proteção e capacitação em 117 UCs federais e estaduais na Amazônia, perfazendo um total de 60,8 milhões de hectares (ha) em área. O GEF-Mar apoia a consolidação de 17 UCs federais e estaduais, que somam uma área de 1.703.933 ha.

Ademais, ao longo de 2017, o Governo Federal procurou desenvolver iniciativas buscando o fortalecimento e o empoderamento dos povos e comunidades tradicionais que contribuem sobremaneira com a conservação ambiental. Neste sentido, houve a ampliação da Política de Garantia de Preço Mínimo da Sociobiodiversidade (PGPMBio) que permitiu a introdução de uma política relevante para os grupos que dependem dessa subvenção. Já o Programa Bolsa Verde (PBV) realizou o pagamento de benefícios a mais de 48 mil famílias. Outras iniciativas voltadas à superação dos desafios ambientais e sociais das áreas abrangidas foram adotadas, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), formando mais de 2.000 pessoas e a promoção de capacitação sobre inclusão produtiva para 100 lideranças comunitárias residentes em UCs federais.

Para assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento da economia florestal local, o Brasil desenvolve ações voltadas para produção florestal sustentável e conhecimento sobre as florestas. Assim, ao longo de 2017, foram realizadas a contratação de estudos que estruturam as concessões florestais e o aperfeiçoamento do marco regulatório dessas concessões, além de audiência pública prévia à publicação do edital para concessão do

lote II da Flona do Jamari (33 mil ha). Ademais, estudos preparatórios de condições logísticas, de infraestrutura e precificação para concessão na Flona do Amapá (250 mil ha) foram concluídos e validados. Até 2017, registram-se 1,02 milhões de hectares sob concessão florestal para a produção sustentável, representando a realização de 29,14% da meta pretendida para o período do PPA.

De uma forma transversal às metas do ODS 12, destaca-se o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), lançado em 23 de novembro de 2011, que reúne ações de governo, do setor produtivo e da sociedade que direcionam o Brasil para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

Redução do desperdício de alimentos

Meta ODS associada

- 12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita

Contribuindo com a meta 12.3 merece destaque a atuação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), que, entre outros temas, aprovou a Estratégia Intersetorial de Redução das Perdas e Desperdícios de Alimentos, após amplo debate entre governo e sociedade civil. Tal estratégia contempla uma série de ações contra perdas e desperdícios de alimentos. A CAISAN também coordenou e divulgou os compromissos brasileiros assumidos no âmbito da Década de Ação em Nutrição (http://mds.gov.br/caisan-mds/publicacoes/decada_versao_portugues.pdf), promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Estes compromissos estão alinhados às metas do 2º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ademais, foi apoiada encomenda tecnológica para o desenvolvimento de secador de alimentos a vácuo sem emissão de carbono que utilize a energia solar sob duas formas (fotovoltaica e térmica) para a conservação e redução de perdas de alimentos. Essa tecnologia tem como público-alvo principalmente produtores rurais de pequeno porte. A encomenda terá duração de 12 (doze) meses e a contratação deve ocorrer em fevereiro de 2018.

Manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e de todos os resíduos e redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso

Metas ODS associadas

- 12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente
- 12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso

Contribuindo com o ODS 12, cabe destacar a existência da Política Nacional de Resíduos Sólidos que visa a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. Tal política tem dentre seus objetivos a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; e o estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços.

O governo está coordenando a implantação dos sistemas de logística reversa por meio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto. O objetivo maior é reduzir a quantidade de resíduos que chegam a aterros sanitários e aumentar a taxa de matérias recicláveis, por meio de acordos setoriais. Já foram assinados três acordos setoriais: embalagens plásticas de óleo lubrificante, lâmpadas mercuriais de vapor de sódio e luz mista e embalagens em geral.

No que tange à taxa de recuperação de materiais recicláveis, no período de 2012 a outubro de 2017, foram implantados 2.082 PEV (pontos de entrega voluntários), sendo cerca de 1.500 deles instalados no ano de 2017. O volume de embalagens dispostas em aterro reduziu 21,3% e a taxa de recuperação de materiais na fração seca aumentou 29%.

Quanto aos dados de coleta seletiva e de taxa de materiais recicláveis referente a 2016, tem-se como resultado o valor de 2% do total gerado. Vale ressaltar que algumas cadeias produtivas possuem elevadas taxas de reciclagem, tais como o setor de alumínio (33,7%), PET (51%) e papel (63,4%), conforme aponta a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe, Panorama 2015).

A gestão ambientalmente adequada dos produtos químicos avançou com a elaboração do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (NIP-POPs) e com o programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara). O programa deverá avançar na eliminação de 100% dos estoques de agrotóxicos obsoletos, inventariados nos estados de São Paulo, Paraná e Bahia.

O controle das emissões de substâncias poluidoras na atmosfera é outra especificidade da gestão ambientalmente adequada dos produtos químicos. Muitos progressos foram alcançados a partir da criação do Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (Pronar), pela Resolução nº 5, de 15 de junho de 1989, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que estabeleceu as estratégias e os instrumentos para a gestão nacional da qualidade do ar. O Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), teve fundamental importância na diminuição das emissões na atmosfera nas últimas décadas.

Compras Públicas Sustentáveis

Metas ODS associadas

- 12.7 promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais

Vale destacar a atuação do Governo Federal no estímulo aos órgãos públicos para adotarem práticas de sustentabilidade em suas atividades, por meio da adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), no sentido de preservar o meio ambiente e reduzir gastos. Em 2017, foram firmados 34 Termos de Adesão (TAs), tendo sido acumulado o total de 60 adesões entre os anos de 2016 e 2017, o que corresponde a uma ampliação de 21% no número de adesões à A3P.



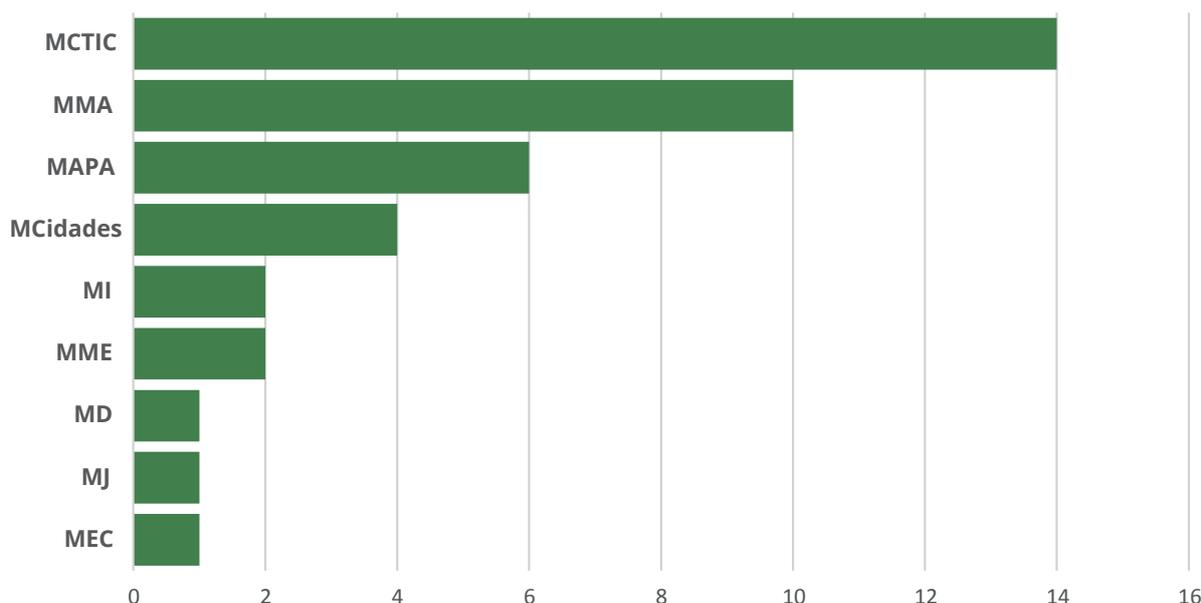
O ODS 13 contém um conjunto de 5 metas, sendo 3 finalísticas e 2 de implementação. Tais metas têm como finalidade última **“tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos”**. As metas do ODS 13 visam ao reforço da resiliência e a capacidade adaptativa a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais, bem como a melhoria da educação, conscientização e das capacidades humanas e institucionais quanto a redução de impactos e de alertas precoces sobre a mudança do clima. Há ainda a preocupação em integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.

Conforme melhor detalhado abaixo, do alinhamento entre metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 13 programas do PPA tiveram algum atributo vinculado a alguma meta, dentre esses programas, destacam-se os programas **2040 - Gestão de Riscos e de Desastres** e **2050 - Mudança do Clima**, cada um com 12 e 10 metas relacionadas ao ODS 13. Dentre os 9 órgãos responsáveis pelas metas do PPA correlacionadas ao ODS 13, cabe destacar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério do Meio Ambiente, com 14 e 10 metas cada um.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	4	6
2040 - Gestão de Riscos e de Desastres	12	9
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	0	5
2044 - Promoção dos Direitos da Juventude	1	0
2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica	0	1
2050 - Mudança do Clima	10	30
2056 - Política Espacial	0	1
2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	1	2
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	1	0
2077 - Agropecuária Sustentável	5	6
2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	3	10
2083 - Qualidade Ambiental	3	1
2084 - Recursos Hídricos	1	3
13 Programas	41	74

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 13



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais

Meta ODS associadas

- 13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

Contribuindo com a meta ODS 13.1, e conforme também destacado na meta 1.5 e 11.5 e 11.b, para proteger a população de eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos, o Governo Federal desenvolve ações para mapear as áreas de risco de desastres e dotar o País de um sistema estruturado de prevenção, monitoramento, alerta, resposta a desastres naturais, recuperação de cenários atingidos por desastres, fortalecendo o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec).

No intuito de agir com maior tempestividade frente a eventos críticos, pretende-se aumentar o tempo de antecedência do alerta de risco muito alto de deslizamentos e enxurradas para no mínimo 2 horas. Atualmente, do total de alertas avaliados (9), entre o horário de ocorrência de cada evento e o horário do envio de cada alerta, a média final de tempo foi de 1,8 horas de antecedência. Visando ao aprimoramento, o Cemaden continuará investindo no desenvolvimento

de novas pesquisas e produtos, em especial no sistema de alertas semiautomáticos, que permitirá agilizar o tempo de emissão dos alertas.

Ao longo de 2016 e 2017 procurou-se definir e estabelecer os arranjos institucionais necessários para o desenvolvimento do projeto-piloto do sistema de monitoramento e observação dos impactos das mudanças climáticas, inicialmente focado no semiárido brasileiro. Além disso, também em 2016, foi apoiado o projeto “Mudanças Climáticas - Apoio ao Ponto Focal Técnico do Brasil à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima”. O projeto prevê a elaboração de publicações ligadas aos temas: o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), o desenvolvimento sustentável do Brasil e novos mecanismos de mercado; e o potencial de adaptação e mitigação das tecnologias fotovoltaicas na região semiárida do nordeste brasileiro.

Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais

Meta ODS associada

- 13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) foi instituída pela Lei nº 12.187/2009, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.390/2010. A política estabelece os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos a serem adotados em relação à mudança do clima. Embora o Brasil não esteja vinculado a metas obrigatórias de redução pela Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Convenção do Clima), em linha com o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, a PNMC declara um compromisso nacional voluntário de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) entre 36,1% a 38,9% das emissões projetadas para 2020.

O Decreto nº 7.390/2010, entre outras ações, detalha os instrumentos da PNMC para cumprimento do compromisso voluntário brasileiro. Para efeito da regulamentação são considerados o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), o Plano para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura e o Plano de Emissões da Siderurgia. A PNMC ainda prevê planos para os setores de transporte (urbano e interestadual de passageiros e carga), saúde, indústria (transformação, bens duráveis, química fina e de base, papel e celulose, construção civil) e mineração.

Os resultados do PPCDAM e do PPCerrado mostram que a taxa anual de desmatamento caiu nos anos de 2016 e 2017, segundo dados do PRODES/INPE. Conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) o desmatamento na Amazônia foi de 7.893 km² em 2016 e de 6.947 km² em 2017. Essas informações indicam que a taxa anual de desmatamento na Amazônia foi reduzida em cerca de 59% e 66%, respectivamente, em relação ao período de referência (1996-2005). Esses números indicam que a redução do desmatamento contribuiu

para redução das emissões em 564.481.764 tCO₂e em 2016 e 626.312.610 tCO₂e em 2017, em relação ao período de referência considerado.

Para o Cerrado, a meta estipulada de redução de 40% em relação ao desmatamento observado no período de 1999 a 2008 está mais próxima da situação mensurada pelo sistema do INPE (PRODES Cerrado), que detectou um desmatamento de 9.482 km² para o ano de 2015, última medição realizada.

Do ponto de vista de ações de mitigação e adaptação do setor agrícola às mudanças do clima, vem sendo implementado em todo o território nacional o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), em conjunto com os Grupos Gestores Estaduais (Planos Estaduais) e por meio de parcerias promovidas para este fim. Cálculos do total de GEE mitigado, obtidos de forma indireta, indicam que a implementação das atividades do Plano ABC possibilitou uma redução nas emissões de GEE de 24,75 milhões de tCO₂e (35,36% da meta de redução de 70 milhões de tCO₂e no período de 2016-2019) no período de 2016 e 2017.

Além do que foi previsto na PNMC, devem ser considerados os novos compromissos assumidos pelo País junto à Convenção do Clima, com a apresentação da Contribuição Nacionalmente Determinada do Acordo de Paris, ratificado pelo Brasil em 12 de setembro de 2016. Para atender ao desafio de reduzir em 37% a emissão de GEE para o conjunto da economia brasileira até 2025, em relação a 2005, conforme apresentado na NDC, o Governo Federal buscará articular junto aos atores relevantes a efetiva mitigação e adaptação à mudança do clima por meio da implementação, aprimoramento e revisão dos instrumentos existentes.

Em matéria de adaptação aos efeitos da mudança do clima, em 2016 foi iniciada a implementação do Plano Nacional de Adaptação, concluído no ano anterior, e que busca promover o desenvolvimento nacional resiliente à mudança do clima, evitar e minimizar perdas e aproveitar possíveis oportunidades. Pretende-se que o efetivo cumprimento dos objetivos propostos possa levar o País a progredir em sua trajetória de mitigação e de adaptação à mudança do clima de forma compatível com o desenvolvimento econômico e social.

Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima

Meta ODS associada

- 13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima

Na direção do cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção do Clima, no ano de 2016 foi encerrado o projeto de cooperação técnica internacional que permitiu a elaboração, publicação e distribuição da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção do Clima (TCN – disponível em <http://sirene.mcti.gov.br/publicacoes/>).

Também em 2016, juntamente com a apresentação da TCN à Convenção do Clima, foi lançado o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE), que é um sistema computacional cujo objetivo principal é disponibilizar os resultados de emissões de gases de efeito estufa do Brasil. Encontram-se disponíveis no sistema resultados de emissões de 1990 a 2010 e podem ser classificados por tipo de gás, por setor, por subsetor, por ano e por Unidade Federativa para os setores Agropecuária e Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas.

No âmbito do Projeto Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil, finalizado em 2017, treinamentos foram realizados e estudos técnicos e articulações entre atores governamentais foram continuados com o objetivo de reforçar a capacidade técnica do Governo para a implementação de suas ações de mitigação de emissões de gases de efeito estufa nos principais setores econômicos (indústria, energia, transportes, residencial e serviços, gestão de resíduos, uso da terra e florestas), contribuindo para a implementação, o acompanhamento e a avaliação dos planos setoriais e nacional, bem como para sua revisão.

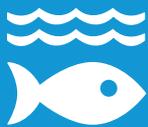
Na área de modelagem, foram realizados esforços para o avanço do conhecimento técnico-científico em diferentes componentes do Sistema Terrestre. Dentre os avanços, destacam-se: (a) avanços na modelagem regional climática para geração de projeções da mudança do clima para a América do Sul; (b) evolução do modelo INLAND, que trata das interações superfície terrestre-atmosfera; (c) evolução da plataforma de modelagem ambiental espacialmente explícita (TERRA-ME); (d) o aprimoramento e calibração dos modelos de mudanças de uso da terra (LUCC-ME: Land Use and Cover Change Modeling Environment) e de emissões de gases do efeito estufa (INPE-EM); (e) o desenvolvimento do Modelo Hidrológico Distribuído (MHD-INPE) e do Modelo Regional do Sistema Terrestre Eta/NOAH -MP-INPE. Além disso, tiveram início os trabalhos para a realização de simulações (clima atual) e projeções de cenários futuros de mudanças climáticas com maior detalhamento sobre o Brasil, considerando os novos cenários de emissões chamados de RCPs (Representative Concentration Pathways), RCP 4.5 (cenário otimista) e 8.5 (pessimista) do IPCC no período de 1961 a 2100.

Cabe ressaltar também as ações no sentido de fomentar pesquisas e projetos sobre mudanças climáticas, tais projetos visam suprir lacunas de conhecimento, permitindo o aprimoramento do inventário de emissões por meio de cálculos para obtenção de fatores de emissão específicos para as características nacionais para os setores energia, agricultura, uso da terra, mudança do uso da terra e florestas e outras atividades que contribuam para a implantação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima no Brasil.

Adicionalmente, verifica-se a ampliação e fortalecimento da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas - Rede CLIMA, a criação e implementação da rede de observação de gases de efeito estufa e a elaboração do Relatório de avaliação das necessidades tecnológicas para o Brasil para a Convenção sobre Mudança do Clima

Por fim, cabe destacar o lançamento da plataforma ADAPTACLIMA, que reunirá todo o conhecimento existente em adaptação à mudança do clima no Brasil, para facilitar o acesso e apoiar o planejamento de ações de adaptação à mudança do clima em todos os níveis de governo.

14



AGENDA ODS 14

VIDA NA ÁGUA

O ODS 14 contém um conjunto de 10 metas, sendo 7 finalísticas e 3 de implementação. Tais metas têm como finalidade última **“conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”**. As metas do ODS 14 estabelecem a prevenção e redução significativa da poluição marinha e a gestão sustentável, a proteção e a restauração de ecossistemas marinhos e costeiros.

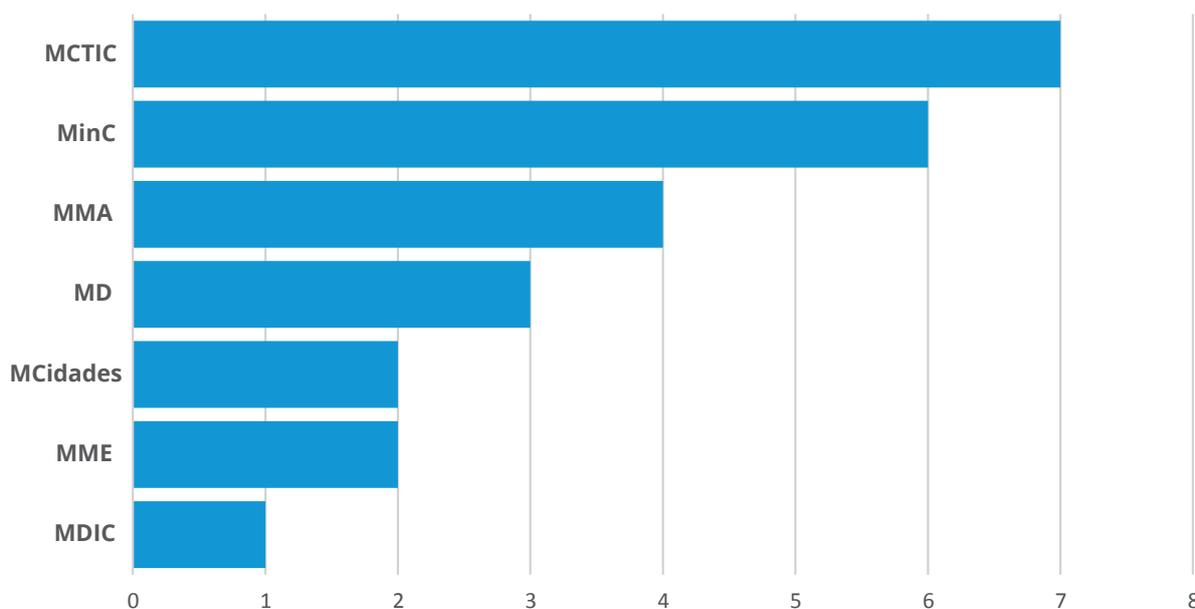
Quando ao uso sustentável de recursos marinhos, as metas vão no sentido de acabar com a pesca ilegal e práticas de pescas destrutivas, bem como com os subsídios que as incentivem. Ademais, estabelecem o maior acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.

Conforme melhor detalhado abaixo, do alinhamento entre metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 14 programas do PPA tiveram algum atributo vinculado a alguma meta ODS, como era de se esperar o **Programa 2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica** possui o maior número de metas relacionadas ao ODS 14. Dos 7 órgãos responsáveis pelas metas do PPA correlacionadas ao ODS 14, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação é o que possui o maior número de metas correlacionadas.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica	8	13
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	6	6
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	5	6
2068 - Saneamento Básico	2	0
2052 - Pesca e Aquicultura	1	5
2053 - Petróleo e Gás	1	2
2058 - Defesa Nacional	1	2
2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	1	35
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	0	1
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	0	2
2050 - Mudança do Clima	0	3
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	0	1
2083 - Qualidade Ambiental	0	9
2084 - Recursos Hídricos	0	8
14 Programas	25	93

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 14



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Preservação de Ecossistemas Marinhos

Metas ODS associadas

- 14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.
- 14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.

No âmbito do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), pertencente à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), foi dada continuidade ao trabalho relacionado à atualização do Macro Diagnóstico da Zona Costeira (MDZC), na escala da União. A nova versão do MDZC, ora em execução, terá o formato de uma plataforma digital que conterá banco de dados, textos, mapas e imagens. A sua fase de planejamento deverá ser finalizada em fevereiro de 2018. No GI-GERCO, também foi finalizado o Plano de Ação Federal para a Zona Costeira referente ao biênio 2015-2016 e elaborado e aprovado o referente ao triênio 2017-2019.

Estima-se que, até o final de 2019, o Grupo de Trabalho sobre Uso Compartilhado do Ambiente Marinho (GT-UCAM) disporá de relatório técnico que subsidiará as decisões futuras e possibilitará a implementação de um Planejamento Espacial Marinho em nível nacional.

Ademais, cabe salientar que, em março de 2018, será lançado o Programa Nacional para Conservação da Linha de Costa (Procosta). O Procosta visa estabelecer, no Brasil, um programa de monitoramento, gestão e conservação da atual linha de costa e da Zona Costeira.

Por fim, em 2018, contribuindo com o ODS 14, foram criadas duas Unidades de Conservação Marinhas nos arquipélagos de São Pedro e São Paulo (PE) e de Trindade e Martin Vaz (ES), o que resultou em um aumento considerável da área de proteção marinha.

Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Uso Sustentável dos Oceanos

Metas ODS associadas

- 14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas
- 14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível

- 14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuem para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio
- 14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo
- 14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados
- 14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”

No âmbito da Biotecnologia Marinha (BIOMAR), em abril de 2017, foi realizada a 15ª Sessão Ordinária do Comitê Executivo para o BIOMAR, ocasião em que foi apresentada a proposta de elaboração da segunda edição da publicação “Caracterização do Estado da Arte em Biotecnologia Marinha”, contendo o diagnóstico da capacidade de pesquisa, o desenvolvimento e inovação em Biotecnologia Marinha no Brasil. Em 14 de novembro de 2017 foi publicada a Portaria nº 6.657 do MCTIC, que institui a Rede Nacional de Biotecnologia Marinha (BiotecMar), cujo principal objetivo é desenvolver pesquisa e inovação tecnológica de fronteira.

Também em 2017, o Programa de Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha deu continuidade às comissões de fiscalização para controle e monitoramento dos estoques pesqueiros, bem como das infrações ambientais no ambiente marinho. Na Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar, foi dada continuidade à construção dos quatro navios-laboratório de ensino flutuante. O primeiro navio, “Ciências do Mar”, foi prontificado em julho de 2017 e entregue à Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Já as atividades de Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas estão sendo desenvolvidas pelos Programas de Pesquisas Científicas no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPELAGO) e de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade, Arquipélago de Martin Vaz e águas marítimas adjacentes (PROTRINDADE).

Quanto à geração de energia utilizando fontes renováveis na ilha da Trindade, continua sendo analisada a viabilidade de parceria entre a Marinha e Itaipu Binacional para instalação de um módulo de geração de energia, por fontes renováveis, com nova tecnologia desenvolvida por Itaipu, com maior eficiência.

Sobre a implantação de uma Estação Científica no Arquipélago de Fernando de Noronha, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) já formalizou a transferência do respectivo terreno para a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). Com relação às pesquisas científicas, já se encontra em discussão o projeto da Base de Pesquisa a ser instalada na futura estação em Fernando de Noronha.

Ainda com relação ao ODS 14, foi realizado na cidade de Rio Grande (RS), em junho de 2017, o X ENCOGERCO – Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro. Em novembro de 2017, foi realizado o 1º Seminário Nacional de Combate ao Lixo no Mar, evento que corresponde à 1ª Ação prevista no Compromisso Voluntário do Brasil apresentado na Conferência dos Oceanos, na ONU, em junho de 2017.

Em outubro de 2017, a Operação Antártica Trinta e Seis (OPERANTAR XXXVI) foi iniciada. Nela serão apoiados 24 projetos científicos de diferentes áreas de conhecimento. Das atividades a serem realizadas, destacam-se as pesquisas de estudo da biodiversidade e do ecossistema antártico, as investigações sobre as mudanças climáticas naquela região e suas consequências em nível global e as pesquisas nas áreas de oceanografia, glaciologia e geologia.

Ainda na área científica, durante a OPERANTAR XXXV, que ocorreu de outubro de 2016 a abril de 2017, foram apoiados 25 projetos científicos de diversas áreas do conhecimento. Participaram da OPERANTAR XXXV cerca de 260 pessoas, entre pesquisadores e alpinistas. No ano de 2017, foram publicados 68 trabalhos científicos em revistas e periódicos indexados no âmbito do PROANTAR.

Visando consolidar a posição do País como membro consultivo do Tratado da Antártica, o Brasil participou das seguintes reuniões internacionais: a XLª Reunião das Partes Consultivas do Tratado da Antártica (ATCM, sigla em inglês), juntamente com a XXª Reunião do Comitê de Proteção Ambiental; da XXVIIIª Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos (RAPAL); e da XXIXª Reunião do Conselho de Gerentes de Programas Antárticos Nacionais (COMNAP, sigla em inglês).

Cabe destacar também o Estudo de Impacto Ambiental, realizado pelo IBAMA e Ministério do Meio Ambiente, para a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Além disso, a equipe do IBAMA também avalia os estudos de análise de risco e desenvolve, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Marinha do Brasil, planos relacionados à prevenção de acidentes como Plano de Contingência e Plano de Ação de Emergência. O IBAMA também realiza treinamento anual, com a Petrobras e o Ministério do Meio Ambiente, visando à preparação da equipe da Marinha brasileira responsável pelo funcionamento da EACF.

Em relação à Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA), em janeiro de 2017 foram realizadas duas comissões a bordo do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico Vital de Oliveira, na Elevação do Rio Grande (ERG) e áreas adjacentes, para aquisição de dados geofísicos, oceanográficos e geológicos. Esta comissão teve como propósito contribuir para a coleta de dados para subsidiar projetos relacionados ao monitoramento ambiental da ERG.

A Elevação do Rio Grande (ERG) possui grande valor estratégico e econômico para o Brasil, considerando seu potencial mineral e energético. Uma área de mais de 900 mil km², que guarda um verdadeiro tesouro em minerais e elementos químicos, cada vez mais escassos na superfície terrestre. A importância estratégica da ERG para o País foi renovada após a descoberta do pré-sal.



Dentro das atividades previstas pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) com a Autoridade Internacional de Fundos Marinhos, em novembro de 2015, foi dada continuidade aos levantamentos geológicos, biológicos, oceanográficos e geofísicos na região da ERG e proximidades. Ressalta-se o último levantamento, realizado em janeiro/fevereiro de 2017, para executar levantamentos geológico, oceanográfico e coleta de amostras do fundo, no Platô de São Paulo e no Canal Vema, cobrindo uma área de 73 mil km².

Para 2018, está prevista a continuidade das atividades de pesquisa na ERG, com a participação efetiva da Marinha do Brasil, subsidiando e reforçando a argumentação para a inclusão da ERG na extensão da plataforma continental junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental, o que pode vir mudar todo o contexto jurídico da ERG.

15



AGENDA ODS 15

VIDA TERRESTRE

O ODS 15 contém um conjunto de 12 metas, sendo 9 finalísticas e 3 de implementação. Tais metas têm como finalidade última **“proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”**.

Dentre as metas do ODS 15 cabe destacar aquelas voltadas a conservação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores, das florestas e dos ecossistemas de montanhas. Assim, busca-se combater o desmatamento, a desertificação, aumentar o florestamento e o reflorestamento e a restauração da terra e do solo degradado.

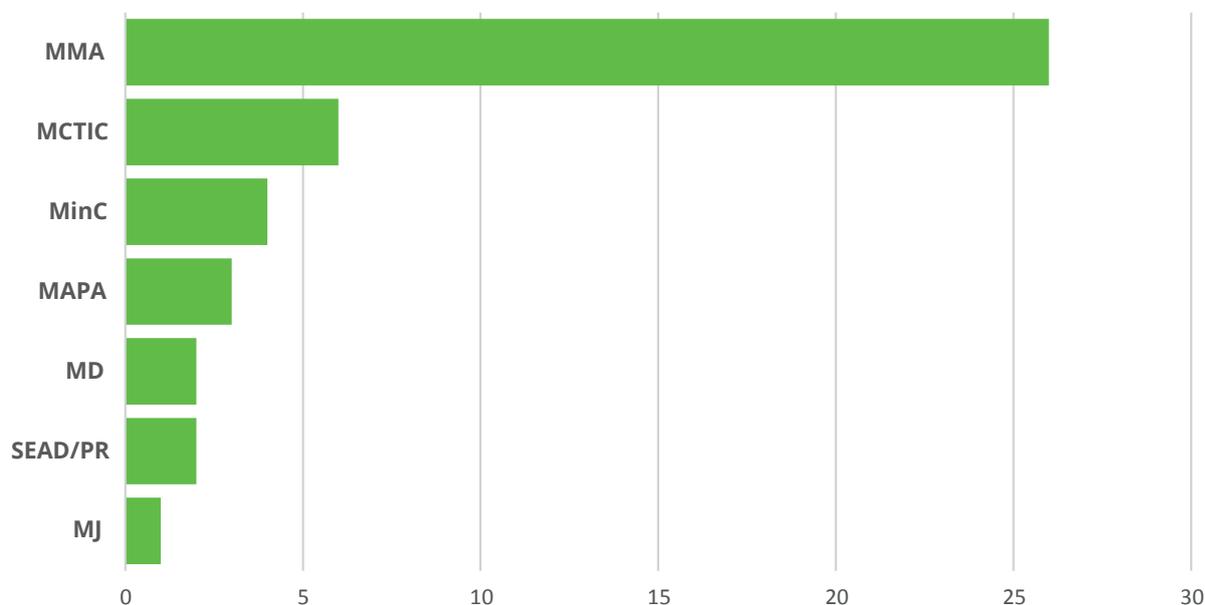
Há ainda metas voltadas para a conservação da biodiversidade via redução da degradação de habitat naturais, erradicação da caça ilegal e do tráfico de espécies da flora e fauna protegidas.

Conforme melhor detalhado abaixo, do alinhamento entre metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 16 programas do PPA tiveram algum atributo vinculado a alguma meta ODS, com destaque para o **Programa 2078 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**. Quanto aos órgãos responsáveis, 7 tiveram metas relacionadas ao ODS 15, com destaque para o Ministério do Meio Ambiente com um conjunto de 26 metas.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	17	33
2050 - Mudança do Clima	6	10
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	4	5
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	3	4
2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica	2	0
2058 - Defesa Nacional	2	1
2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária	2	2
2077 - Agropecuária Sustentável	2	5
2083 - Qualidade Ambiental	2	1
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	1	0
2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	1	3
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	1	0
2084 - Recursos Hídricos	1	2
2040 - Gestão de Riscos e de Desastres	0	3
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	0	6
2053 - Petróleo e Gás	0	2
16 Programas	44	77

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 15



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Conservação e uso sustentável de ecossistemas, biomas e da biodiversidade

Metas ODS associadas

- 15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais
- 15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente

Contribuindo com o ODS 15, o Brasil desenvolve ações de combate ao desmatamento para a conservação dos biomas nacionais. Atualmente, o desafio dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento concentra-se no alcance das metas definidas pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e na implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), principalmente no que diz respeito ao fim do desmatamento ilegal no país.

Quanto ao fim do desmatamento ilegal no país, considerando a média de referência da Política Nacional de Mudança do Clima (19.625 km² para o período 1996-2005), verifica-se que a taxa anual de desmatamento caiu nos anos de 2016 e 2017, segundo dados do PRODES/INPE. Conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) o desmatamento na Amazônia foi de 7.893 km² em 2016 e de 6.947 km² em 2017. Essas informações indicam que a taxa anual de desmatamento na Amazônia foi reduzida em cerca de 59% e 66%, respectivamente, em relação ao período de referência (1996-2005). Esses números indicam que a redução do desmatamento contribuiu para redução das emissões em 564.481.764 tCO₂e em 2016 e 626.312.610 tCO₂e em 2017, em relação ao período de referência considerado. Mesmo com o substancial resultado alcançado desde 2004 no âmbito do PPCDAM, o país ainda se encontra em um patamar distante da meta de 3.925 km² de desmatamento e redução final das emissões de 737.465.122 tCO₂e.

Para o Cerrado, a meta estipulada de redução de 40% em relação ao desmatamento observado no período de 1999 a 2008 está mais próxima da situação mensurada pelo sistema do INPE (PRODES Cerrado), que detectou um desmatamento de 9.482 km² para o ano de 2015, última medição realizada.

Ademais, foram realizados avanços no desenvolvimento de tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, do uso da terra e de ocorrência de queimadas e incêndios florestais por meio da ampliação do escopo do monitoramento de desmatamento para o bioma Cerrado, da implementação de um sistema integrado e multi-escala de monitoramento da Amazônia e do desenvolvimento de metodologia e de sistema operacional de mapeamento de área queimada com qualificação da severidade do incêndio florestal em adição ao monitoramento de focos de calor. O monitoramento dos demais biomas (Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e

Campos Sulinos) será iniciado em 2018, com recursos do Fundo Amazônia (BNDES), aprovado em dezembro de 2017.

No que diz respeito à regularização dos imóveis rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal, já foram declarados no sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR) mais de 4,7 milhões de imóveis rurais desde a criação do sistema em 2014, que correspondem a mais de 430 milhões de hectares. Em 2017, foram cadastrados mais de 32 milhões de hectares, bem como disponibilizados aos órgãos estaduais competentes, por meio do SICAR, os módulos de cadastro, análise, monitoramento, gestão de acesso e relatórios e, para o público em geral, os de consulta e relatórios públicos.

Um importante mecanismo de conservação da Biodiversidade é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O Brasil é um dos países que apresenta o maior percentual do território coberto por UC, aproximadamente 17,2% do território continental. Esse percentual varia em cada um dos biomas (26,6% na Amazônia, 7,6% na Caatinga, 8,2% no Cerrado, 9,0% na Mata Atlântica, 2,7% no Pampa e 4,6% no Pantanal).

Quanto à conservação ambiental, para fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e consolidar as Unidades de Conservação Federais, no ano de 2017, promoveu-se a consolidação do SNUC por meio de programas e projetos, destacando-se o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e o Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF-Mar, já referenciados anteriormente.

Em 2017, destacam-se, no âmbito das UCs federais: (i) a elaboração de 09 novos Planos de Manejo, totalizando 183 planos finalizados; (ii) a criação de 05 novos conselhos gestores, totalizando 281 (86,7%) UCs com Conselhos Gestores instituídos; (iii) o aperfeiçoamento dos esforços e métodos de monitoramento de número de visitantes, alcançando 7,18 milhões de visitantes entre janeiro e outubro de 2017; (iv) a redução da área atingida por incêndios florestais em 16,3%; (v) a ampliação da regularização fundiária para 15,4 milhões de hectares; (vi) criação/ampliação de 4 UCs federais: Parque Nacional (PN) dos Campos Ferruginosos (79mil há) - PA; PN da Chapada dos Veadeiros (ampliação de 180.611 ha) - GO; Estação Ecológica do Taim (ampliação de 21.859 ha) – RS e Reserva Biológica União (8mil há, sendo 5.178 ampliação) – RJ.

Registre-se ainda que foi dada sequência ao apoio às iniciativas relacionadas com a conservação e recuperação de recursos naturais em terras indígenas, refletidas no Eixo 4 da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), como o Programa Reflorestar nas terras indígenas Tupiniquim e Guarani, onde são estimados aproximadamente 240 hectares de plantio de espécies nativas e de implantação de sistemas agroflorestais.

No que diz respeito ao uso sustentável de florestas, conforme destacado no ODS 12, o Brasil desenvolve ações voltadas para produção florestal sustentável e conhecimento sobre as florestas. Assim, ao longo de 2017, foram realizados a contratação de estudos que estruturam as concessões florestais e o aperfeiçoamento do marco regulatório dessas concessões, além de

audiência pública prévia à publicação do edital para concessão do lote II da Flona do Jamari (33 mil ha).

Ademais, estudos preparatórios de condições logísticas, de infraestrutura e precificação para concessão na Flona do Amapá (250 mil ha) foram concluídos e validados. Até 2017, registram-se 1,02 milhões de hectares sob concessão florestal para a produção sustentável, representando a realização de 29,14% da meta pretendida para o período do PPA. Outra ação voltadas para o uso adequado de florestas refere-se à inclusão de pequenos produtores rurais e extrativistas em atividades florestais sustentáveis, foram realizadas diversas atividades com pequenos produtores rurais, agricultores familiares e povos de comunidades tradicionais, totalizando 61.284 pessoas atendidas ao longo de 2017, e 110.128 no biênio 2016-2017.

Combater a degradação do solo, de habitats naturais e proteger a fauna e a flora

Metas ODS associadas

- 15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo
- 15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas
- 15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem

Com relação à fiscalização ambiental, no ano de 2017, foram lavrados 15.467 autos de infração, que totalizaram R\$ 3,1 bilhões em multas aplicadas, além de embargar 327 mil hectares de áreas desmatadas ilegalmente. Ademais, foram descentralizados recursos financeiros para 1.815 ações de fiscalização. Nos anos de 2016 e 2017, foram instaurados 30.390 processos administrativos de apuração de infração ambiental. Além disso, registre-se que entre janeiro e outubro de 2017, foram julgados 21.001 processos administrativos, que representa alcance de 76% da meta prevista para os quatro anos de execução do Plano (45.850 de um total previsto de 60.000 processos).

Quanto a redução da degradação de habitat naturais e diminuição da perda de biodiversidade, conforme já destacado anteriormente o Brasil atua para fortalecer Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Nesse sentido, o governo federal vem ampliando o número de UCs federais com plano de manejo, bem como realizando a revisão de planos já existentes e atuando para ampliar a regularização fundiária nas Unidades de Conservação Federais.

Em 2017, apoiou-se a expansão do Sistema de Informação Sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr), plataforma on-line que pretende reunir a maior quantidade de dados e informações existentes sobre a biodiversidade do Brasil. Essa expansão diz respeito à execução de um plano de trabalho que tem por objetivos: (i) o aprimoramento e a expansão da infraestrutura de dados espaciais (IDE); (ii) o desenvolvimento de funcionalidades que permitam aumentar a qualidade de dados exibidos na plataforma; e (iii) o auxílio ao aprimoramento da infraestrutura no que tange a modelagem de bancos de dados.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), em conformidade com os compromissos internacionais e nacionais, especificamente, as Metas de Aichi e a Meta Nacional de Biodiversidade - Meta 12, trabalha na atualização das Listas de Espécies Ameaçadas de Extinção (Portarias MMA nºs 443, 444 e 445/2014) e na implementação do Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção – Pró-Espécies (Portaria MMA nº 43/2014). Em 2016, foram iniciados novos ciclos de avaliação do estado de conservação das espécies conduzidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) para subsidiar a revisão das Listas Nacionais, que deverá ocorrer em 2019.

Ao longo de 2017 outras ações foram executadas com o objetivo de reduzir o risco de extinção das espécies brasileiras, cabendo citar: 1) retorno da vigência dos efeitos da Portaria nº 445 (Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção); 2) realização da 2ª Edição do Prêmio Nacional da Biodiversidade, que objetiva dar reconhecimento e visibilidade para iniciativas e projetos que visam a conservação e recuperação de espécies ameaçadas de extinção; 3) promulgação da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres – CMS; 4) aprovação junto ao Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) do projeto completo para a conservação de espécies ameaçadas de extinção no valor de 13 milhões de dólares e ; 5) aprovação junto ao GEF do Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da caatinga, pampa e pantanal.

Por fim, cabe ressaltar os seguintes resultados: o percentual de espécies da flora com Planos de Ação para recuperação e conservação avançou de 4,35% para 19% entre jun/2015 e dez/2017 e o percentual de espécies da fauna ameaçadas de extinção com Planos de Ação para recuperação e conservação avançou de 42,45% para 54,56% entre dez/2014 e jan/2018

Recursos Genéticos

Metas ODS associadas

- 15.6 garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos

Com a Lei 13.123/2015, o Brasil instituiu marco regulatório sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. A Lei busca simplificar o regime para acesso à biodiversidade e estimular sua utilização. Em 2016, o Decreto 8.772/2016 foi publicado e houve a instalação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, conselho com competência para editar normas e elaborar diretrizes em acesso e repartição de benefícios, além de ser a autoridade de última instância recursal para atos relativos à aplicação da Lei 13.123/2015.

Para dar encaminhamento a implementação dos instrumentos da Lei, em 2017, foram implementados: 1) a Secretaria Executiva do CGEN e 2) novas funcionalidades do Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado - SISGEN, necessárias para que pesquisadores e empresas pudessem cumprir as obrigações legais

relacionadas às atividades de acesso ao patrimônio genético nacional e aos conhecimentos tradicionais a ele associados.

Além disso, em 2017, foram capacitadas mais de 2 mil pessoas no âmbito do Plano Nacional de Sensibilização e Fortalecimento de Capacidades em Acesso e Repartição de Benefícios, por meio de palestras ministradas e cursos organizados para os três principais públicos de usuários do sistema de Acesso e Repartição de Benefícios (ABS) sociedade civil, a saber: setor empresarial, o acadêmico e os detentores de conhecimentos tradicionais associados (povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares).

16



AGENDA ODS 16

PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O ODS 16 contém um conjunto de 12 metas, sendo 10 finalísticas e 2 de implementação. Tais metas têm como finalidade última **“promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”**.

Dentre as metas dos ODS 16 cabe citar aquelas que visam a redução significativa de todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, especialmente a erradicação de todas as formas de violência contra crianças. As metas ainda voltam-se para a promoção da redução significativa dos fluxos financeiros e de armas ilegais, do aumento do combate ao crime organizado, à corrupção e ao suborno.

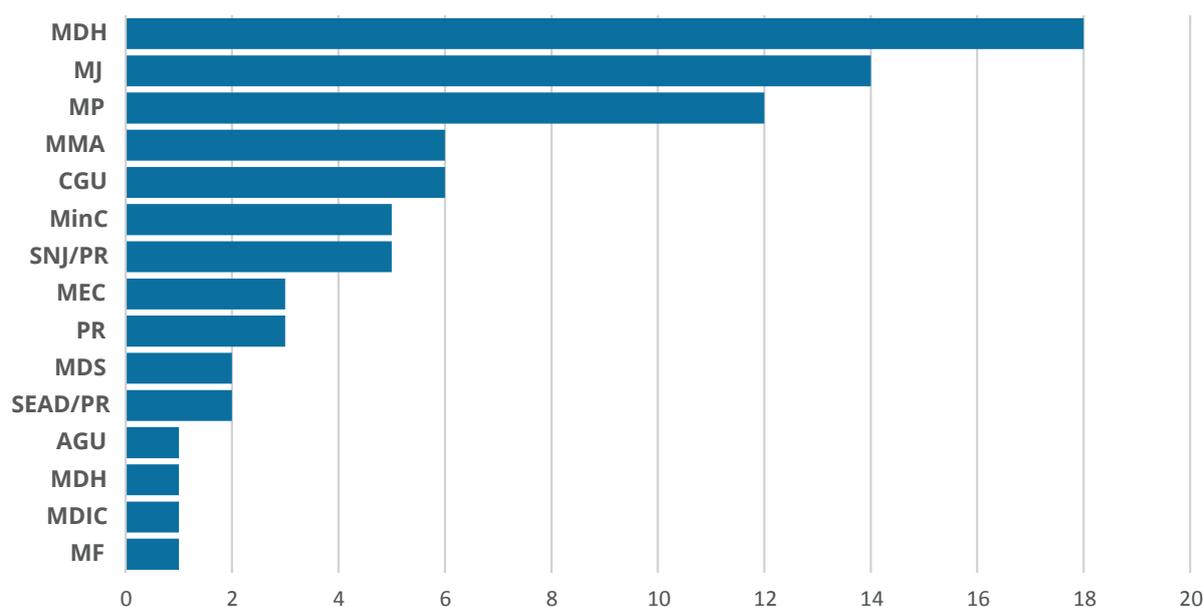
As metas ainda tratam sobre o desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes, sobre a garantia de tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa e sobre a promoção e cumprimento de leis e políticas não discriminatórias.

Conforme melhor detalhado a seguir, do alinhamento entre metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 21 programas do PPA tiveram algum atributo vinculado a alguma meta ODS, com destaque para o **Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública** e para o **Programa 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública** com 18 e 16 metas relacionadas ao ODS 16. São 14 órgãos responsáveis pelas metas do PPA correlacionadas ao ODS 16, mas o Ministério dos Direitos Humanos e da Justiça são os que possuem mais metas relacionadas.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	18	51
2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública	16	33
2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	9	16
2062 - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	8	16
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	5	11
2044- Promoção dos Direitos da Juventude	5	6
2084 - Recursos Hídricos	4	0
2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	2	0
2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	2	5
2083 - Qualidade Ambiental	2	0
2019 - Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	1	0
2024 - Comércio Exterior	1	6
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	1	1
2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo	1	1
2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento	1	3
2058- Defesa Nacional	1	2
2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária	1	1
2080 - Educação de qualidade para todos	1	1
2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social	1	0
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	0	8
2082 - Política Externa	0	1
21 Programas	80	162

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 16



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Reduzir as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas e acabar com todas as formas de violência e tortura contra crianças

Metas ODS associadas

- 16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares
- 16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças

Contribuindo com as metas de redução da violência, cabe destacar o Juventude Viva, que consiste em um plano de prevenção à violência física e simbólica contra a juventude, com atenção especial aos jovens negros, do sexo masculino, que vivem nas periferias dos centros urbanos e estão em situação de maior vulnerabilidade. Em junho de 2017, foi instituído o Comitê Gestor Federal Juventude Viva (CGJUV), uma instância gerencial de caráter deliberativo, que irá acompanhar as ações de execução do Plano Juventude Viva e o Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos Juventude Viva. Em 11 de dezembro de 2017 foi lançado o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ). O IVJ foi feito em parceria com a Unesco e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A partir dos dados que compõem o IVJ, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) irá formular as ações do Novo Plano Juventude Viva, priorizando os estados e municípios com maior vulnerabilidade com ações de inclusão social e autonomia para os jovens de 15 a 29 anos expostos às situações de violência, com foco prioritário na população negra.

Em fevereiro de 2017, foi lançado o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), abrangendo a redução de homicídios dolosos, o combate ao crime organizado, a redução dos crimes de violência contra a mulher e o reaparelhamento do sistema prisional. Neste contexto mais amplo, foram celebrados três Planos Táticos Integrados (PTI), com os estados do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe, acompanhados de matrizes de atividades com as ações específicas dos órgãos afetos à temática da segurança pública, com o foco direto na redução de homicídios.

Importante destacar também os cursos ofertados aos mobilizados da Força Nacional de Segurança Pública, tropa federal diretamente empenhada no Plano Nacional de Segurança Pública e outras ações de preservação e manutenção da ordem pública. Ao todo, 3.579 profissionais da Força Nacional foram capacitados em Instruções de Nivelamento de Conhecimentos (INCs), Estágios de Readaptação e Operações de Fronteira. Na dimensão do fomento ao acesso ao ensino superior, a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), por meio de parcerias com Instituições de Ensino Superior, capacitou, em 2017, 204 profissionais de segurança pública em cursos de especialização lato sensu. Ao todo, nas modalidades presencial e a distância, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) capacitou 161.983 profissionais de segurança pública em 2017.

No âmbito da violência decorrente de conflitos agrários, a Ouvidoria Agrária Nacional (OAN) atuou em conjunto com organismos estaduais e federais, buscando sempre a integração com

os Juizados Agrários, Promotorias Agrárias e Delegacias Agrárias nos conflitos ocorridos em Rondônia e Mato Grosso. A OAN também atuou intensamente na região de Marabá, obtendo êxito na diminuição das tensões por meio de reuniões e atividades envolvendo movimentos sociais e instituições públicas e participando de eventos, a exemplo do Escuta Social em Marabá.

No âmbito dos esportes, uma das maiores preocupações refere-se à defesa dos direitos do torcedor e prevenção à violência. Em novembro de 2017, foi realizado o 1º Ciclo de Debates sobre o Racismo no Futebol, com o lançamento do Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol. Em parceria com CBF e Cruz Vermelha, tratou-se do Projeto Estádios Amigáveis, executado no Chile e Argentina, com a tratativa de implantá-lo no Brasil. No âmbito da conscientização, foi desenvolvida e já está sendo executada em estádios de todo o Brasil a campanha #GeralnaPaz, tendo alcançado diretamente mais de 150.000 pessoas.

Para enfrentar a violência sofrida pela população LGBT, foi apresentado, em 2017, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica, com o objetivo de ampliar o diálogo do Governo Federal com os gestores locais e sociedade civil. A previsão é de que as adesões se iniciem no primeiro semestre de 2018.

No âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), destacam-se: a criação dos Parâmetros Nacionais de Gestão, de Segurança e Arquitetônicos; a capacitação continuada de profissionais do meio aberto e do meio fechado, por meio da Escola Nacional de Socioeducação; o Programa de Educação a Distância e outros convênios com o intuito de formar os profissionais nos territórios e mapear a realidade do Sistema atual. Com relação ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) foram protegidas, entre janeiro e outubro de 2017, 435 crianças e adolescente e 652 familiares, totalizando 1.087 pessoas. Ainda na questão da proteção, destaque para a aprovação da Lei nº 13.431, que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente vítima ou testemunha de violência e altera o Estatuto da Criança e Adolescente.

No campo do fortalecimento da atuação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares e demais instâncias de participação e controle social, foi priorizado o programa multidimensional de fortalecimento dos Conselhos Tutelares, que traz o aprimoramento da estruturação física, da equipagem e da implementação de programas de formação inicial e continuada dos conselheiros tutelares. Atualmente existem mais de 5.956 Conselhos Tutelares no Brasil, de acordo com dados de 2014 da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC); desses, 2.771 já foram contemplados. Em 2017, foram entregues 264 conjuntos de equipagem.

Promoção do Estado de Direito e garantia de igualdade de acesso à justiça

Metas ODS associadas

- 16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos

A Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos avançou no diálogo com a sociedade civil e fortaleceu seus canais de comunicação com cidadãos e cidadãs, ampliando o acolhimento de denúncias de violações a direitos humanos. Foi realizado o mapeamento e diagnóstico das Redes Regionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, que atuam no atendimento de demandas identificadas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, com destaque para a criação do módulo “pessoas em privação de liberdade” no canal de acolhimento de denúncias no Disque Direitos Humanos (Disque 100), que qualificou o acolhimento das denúncias e a compreensão das violações ocorridas em espaços de privação de liberdade.

No âmbito do sistema prisional, foram firmados convênios para oficinas de produção nas unidades prisionais no âmbito do Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes (PROCAP), além do lançamento do Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional (RESGATA). Iniciou-se o aparelhamento de unidades prisionais femininas com itens de salas de aleitamento e brinquedotecas, além do estabelecimento de critérios para concessão de indulto e comutação da pena de mulheres presas, por ocasião do Dia das Mães.

Em relação à redução do número de pessoas presas, 196.288 pessoas deixaram de adentrar o Sistema Penitenciário Nacional devido ao fortalecimento de políticas que viabilizaram formas de responsabilização penal alternativas, como a Política de Alternativas Penais e a Política de Monitoração Eletrônica de Pessoas. Este número é equivalente a 31,54% do número de pessoas que se encontravam presas em dezembro de 2014.

Redução dos fluxos financeiros e de armas ilegais e da corrupção e do suborno

Metas ODS associadas

- 16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado
- 16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

Para aprimorar a segurança das fronteiras, em virtude do aumento do número de registros de controle migratório, a Polícia Federal adotou novas tecnologias, a exemplo dos portais de autoatendimento (E-Gate) instalados nos aeroportos de Guarulhos, Galeão e Campinas. Ressalte-se que os 165 postos de fronteira aérea, terrestre, marítima e fluvial estão em pleno funcionamento e as ações de policiais federais da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) no Brasil culminaram com a efetiva prisão de 33 foragidos estrangeiros em território nacional. Também foram presos 90 foragidos da justiça brasileira, nacionais e estrangeiros.

Em 2017, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF-MF) implementou um algoritmo estatístico preditivo em seu processo de análise de comunicações, permitindo maior eficiência na identificação de possíveis indícios de suspeição, resultando em melhoria geral para o sistema de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. No que diz respeito aos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), em 2017, foram produzidos 6.610

RIF, o que representou um aumento de 17% em relação a 2016 (5.661 RIF). Desde 2016, foram encaminhados 12.271 RIF às autoridades competentes.

No combate à impunidade, a PF mantém o Sistema ATLAS, ferramenta tecnológica apta a identificar e analisar licitações, contratos, pagamentos e transferências de recursos públicos federais, com indícios de fraudes ou desvios, envolvendo pessoas físicas, jurídicas ou entidades do terceiro setor. Quanto ao enfrentamento da corrupção na Administração Pública Federal, a Secretaria Nacional de Justiça aprimorou os mecanismos de prevenção, detecção e punição. A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) realizou 11 ações principais, destacando-se os estudos sobre moedas virtuais e a criação do Programa Nacional de Prevenção Primária à Corrupção.

Instituições eficazes, responsáveis e transparentes

Metas ODS associadas

- 16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

Em 2017, atuou-se ativamente na conclusão e implementação de acordos comerciais internacionais, no aperfeiçoamento do Portal Único de Comércio Exterior e na revitalização do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, com investimentos congregados de todas as esferas públicas – federal, estadual e municipal. Com relação ao Portal Único do Comércio Exterior, o novo processo de exportação baseado na Declaração Única de Exportação (DUE) permite um melhor controle aduaneiro e tributário, devido à integração da declaração de exportação com as Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e).

Com foco na eficiência do gasto, melhoria dos serviços prestados aos usuários, maior controle e transparência no serviço de transporte, foi desenvolvido o TáxiGov, modelo que substitui os carros alugados e próprios por táxis. A Central de Compras conseguiu o menor preço global em R\$ 12,7 milhões, representando um desconto de 14,77% sobre o preço tabelado do serviço de táxi no Distrito Federal.

Na gestão do patrimônio da União, a atividade principal para sua modernização foi a entrega das duas primeiras versões do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUnet), a primeira delas comportando o Portal de Atendimento ao Cidadão (patrimonioidetodos.gov.br) e a segunda, com os módulos de geoinformação e de gestão de receitas (parcelamento de débitos). O Governo Federal adotou também novo mecanismo para alienação, sem intervenientes, dos imóveis sem interesse para a União, com incremento de 164,71% em relação ao modelo anterior, com o recebimento de R\$ 47,16 milhões com a negociação de imóveis da União.

Merece destaque ainda a modernização da plataforma tecnológica das transferências voluntárias, no âmbito do Sistema de Transferências Discricionárias da União (Siconv), com destaque para: (i) implantação do novo módulo de cadastramento on-line dos estados, municípios e as organizações da sociedade civil; (ii) implantação do banco de projetos para cadastramento

de propostas; (iii) agilidade no pagamento de despesas, por meio do aperfeiçoamento da Funcionalidade de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV); (iv) reestruturação da funcionalidade que permite a verificação de regularidade de estados e municípios; (v) lançamento do Painel de Transferências Abertas, promovendo a transparência da aplicação dos recursos públicos; e (vi) desenvolvimento de funcionalidade para incorporação de documentos de obras no Siconv, com vistas a dar maior transparência ao processo.

Para ampliar as ações de qualificação profissional dos agentes públicos por meio da atuação das Escolas de Governo, foi criado o Projeto Escola Virtual (evg.gov.br), que disponibiliza, em um único portal, oportunidades de capacitação para servidores públicos e cidadãos, a partir de um catálogo de cursos unificado da Administração Pública. Foram promovidas ações de capacitação de agentes públicos em diversos setores, tais como logística pública, orçamento, avaliação de políticas públicas e capacitação para altos executivos.

Garantia de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa

Metas ODS associadas

- 16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

Em setembro de 2017, foi estabelecida parceria entre a Secretaria Nacional de Cidadania – SNC, do Ministério dos Direitos Humanos, e o Grupo de Trabalho de Direitos Humanos e Empresas da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), originando publicação intitulada “Implementando os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos: o dever de proteger do Estado e a responsabilidade das empresas de respeitar os Direitos Humanos”, objetivando abranger os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU; os paradigmas para os Estados e empresas na implementação dos Princípios; o dever do Estado de proteger os Direitos Humanos e o dever das empresas de respeitar os Direitos Humanos; além de temas de destaque sobre a temática, com base no Relatório do Grupo de Trabalho da ONU.

Em Outubro de 2017, foi realizado Workshop sobre “Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE para empresas multinacionais e princípios orientadores da ONU sobre empresas e direitos humanos”, construído em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública, Ministério da Fazenda (Ponto de Contato Nacional da OCDE) e o Ministério das Relações Exteriores. O workshop objetivou divulgar e promover as diretrizes e objetivos da OCDE e os princípios da ONU.

Identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

Metas ODS associadas

- 16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

Em 2017, foi realizada a Semana Nacional de Mobilização pelo Registro Civil de Nascimento, em comemoração aos 10 anos do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica. Além disso, foram elaboradas diretrizes de atendimento de registro civil de nascimento e documentação básica para comunidades quilombolas, população em situação de rua e comunidades extrativistas. Foram realizados oito mutirões para emissão de registro civil de nascimento e seis oficinas de fluxos de encaminhamentos para acesso aos serviços de Registro Civil de Nascimento junto aos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Também foram realizadas ações no intuito de contribuir com a redução do sub-registro civil de nascimento junto à população indígena, principalmente na região de fronteira. A partir de parcerias com os governos dos estados, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (SNDH), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) empenhou-se na promoção do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nomeação próprias dos indígenas. Dados de 08 Coordenações Regionais (de um total de 30) demonstram que em 2017 foram realizados 4.412 (quatro mil quatrocentos e doze) atendimentos referentes à emissão de Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI), Registro Civil de Nascimento (RCN), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Registro Geral (RG) e Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Acesso público à informação e proteção das liberdades fundamentais

Metas ODS associadas

- 16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

Como iniciativa para compor a Plataforma da Cidadania Digital, foi implantado o Brasil Cidadão, ferramenta de autenticação que padroniza o acesso a vários serviços e sistemas, garantindo a identificação única de cada indivíduo que acessa os serviços digitais do Governo Federal e eliminando a necessidade do órgão criar seu próprio mecanismo de acesso. Para o fortalecimento das políticas de controle social e transparência, foi disponibilizado a todos os entes da Federação o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), no qual se encontra a funcionalidade Simplifique!. Em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), entre 2015 e 2017, houve um aumento de 28% nas solicitações registradas no e-SIC.

No âmbito da Política Nacional de Participação Social (PNPS), foi realizado o Fórum Interconselhos, com a finalidade de monitorar o Plano Plurianual 2016-2019, que contou com ampla participação da sociedade no debate sobre questões que influenciam na gestão das diversas políticas públicas.

Leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

Metas ODS associadas

- 16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

A implementação do Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, Cultura da Paz e Direitos Humanos, realizada por meio da parceria entre Ministério dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, objetiva superar a violência, o preconceito e a discriminação por meio de atividades educativas de promoção e defesa dos Direitos Humanos nas instituições de educação superior. Até dezembro de 2017, foram realizadas 357 adesões ao Pacto, sendo 30 entidades apoiadoras (instituições, associações, organizações da sociedade civil, órgãos ou entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, fundações ou empresas nacionais e internacionais) e 327 instituições de ensino superior.

Com relação à população em situação de rua, foram realizadas Mesas de Deliberação nas áreas de assistência social e habitação, que estruturaram um novo modelo de políticas públicas de atendimento, priorizando a questão da moradia. Além disso, foi realizado seminário para elaboração de propostas de capacitação e qualificação do atendimento dos Defensores Públicos à População em Situação de Rua, em parceria com a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre os dois órgãos, para desenvolver um Programa de Efetivação e Educação dos Direitos da População em Situação de Rua.

No âmbito das políticas afirmativas, destaque para a implementação, acompanhamento e avaliação dos resultados da Lei nº 12.990/2014, que reserva 20% das vagas dos concursos públicos, sob a coordenação da SEPPIR em parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Na mesma perspectiva, em 2017 foi criado Grupo de Trabalho com a finalidade de regulamentar os procedimentos complementares de heteroidentificação dos candidatos negros para concorrer às vagas reservadas, que realizou também o “Seminário jurídico sobre a política de cotas no serviço público: avanços e desafios”. Cabe ressaltar que o percentual de pessoas negras na Administração Pública Federal aumentou de 26,67% em 2016 para 30,42% em 2017.



O ODS 17 contém um conjunto de 19 metas. Tais metas têm como finalidade última **“fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”**. As metas se relacionam a temas como finanças, tecnologia, capacitação, comércio, coerência de políticas e institucional, parcerias multissetoriais, dados, monitoramento e prestação de contas.

No conjunto de metas, cabe destacar as que visam promover a melhoria da cooperação internacional para o acesso à ciência, tecnologia e inovação e aumentar o compartilhamento de conhecimentos, inclusive com a difusão de tecnologias ambientalmente corretas.

Há ainda metas voltadas para a promoção de um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio e para concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura.

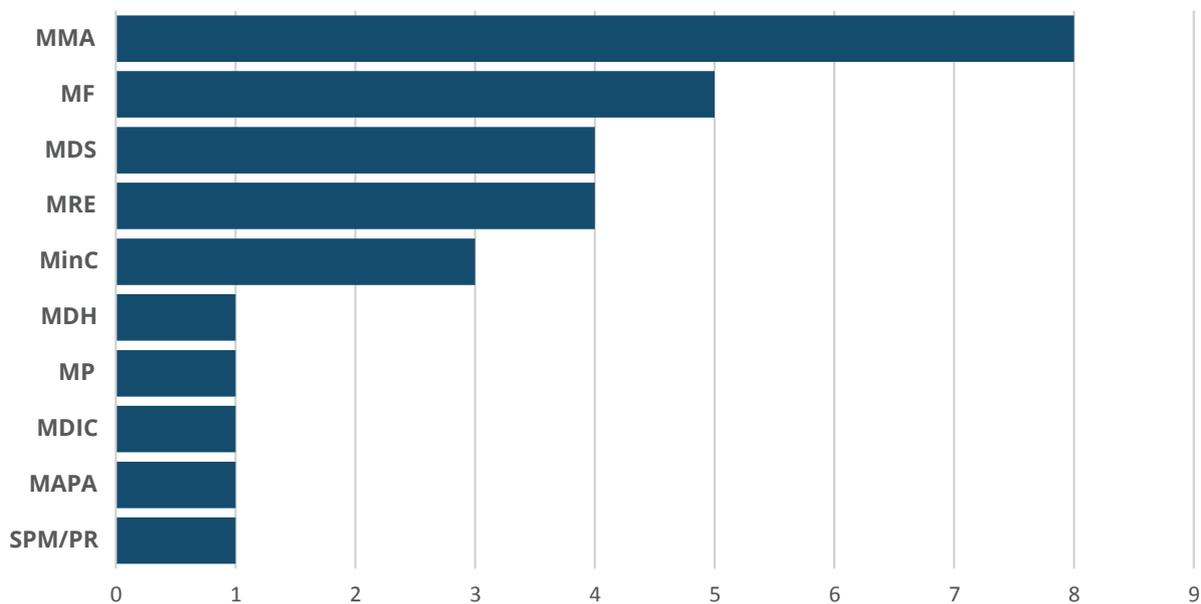
Outros aspectos abordados relacionam-se com o aumento da coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável e o reforço da parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países.

Conforme melhor detalhado a seguir, do alinhamento entre metas ODS e as metas do Plano Plurianual, verifica-se que 15 programas do PPA tiveram algum atributo vinculado a alguma meta ODS e 9 órgãos são responsáveis pelas metas do PPA correlacionadas ao ODS 17.

Programas PPA	Nº de Metas	Nº de Iniciativas
2084 - Recursos Hídricos	2	0
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	5	0
2019 - Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	4	0
2082 - Política Externa	4	4
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	3	3
2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	3	16
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	2	2
2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica	2	0
2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência	1	2
2024 - Comércio Exterior	1	3
2050 - Mudança do Clima	1	3
2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	1	1
2083 - Qualidade Ambiental	1	2
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	0	1
2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	0	7
15 Programas	28	44

Elaboração: Seplan/MP.

NÚMERO DE METAS POR ÓRGÃO - ODS 17



Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES

Finanças

Metas ODS associadas

- 17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas
- 17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes
- 17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos

O Decreto de Programação Financeira de 2017 estabeleceu a meta de R\$ 1.246 Milhões (Receitas Fazendárias de R\$ 881.587 Milhões e Previdência de R\$ 364.606 Milhões). Essa meta correspondeu aos valores estabelecidos, originalmente, pela Lei Orçamentária de 2017. Ao longo do ano, por meio das revisões bimestrais o decreto de programação foi sendo atualizado, sendo o último de dezembro de 2017, cuja estimativa de arrecadação foi de R\$ 1.193 Milhões (Receitas Fazendárias de R\$ 831.761 Milhões e Previdenciárias de R\$ 361.639 Milhões). A realização da arrecadação no ano foi de R\$ 1.196 Milhões, ficando 0,25% acima da última revisão da programação financeira e 4% abaixo das estimativas constantes da LOA 2017.

Nas discussões sobre a promoção da reforma da governança econômica internacional, o Brasil e outros países em desenvolvimento têm defendido que seu poder de voto na instituição reflita mais adequadamente o peso relativo de suas economias. Seguem também os trabalhos de reforma de quotas do Banco Mundial, que poderia ser concluída até o final de 2018. Também nesse campo, o Brasil defende que os governos dos países em desenvolvimento, diretamente afetados pelas políticas do Banco, tenham maior voz na instituição.

Destaque ainda para os novos acordos para a reforma de governança e voz do Grupo Banco Mundial, bem como o cumprimento de compromissos prévios, que possibilitem o aumento da efetividade da participação brasileira na instituição. Em 2017, os principais resultados dizem respeito ao pagamento para integralização de ações referentes ao Aumento Geral de Capital de 2010 (2010 GCI) do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Em 31 de dezembro de 2017, o Brasil registrava 1,90% de participação no capital do BIRD e 1,82% de poder de voto; a reafirmação dos princípios para a distribuição de eventual aumento de capital do BIRD e da Corporação Financeira Internacional (IFC), a ser acordado até outubro de 2018; e o aprofundamento das discussões sobre o futuro do Banco Mundial e a efetividade do financiamento para o desenvolvimento, com a presidência pelo Diretor Executivo para o Brasil no Committee on Development Effectiveness (CODE) da instituição.

Em relação à proposta de ampliar os fluxos de investimento entre o Brasil e o resto do mundo, merece destaque a assinatura do Protocolo de Compras Públicas do Mercosul. Ademais, deu-se continuidade às negociações de compras governamentais com o Chile, com o México, e do

Mercosul com a União Europeia e iniciou-se negociação do Mercosul com o EFTA; a publicação da Resolução CAMEX nº 12, de 16 de fevereiro de 2017, aprovando as regras regimentais do Ombudsman de Investimentos Diretos – OID, que possui a atribuição de oferecer apoio a investidores, atender consultas e buscar soluções para questionamentos vinculados a Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs) em vigor; e a conclusão do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul (PCFI), com base no modelo de acordo de investimentos brasileiro. Ademais, concluíram-se as negociações de ACFIs com a Etópia e com o Marrocos. O Decreto nº 9.167, de 11 de outubro de 2017, promulgou o ACFI com a Angola, primeiro acordo dessa natureza em vigor no Brasil.

Capacitação

Metas ODS associadas

- 17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

A Agência Brasileira de Cooperação, vinculada ao Itamaraty, executou em 2017, 444 ações de cooperação técnica internacional, nos setores como agropecuária, defesa, desenvolvimento social, educação, meio ambiente, saúde, segurança pública, trabalho e emprego, com concentração na África e América Latina. Além disso, o Brasil levou adiante parcerias de cooperação Sul-Sul trilateral com 10 organismos multilaterais, como a FAO, a OIT e o UNICEF. Além da cooperação técnica, o Brasil prestou, em 2017, cooperação humanitária a outros países que enfrentem situações extremas, como no caso do apoio a vítimas de incêndios florestais no Chile, de enchentes no Peru e de terremotos no México.

Comércio

Metas ODS associadas

- 17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha
- 17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020

Em 2017, ao longo das discussões em Genebra que precederam a 11ª Conferência Ministerial da OMC, realizada em Buenos Aires, em dezembro, o Brasil reiterou que na realidade atual caberia assegurar o papel de foro negociador da OMC por meio de resultados significativos, ainda que incrementais, a cada reunião ministerial, realizadas de dois em dois anos, com a prioridade absoluta da reforma das disciplinas agrícolas. Os resultados resumiram-se a (i) uma decisão de natureza procedimental em matéria de subsídios à pesca; e (ii) a renovação, por dois anos, da moratória sobre casos de “não-violação” do Acordo de Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) e da moratória relativa à cobrança de imposto de

importação sobre transmissões eletrônicas. Merecem destaque ainda os avanços em quatro temas adicionais, por meio de declarações plurilaterais, todas subscritas pelo Brasil: (i) medidas para micro, pequenas e médias empresas (MSMEs); (ii) facilitação de investimentos; (iii) comércio eletrônico; e (iv) regulamentação doméstica em serviços.

Destaca-se ainda o apoio à revitalização do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus realizado no ano de 2017 no valor de R\$ 150 milhões, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Destaca-se também a autorização da implantação de 26 Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) no País, sendo a mais recente localizada no município de São João da Barra (RJ), no âmbito do Complexo Portuário de Açú, autorizada em dezembro de 2017.

O Fórum de Alavancagem do Comércio Exterior de Serviços, que atualmente conta com a participação de 27 entidades do setor de serviços, é um espaço aberto de interlocução com os diversos segmentos do setor de serviços, por meio de reuniões temáticas e específicas. Em dezembro de 2017, a Secretaria de Comércio e Serviços (SCS) promoveu uma reunião formal de avaliação das atividades do Fórum. O evento teve o apoio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a participação de entidades representativas do setor. No âmbito do Fórum, foi realizado o Seminário “O comércio digital e seus impactos para o Comércio Exterior de Serviços”, realizado em março de 2017, em São Paulo (SP); e o Encontro Nacional de Comércio Exterior de Serviços - ENAServ 2017, juntamente com a Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB (abril/São Paulo).

O Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) constitui-se no principal instrumento para a difusão da cultura exportadora e ampliação das empresas exportadoras no Brasil, com foco nas micro, pequenas e médias empresas. Em 2017, foi lançado um portal de acesso público do Sistema PNCE, para empresários obterem mais informações a respeito do Plano. Além dessas informações, o sítio contém notícias sobre comércio exterior e eventos, que podem ser sugeridos pelos próprios parceiros. As instituições participantes do PNCE promoveram missões comerciais na China, Chile, Estados Unidos, Itália, Peru e Portugal, bem como realizaram cursos e treinamentos pelo Brasil.

De forma a fortalecer o PNCE, assinou-se Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e a CNI para integrar o programa Rota Global do setor privado ao PNCE. A iniciativa disponibiliza consultoria completa para empresas cadastradas no Plano, com análise de perfil empresarial, desenho de estratégia de exportação e montagem de plano de ação para internacionalização. A ideia é atender 474 empresas de mais de 20 setores, entre eles, alimentos, bebidas e fumo, têxteis, confecções e calçados, farmacêutica e cosméticos, máquinas e equipamentos, móveis e metalurgia, em 17 estados brasileiros, para que elas façam a sua primeira exportação até abril de 2018. A parceria permitirá que a CNI receba apoio dos Comitês Técnicos do PNCE, coordenado pelo MDIC, que reúne 144 instituições nacionais e estaduais. Adicionalmente, revitalizou-se a série “Aprendendo a Exportar”, de forma a promover maior acessibilidade ao público e maiores ganhos relativos à organização setorial e a sistemas.

Coerência de políticas e institucional

Metas ODS associadas

- 17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas
- 17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável

Em 2017, o Brasil participou ativamente das negociações no âmbito do G20, enviando representantes para as Reuniões de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G20 e de Deputies (representantes), e para as reuniões do Grupo de Trabalho do Framework (G20 Framework for Strong, Sustainable and Balanced Growth – FWG) e do Grupo de Trabalho sobre Arquitetura Financeira Internacional (IFAWG). Em 2017, o Ministério da Fazenda iniciou a co-presidência do Grupo de Trabalho sobre Infraestrutura do G20 (IWG) juntamente com a Austrália.

A atuação do Brasil no âmbito do BRICS e do G20 contribuiu para a reforma e o fortalecimento da governança econômica, em particular por meio da criação de novas instituições financeiras internacionais. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) é responsável pela representação do Brasil na chamada “trilha dos Sherpas” (vertente do G20 que se ocupa dos temas não financeiros). Nesse âmbito, o Brasil participou ativamente dos trabalhos durante a presidência alemã (2017) do foro, que culminou com a Cúpula de Hamburgo (julho).

O Governo Federal tem estimulado os órgãos públicos a adotarem práticas de sustentabilidade em suas atividades, por meio da adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), no sentido de preservar o meio ambiente e reduzir gastos. Em 2017, foram firmados 34 Termos de Adesão (TAs), tendo sido acumulado o total de 60 adesões entre os anos de 2016 e 2017, o que corresponde a uma ampliação de 21% no número de adesões à A3P.

Ainda no intuito de incluir a questão da sustentabilidade nas suas políticas, ao longo de 2017, o Governo Federal procurou desenvolver iniciativas buscando o fortalecimento e o empoderamento dos povos e comunidades tradicionais. O desenvolvimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade ocorre por meio de investimentos em gestão do conhecimento, mediante a publicação de cadernos orientados para a população extrativista e para o técnico extensionista. Nesse sentido, foram elaborados 30 novos cadernos que se somam aos demais já produzidos. Os serviços de ATER foram prestados a 184.236 famílias assentadas da reforma agrária e extrativistas. Desse total, 114.641 famílias estão em assentamentos relacionados às regiões de baixa renda, sendo utilizados os seguintes critérios: famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde, famílias pertencentes a Assentamentos prioritários no Brasil Sem Miséria e famílias beneficiárias do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Ademais, durante o ano de 2017, foram executadas atividades de apoio ao manejo florestal comunitário na RESEX Verde para Sempre, no estado do Pará, dentro de um arranjo institucional envolvendo 3 instituições federais (SFB, ICMBio, UFPA) e 2 organizações não governamentais (IFT e IEB). Os recursos foram aplicados no custeio da exploração sustentável de florestas, capacitação de manejadores comunitários e em reuniões e capacitação das organizações comunitárias para comercialização da produção. Estas atividades atenderam 305 famílias em 6 comunidades. Esta

parceria será continuada em 2018, com vistas a ampliação de captação de recursos e expansão do fomento ao Manejo Florestal Comunitário em 2019, para mais 4 Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Parcerias multissetoriais

Metas ODS associadas

- 17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento
- 17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

O Governo brasileiro por meios de suas diversas instituições realiza parcerias com instituições intra e extra governamentais e desenvolve diversas ações que contribuem com o desenvolvimento sustentável. Abaixo apresentamos algumas das parcerias e ações realizadas durante a vigência do PPA 2016-2019.

Em 2017, 593 instituições brasileiras e internacionais participaram da execução de projetos em parceria com a Embrapa. Dentre as instituições parceiras, destacam-se: (i) Universidades Federais, Estaduais e outros tipos de Instituições de Ensino Superior, que perfazem 36% das instituições parceiras; (ii) Instituições Privadas, cerca de 12%; (iii) Instituições Internacionais, 10%; (iv) Associações e Cooperativas, cerca de 7 %; (v) Fundações públicas e privadas, 7%; (vi) Órgãos do Governo Federal, 5%; (vii) Órgãos e Instituições Estaduais de Pesquisa, cerca de 4%; (viii) Governo Federal, estadual e municipal, cerca de 3%; (ix) Agências de fomento e/ou instituições financiadoras, cerca de 3%; (x) Instituições de Extensão Rural, incluindo escolas técnicas rurais, cerca de 4%; (xi) Organizações civis e não governamentais, cerca de 2%; (xii) Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária, cerca de 2%; (xiii) Outros tipos de parceiras, que incluem Instituições Nacionais de Pesquisa, Agências de Defesa Agropecuária, Empresas públicas, e outras organizações, cerca de 4% do total.

O MMA exerce a presidência do Comitê Orientador do Fundo Amazônia – (COFA), liderando tecnicamente a elaboração dos focos de atuação bienais do fundo e realiza as reuniões do Comitê Técnico do Fundo. Cabe esclarecer que o Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Em 2017, o COFA aprovou ajustes nas diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do fundo e definiu seus novos focos de atuação para o biênio 2017-2018. O COFA também atuou definindo critérios orientadores para apoio a projetos de fiscalização ambiental dos estados amazônicos e lançou duas chamadas públicas, a saber (i) Consolidação e fortalecimento de cadeias de valor sustentáveis e inclusivas e (ii) Recuperação da Cobertura Vegetal.

A Chamada Pública nº 2017/01, em apoio à consolidação e fortalecimento de cadeias de valor sustentáveis e inclusivas, deverá financiar, com R\$ 150 milhões, até dez projetos de conservação

e uso sustentável da Amazônia Legal com foco em atividades que beneficiem prioritariamente povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, aquicultores familiares e agricultores familiares localizados na Amazônia Legal. Já a Chamada Pública nº 02/2017 “Recuperação da Cobertura Vegetal” destinará R\$ 200 milhões para até cinco projetos de recuperação da cobertura vegetal, contribuindo para a estruturação técnica e gerencial da cadeia produtiva do setor e para a regularização ambiental de propriedades rurais. As propostas e atividades apoiadas devem possuir por finalidade a recuperação da cobertura vegetal de áreas que estejam localizadas na Amazônia Legal e que sejam enquadradas em uma ou mais das seguintes categorias: a) Unidade de Conservação da Natureza, de posse ou domínio público; b) Reserva Legal e Área de Preservação Permanente em Assentamentos de Reforma Agrária ou em Territórios Quilombolas; c) Terras Indígenas; e d) Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente em pequenas propriedades ou posses rurais de até 4 (quatro) módulos fiscais.

Estiveram em execução 73 projetos de compartilhamento de laboratórios multiusuários para desenvolvimento de inovações tecnológicas para produtores e indústrias, entre outros clientes. Foram 13 projetos junto ao Laboratório Multiusuário de Nanotecnologia para estudos de extração, síntese, caracterização e desenvolvimento de novos materiais nanoestruturados; seis junto ao Laboratório Multiusuário de Agricultura de Precisão para estudos em automação, robótica, reconhecimento de padrões e tecnologias de informação e comunicação (TICs) em agricultura de precisão; quatro junto ao Complexo Multiusuário de Bioeficiência e Sustentabilidade da Pecuária para projetos nas áreas de Metabolismo e Impactos Ambientais da Pecuária, Biotecnologia e Ambiente e Zootecnia de Precisão e de Saúde Animal; 33 junto ao Laboratório Multiusuário de Bioinformática para montagem e análise comparativa de genomas e transcriptomas, análise funcional de genes e mapeamento de sequências; 14 junto ao Laboratório Multiusuário de Química de Produtos Naturais para desenvolvimento de projetos voltados à extração, isolamento e caracterização química de plantas e micro-organismos com propriedades medicinais, funcionais, aromáticas e bio-defensivas. Além destes laboratórios, a Embrapa conta com o Laboratório Multiusuário de Biossegurança para a Pecuária (Biopec), onde é possível a manipulação de patógenos de alto risco, como os responsáveis pela tuberculose e brucelose bovina. Atualmente, o Biopec conta com três projetos financiados com recursos do tesouro nacional.

Dados, monitoramento e prestação de contas

Metas ODS associadas

- 17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais
- 17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento

Em 2017, foi organizado encontro sobre os Indicadores Globais de Desenvolvimento Sustentável para Monitoramento da Agenda 2030, com o propósito de mostrar o papel do Brasil e das Organizações das Nações Unidas (ONU) na formulação dos indicadores de monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerados eixo central da Agenda 2030. Além disso, foi realizada a 3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais (INFOPLAN), cujo tema central foi “Coordenação para o Planejamento”. Entre os assuntos em destaque estavam desenvolvimento sustentável, Big Data, Justiça e segurança pública, saúde e educação, mudanças climáticas, estatísticas do trabalho, redes sociais para captação de informação, recursos naturais, ecossistemas, cobertura e uso da terra, compartilhamento de informações e acesso a registros administrativos, grupos populacionais específicos, estatísticas de turismo, estatísticas de desastres e eventos extremos, cultura e planejamento estratégico

No âmbito do Programa Bolsa Família, foram lançadas duas inovações normativas: a Política de Controle de Acesso aos Dados do Cadastro Único visa melhorar a segurança do acesso das informações das famílias cadastradas, em conjunto com a Portaria que orienta todas as formas de cessão de dados do Cadastro Único; e a instituição do Termo de Uso, que permitirá interlocução mais eficiente e melhoria no processo de troca de informações entre o Cadastro e as políticas sociais.

Respeitar a diversidade social, cultural e étnica brasileira é componente indissociável do modelo de proteção social do País. Com o objetivo de dar visibilidade a essa heterogeneidade, o Cadastro Único adota estratégias de cadastramento diferenciado para os chamados grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTEs), em especial para as ações de Busca Ativa. Como resultado das ações de Busca Ativa, houve um aumento significativo do total de famílias GPTEs identificadas no Cadastro Único desde 2011, chegando a 2,5 milhões de famílias em novembro de 2017, sendo já 9,3% do total de famílias cadastradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório representa parte dos esforços do governo brasileiro no sentido de internalizar e promover a Agenda 2030 no País e buscou a partir do conhecimento acerca da implementação de políticas públicas obtido por meio do monitoramento dos atributos do PPA 2016-2019 no SIOP apresentar dados e informações acerca das ações desenvolvidas pelo governo federal que de forma mais ou menos direta contribuem com a Agenda 2030.

Assim, este Relatório de Monitoramento, além de permitir observar quais programas do PPA possuem correlação com as metas ODS e quais órgãos governamentais atuam em políticas públicas relacionadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ao longo do texto foram destacadas algumas metas ODS, bem como dados sobre o avanço de determinadas políticas que em conjunto podem auxiliar no alcance dessas metas.

Nos anexos que acompanham o texto será possível verificar todos os programas, metas e iniciativas do PPA que contribuem com cada um dos 17 ODS a partir das Agendas ODS construídas no SIOP, bem como o andamento das metas do PPA que foram vinculadas a alguma meta ODS. Nesses quadros demonstrativos, existem informações sobre a linha de base, nível de alcance e indicação de medidas a serem adotadas com relação a tais metas.

É possível ainda acessar essas informações online por meio da plataforma PPA Cidadão, em que são publicadas informações sobre todas as metas do PPA 2016-2019 com a identificação daquelas que vinculam-se aos ODS.



SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO E ASSUNTOS
ECONÔMICOS

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

GOVERNO
FEDERAL